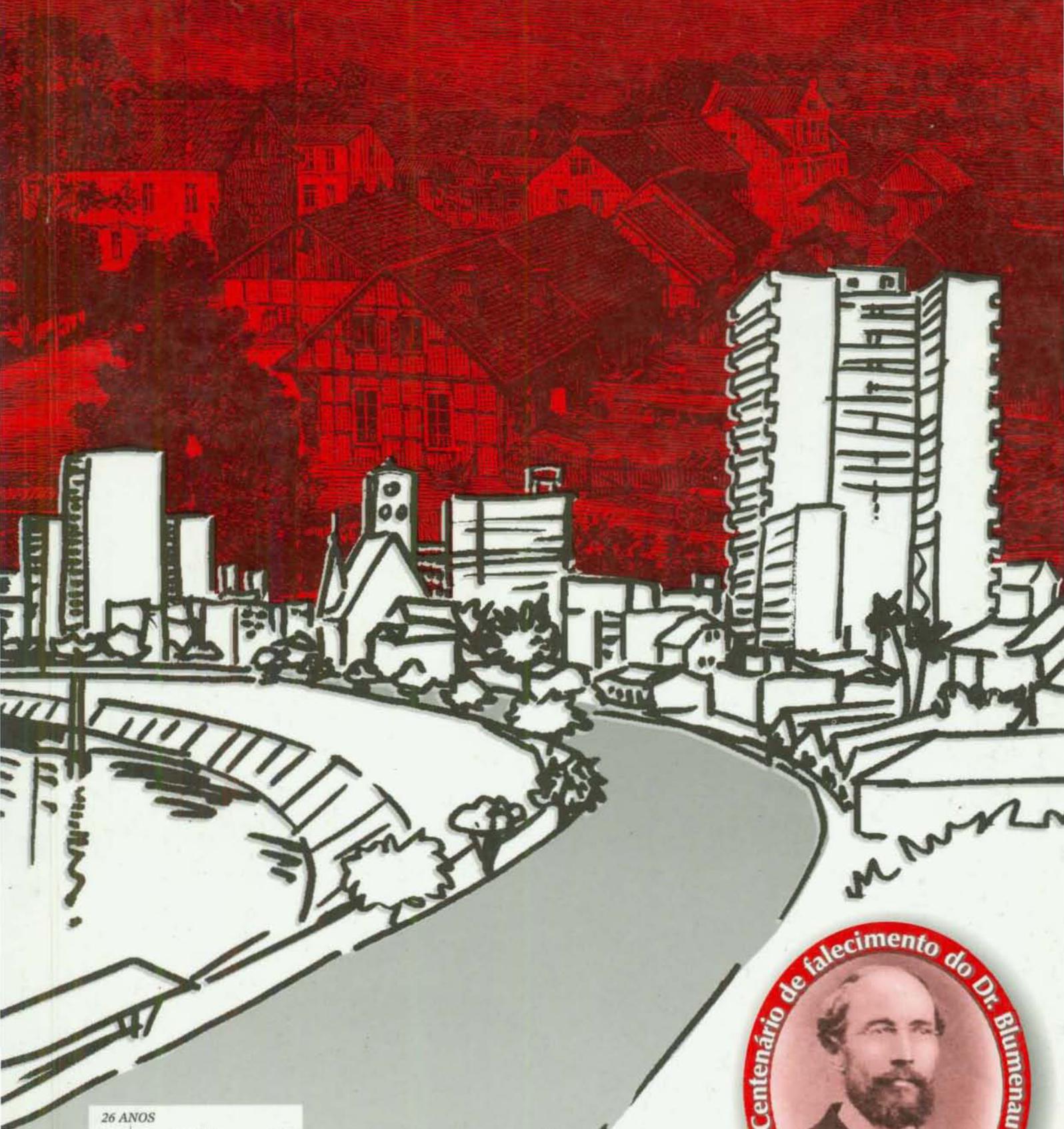


# BLUMENAU

*em Cadernos*



26 ANOS  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU  
TOMO XL  
OUTUBRO 1999  
NÚMERO 10  
Edição Especial

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC  
Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

# BLUMENAU

*em Cadernos*

**Fundação Cultural de Blumenau**

**Presidente**

Braulio Maria Schloegel

**Diretoria Administrativo-Financeira**

Maria Teresinha Heimann

**Diretoria Histórico-Museológica**

Sueli Maria Vanzuita Petry

**Diretoria de Cultura**

Vilson do Nascimento



**Revista “BLUMENAU EM CADERNOS”,**  
fundada em 1957 por **José Ferreira da Silva**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
*Biblioteca Pública “Dr. Fritz Müller”*

Blumenau em Cadernos. (Fundação Cultural de  
Blumenau) Blumenau, SC, 1 (11) 1957 -  
il.  
Mensal

ISSN 0006-5218

**FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU**

**Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”**



**Prêmio Alm. Lucas Alexandre Boiteux,**  
na Área de História – edição 1998, concedido  
pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

COPYRIGHT © 1999 by Fundação Cultural de Blumenau

**REVISTA “BLUMENAU EM CADERNOS”**

**ENDEREÇO**

Alameda Duque de Caxias, 64 - Caixa Postal: 425

CEP.: 89015-010 - Blumenau – SC

Fone/fax: (047) 326-6990

E-mail: *funculbl@zaz.com.br*

**CAPA**

*Projeto Gráfico:* Silvio Roberto de Braga

*Acervo:* Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”

Litogravura representando Blumenau em 1883, constante do livro  
“Os alemães na floresta brasileira”, de Hugo Zöller.

**DIREÇÃO**

Sueli M. V. Petry

**CONSELHO EDITORIAL**

Alda Niemeyer, Cristina Ferreira, Niels Deeke,

Sálvio Alexandre Müller, Tadeu C. Mikowski

**DIGITAÇÃO**

Ellen Annuseck

**DIAGRAMAÇÃO/EDITORIAÇÃO**

Cristina Ferreira

**PRODUÇÃO GRÁFICA**

Nova Letra Editoração e Impressão Ltda.

Av. Brasil, 742 - Ponta Aguda - Fone/Fax (047) 326-0600

Cep 89050-000 - Blumenau - SC

**EDIÇÃO**

Editora Cultura em Movimento

Dirceu Bombonatti (Diretor Executivo)

## APRESENTAÇÃO

Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, o fundador de nossa cidade, faleceu em 30 de outubro de 1899, em Brunswick, na Alemanha. Em sua homenagem, a revista "Blumenau em Cadernos", visando marcar este centenário de falecimento, organizou esta edição especial, que procura destacar as experiências por ele vivenciadas.

Em se tratando de um personagem que em diversos momentos é biografado de forma reduzida e incompleta, procuramos buscar um ensaio biográfico que registrasse múltiplos acontecimentos de sua vida, cujas realizações oportunizaram o crescimento e possibilitaram a consolidação deste Município.

Feito um estudo em torno das várias biografias produzidas sobre o homenageado, chegou-se à conclusão que o texto, de autoria do Dr. Karl Fouquet, publicado no livro do "Centenário de Blumenau", ilustra o personagem com grande probidade e revela-se, na opinião da própria bisneta de Hermann Blumenau, sra. Jutta Blumenau-Niesel, "uma biografia verdadeiramente informativa, pois encontra-se fundamentada na investigação de dados objetivos e baseada em vastos conhecimentos demonstrados pelo autor."

Dr. Karl Fouquet, blumenauense, estudou na Alemanha, onde se formou em filosofia e em seguida fez doutorado. Em 1938, fundou o "Instituto Hans Staden" em São Paulo e, em 1951, a "Fundação Martius", ambas voltadas à pesquisa científica, literatura e artes. Foi co-fundador da Biblioteca Alemã e Portuguesa para pesquisas científicas e por sua iniciativa criou-se o "Arquivo de Imigrantes Alemães no Brasil", que contém o registro de aproximadamente 60.000 nomes. Em participação com o "Instituto Histórico e Geográfico" publicou a série "As Famílias Brasileiras de Origem Alemã". Dedicou sua vida ao intercâmbio cultural Brasil Alemanha e seus principais livros publicados foram: Dr. Hermann Blumenau e O Imigrante Alemão e seus Descendentes no Brasil.

Apesar desse texto ter sido escrito há algumas décadas, continua sendo o mais completo, pela profundidade e cientificidade apresentados pelo autor que, ao elaborá-lo, abriu várias frentes para discussão e crítica, permitindo ao leitor mais aguçado e atento constituir um embasamento denso e abrangente sobre o perfil do Dr. Hermann Blumenau e sua obra.



**Dr. Hermann Blumenau no jardim de sua casa**

**Dr. Hermann  
Bruno Otto  
Blumenau –  
Vida e Obra**

---

**Vida e Obra  
do  
Dr. Blumenau  
- Ensaio  
Biográfico**

Texto:

*DR. KARL  
FOUQUET*



## 1. Introdução.

O benemérito fundador da colônia de Blumenau e colonizador do Vale do Itajaí continua a ser, ainda hoje, um desconhecido, decorridos cinquenta anos de sua morte. Verdade é que seu nome se divulgou amplamente, ligado que se acha a um município outrora vasto e a uma cidade próspera, que se vem desenvolvendo no sentido de tornar-se o mais importante centro de convergência da vida cultural e econômica de Santa Catarina. Cabe observar, ainda, que quase toda pessoa ilustrada, tanto na região sulina do Brasil, como na Alemanha, liga ao topônimo a idéia de um homem animado do desejo ardente de colonizar, e que se logrou atingir o seu escopo, após vencer obstáculos sem conta. Todavia, a imagem se limita, em geral, a estes poucos traços.

Existem porém, ainda, no Vale do Itajaí, tradições verbais ou documentadas sobre ele. Intelectuais de ambos os sexos dedicaram-se, ali e alhures, à investigação dos rastros deixados pelo Dr. Blumenau. Uma vez, porém, que esses rastros – abstração feita do monumental de sua peregrinação pelo mundo, a qual se reflete nas florescentes terras cultivadas entre o oceano e as orlas do planalto catarinense – consistem, preponderantemente, em documentos, livros e folhetos assaz esparsos e de difícil acesso, tais investigações não se viram coroadas de pleno êxito. Em meio à cópia de observações e reminiscências salientam-se algumas boas apreciações e duas breves biografias em forma de livro. Ambas essas biografias possuem grandes méritos. Porém a de Roloff foi escrita sem conhecimento das condições dominantes no Brasil, e a de Ferreira da Silva restringe-se ao mais necessário sobre a Alemanha e sua vida.

No entanto, um homem como o Dr. Blumenau, - quem pela origem e obra, como homem e como cidadão, está plenamente identificado com ambos os países, - só que pode ser compreendido perfeitamente, se, para estudá-lo, nos situarmos nos dois países. O presente trabalho representa um ensaio nesse sentido. Visa ele, simultaneamente, oferecer – pela utilização despreconcebida de fontes de informações mais abundantes que até aqui ou, sempre que tais fontes fossem inacessíveis ou houvessem sido vítimas de uma sorte adversa, por meio do cotejo de trabalhos já existentes – uma descrição resumida de toda a vida do “ilustre desconhecido”, bem como esclarecer alguns pontos obscuros e desfazer equívocos que se imiscuíram na respectiva literatura. Não se objetiva biografar o Dr. Blumenau; aliás, não o permitem nem o espaço disponível, nem tampouco a extensão da investigação das fontes. Disso ter-se-á de incumbir o futuro.

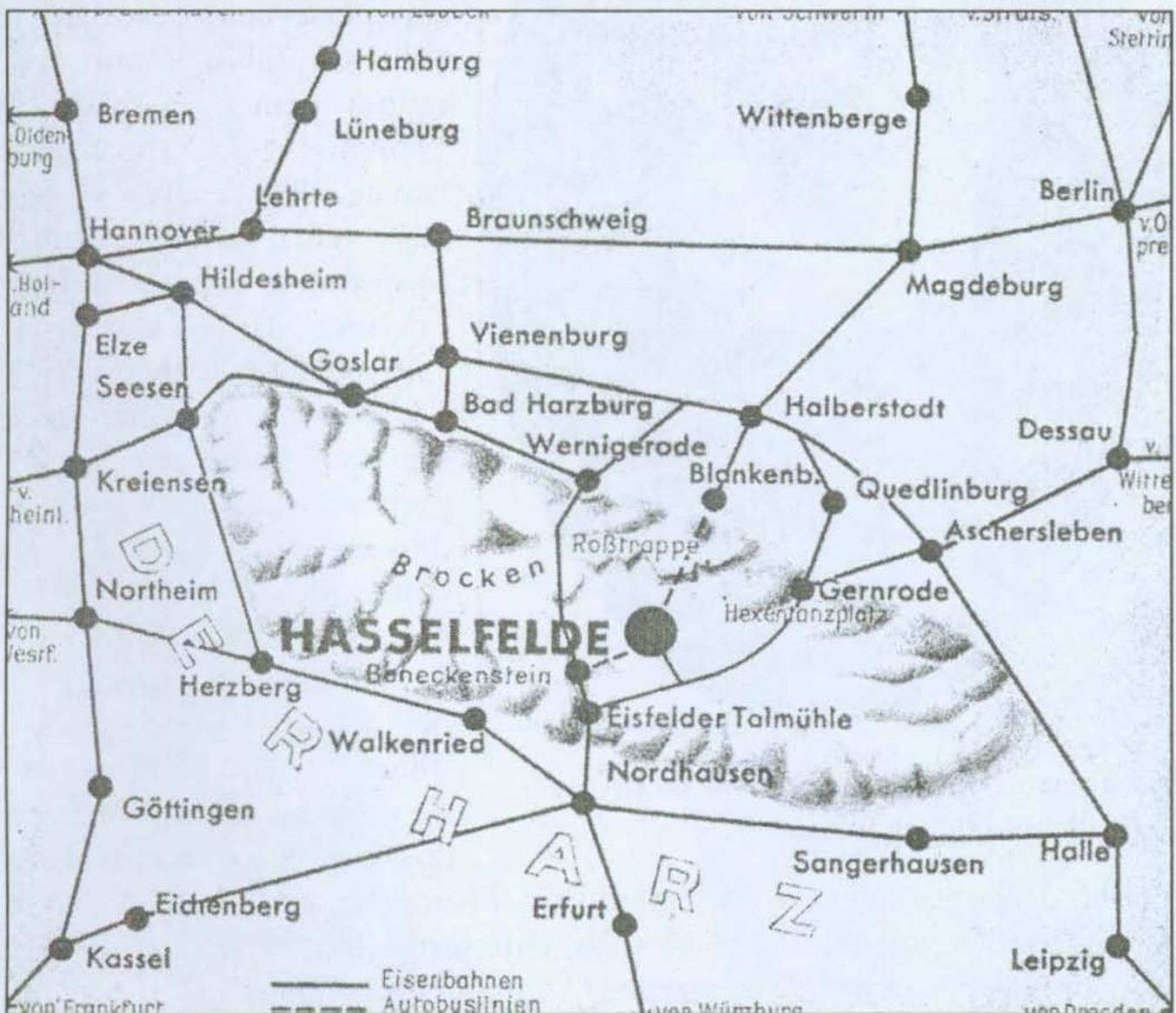
### **2. Terra natal, casa paterna e escola, 1819/36**

Hermann Bruno Otto Blumenau nasceu a 26 de dezembro de 1819 em Hasselfelde, pequena cidade do Harz, a mais setentrional das serras alemãs, e situada na altitude de 450 metros e cerca de 20 quilômetros a sudeste do Brocken, de cujo lendário cume se descortina vasto panorama. A localidade se aninha entre plantações de batatas, campos de cereais e lindos prados, e dela se aproximam, de todas as direções, maravilhosas florestas de faias e abetos. O clima é frio e inclemente.

A região começou a ser povoada no século IX, na era dos carolíngios. Instalaram-se, então, pelas matarias numerosos paços de caça, e entre eles, ou simultaneamente, formaram-se três povoados, - Hasselfelde Ocidental, Central e Oriental, - que logo se fundiram, constituindo uma só cidade. Graças a sua situação próxima a uma estrada real de intenso trânsito e à mineração de prata, cobre e ferro, ela progrediu rapidamente. Todavia, no século XIV foi destruída no decorrer de uma luta intestina. Mais tarde viu-se retardada em seu desenvolvimento por cinco vezes, em consequência de enormes incêndios. O penúltimo sinistro dessa natureza ocorreu no ano de 1834, já na mocidade de Hermann Blumenau. Hasselfelde pertencia ao antigo ducado de Brunswick. É hoje uma cidadezinha de 5.000 habitantes e ponto terminal de um ramal ferroviário. Encontra-se na zona ocupada pelos russos.

Foi nessa bela e severa região montanhosa que Hermann Blumenau passou a infância. Dos sete aos dez anos freqüentou a escola comunal local. Pouco se sabe sobre essa época de sua vida e, mesmo, sobre a casa paterna. Seu pai, Karl Friedrich Blumenau, nascido no ano de 1771 em Mariental, no distrito de Helmstedt, era engenheiro-mor das florestas ducais. Em 1840 foi nomeado conselheiro florestal. Faleceu, já aposentado, em Hasselfelde, a 3 de abril de 1850, em idade avançada.

No Harz o serviço florestal se achava então subordinado, na maioria das localidades, à mineração e à siderurgia, bem mais importantes e mais rendosas. As minas necessitavam de enormes quantidades de madeira para suas obras. Os fornos de fusão das usinas siderúrgicas eram alimentados a carvão vegetal. Também o serviço de abastecimento de água, indispensável a essas indústrias, estava estreitamente ligado à silvicultura. Karl Friedrich



Blumenau era, igualmente, engenheiro-mor florestal das minas e superintendia toda a carvoaria da região.<sup>1</sup> Morava numa casa espaçosa, confortavelmente instalada nas proximidades das usinas siderúrgicas de Hasselfelde.<sup>2</sup> Sua esposa, Christiane Sophie Kegel, era seis anos mais nova que ele e sobreviveu-o até 19 de maio de 1851. Ainda hoje se encontram em Santa Catarina representantes de sua família. Sabe-se que Hermann, a quem ela costumava chamar pelo apelido de “homenzinho”, tinha pela mãe entranhado amor e profunda veneração e, nas situações mais difíceis, voltava para ela seus pensamentos, encontrando assim, energias para perseverar.



**Christiane Sophie Kegel – mãe do Dr. Hermann Blumenau**

Os filhos foram educados com severidade e exemplos de probidade. Emilie Blumenau, a filha mais velha, casou-se com o magistrado distrital Johann Friedrich Ernst Gärtner e veio a ser a mãe de Reinhold e Viktor Gärtner, que representaram mais tarde papel preponderante nos primórdios de nossa colônia e são conhecidos como os “sobrinhos do Dr. Blumenau”. Reinhold regressou mais tarde à terra natal, onde faleceu. Viktor, porém, ficou no Brasil, onde se acham domiciliados seus descendentes. Nada

se sabe de preciso a cerca do segundo filho Karl Blumenau.<sup>3</sup> O terceiro rebento, Auguste, casou-se, aos 17 anos, com um senhor Kegel, magistrado-mor, provável parente de sua mãe. O quarto filho, Julius, foi mais tarde proprietário rural em Biesenrode e, posteriormente magistrado-mor em

se sabe de preciso a cerca do segundo filho Karl Blumenau.<sup>3</sup> O terceiro rebento, Auguste, casou-se, aos 17 anos, com um senhor Kegel, magistrado-mor, provável parente de sua mãe. O quarto filho, Julius, foi mais tarde proprietário rural em Biesenrode e, posteriormente magistrado-mor em

Nippern. Segue-lhe Agnes, que contraiu núpcias com o sr. Götter, arquiteto distrital em Brunswick. Hermann foi o sexto e último filho.<sup>4</sup>

A melhor informação sobre a linhagem dos Blumenau é fornecida por Ehrenkrook, em seu estudo sobre famílias de funcionários públicos da Baixa Saxônia, publicado em 1928. Segundo sua explanação, o nome surge, pela primeira vez, na Alsácia. Vivia ali uma estirpe nobre de von Blumenau, que se tornou notável em Estrasburgo, vindo a extinguir-se, porém, no século XVI. Identificam-se na Prússia Oriental, entre 1500 e 1800, alguns portadores do nome, igualmente nobres. Provavelmente não existia ligação entre esses Blumenau e os nossos, e mesmo que houvesse existido, já se não poderia comprová-la. Mas pelo ano de 1700, uma linhagem burguesa aparece em Altemburgo, ao sul de Leipzig, e ainda subsiste no norte da Alemanha. É de supor que essa linhagem seja afim a de Hermann Blumenau.

Os registros citam, como ascendente mais remoto do colonizador, a Hans Blumenau, que nasceu antes de 1635 e faleceu em 1716. Vivia ele, na qualidade de burgomestre, na cidadezinha de Egel, a sudoeste de Magdeburgo. De seus descendentes, ao todo onze filhos, partem dois ramos. O primeiro distendeu-se em direção à Áustria e outras regiões, ao passo que os membros do segundo permaneceram em Egel, ou então se domiciliaram em várias localidades na região entre Magdeburgo, Brunswick e o Harz. O tronco do segundo ramo, Mathias Paulus Blumenau, 1670 – 1721, foi burgomestre de Egel, como fora seu pai, de nome Hans. Seu filho Andreas Heirich, nascido em 1702, “*juris utriusque consultus*”, vivia, como cidadão, em Egel, onde era cervejeiro, sendo nomeado, posteriormente, magistrado-mor sob um tal príncipe Heinrich, em Wegebelen. O filho de Andreas Heinrich, de nome August, era comissário florestal em Mariental, distrito de Helmstedt, e o pai do já referido conselheiro florestal Karl Friedrich, sendo, por conseguinte, avô de Hermann.

Os colaterais mais próximos e parentes por afinidade eram, em sua maioria, homens que ocupavam cargos elevados, sendo, além disso, comerciantes independentes, proprietários rurais, proprietários de solares e, notadamente, magistrados, magistrados-mor e conselheiros judiciários. Os membros da estirpe tinham predileção pelo campo e por pequenos centros urbanos.

Tudo quanto a um indivíduo é possível ser, fazer ou deixar de fazer é influenciado por o que foram e são ascendentes e consangüíneos laterais. Terá ele de contar com a herança que neles se manifestou ou manifesta físi-

ca, moral e mentalmente, como sendo o fâcies de sua própria existência. Só com dificuldades poderá ultrapassar suas próprias possibilidades tanto em seus atos bons, como em seus atos maus. E se as houver transposto, graças a seus trabalhos ou sucessos, ele terá sido impelido ou detido além da escala média por um conjunto de fatores favoráveis ou desfavoráveis de predicados, ou pela interferência de condições externas do mundo em que vive.

Aplicado a Hermann Blumenau esse princípio, os fatos o aquinhoaram bem, conforme acabamos de ver. Patentearam-se nele, através de numerosas gerações, com regularidade notável, certos atributos que soem revelar-se em famílias de funcionários públicos ativos radicados no país. Tais qualidades viriam a manifestar-se em Hermann Blumenau, ao se lhe depararem – ao primeiro de sua linhagem portanto, em consequência do passo dado que o conduziu a terras transatlânticas inteiramente estranhas – novos e maiores problemas que os que desafiaram qualquer de seus antepassados. Esses seus atributos viriam a exteriorizar-se de forma positiva principalmente no caso de administrar uma comunidade e orientar homens a exemplo de um burgomestre, ou organizar e superintender empresas econômicas, como um magistrado ou funcionário florestal. Essas qualidades viriam a causar-lhe também, ocasionalmente, embaraços, quando os novos e mais vultosos problemas dele exigiam que desempenhasse, simultaneamente, o papel de propagandista, orador, escritor e diplomata. Eis os dotes que lhe faltavam. Devemos ter presentes tais reflexões, ao acompanharmos, daqui por diante, a Hermann Blumenau, como homem, em sua ulterior trajetória, por uma vida longa, agitada e rica de sucessos e insucessos. Só assim poderemos compreendê-lo de alguma forma e aproximar-nos dele, como a um ser humano.

Segundo já ficou dito, o filho engenheiro florestal recebeu as primeiras luzes de instrução em Hasselfelde. No ano de 1829 seu pai o confiou à guarda do Pastor J. L. Götting, de Klein-Winnigstedt, ao sul de Schöppenstedt, a fim de se preparar para o ginásio. Na casa do cura de almas Hermann encontrou seu segundo lar, tanto assim que, decorridos vários decênios, ele gostava de recordar-se do carinho e do cuidado com que ali fora tratado. A citada aldeia repousa em uma fértil planície ligeiramente acidentada, porém distante de montanhas e de florestas, sendo possível, portanto, que o rapaz freqüentemente sentisse saudades do Harz, ao ter de penetrar no mundo das regras da gramática latina e grega. Aos doze anos, Hermann foi atacado de grande enfermidade em Klein-Winnigstedt.<sup>5</sup> Ad-

veio-lhe daí uma infecção auditiva para a qual não conseguiu encontrar cura, não obstante todos os esforços empregados nesse sentido. Esse defeito físico, mais a miopia, causaram-lhe sérias dificuldades pelo resto da vida. Algumas semanas depois de sua “confirmação”, na Páscoa de 1834, foi ele matriculado no Ginásio Martino-Katharineum, em Brunswick, capital do ducado do mesmo nome.

A vetusta e bela sede dos guelfos, cujas suntuosas residências burguesas, igrejas e demais riquíssimos monumentos culturais da Idade Média e dos primórdios da Renascença foram reduzidos a um monte de escombros pelas bombas aéreas inglesas e americanas na segunda conflagração mundial, era, naqueles tempos, uma cidade de cerca de 40.000 habitantes. Pulsava ali intensa vida econômica, intelectual e artística. O ginásio, que surgiu em 1828 pela fusão das duas escolas de curso secundário (“*Leiteinschule*”) Martineum e Katharineum, ambas fundadas em 1420, era o instituto de ensino mais conhecido do ducado – um centro de cultura de espírito humanístico. Sem dúvida alguma essa escola transmitiu ao aluno aplicado, - que Hermann sempre fora, graças à base da instrução preliminar recebida do Pastor Götting, - conhecimentos suficientes, de modo a poder ser admitido, mais tarde, ao curso universitário, embora houvesse deixado o ginásio prematuramente, antes, portanto, de receber o atestado de madureza.

Não se sabe ao certo o que o induzira a interromper o curso secundário já em 1836, nos dias consagrados a São Miguel. Consta que o fez por determinação do pai, que tinha de cuidar da educação de seis filhos, temendo, por conseguinte, as despesas acarretadas pelo prolongado estudo do mais jovem deles, sendo evidente, também, que nenhum dos dois filhos mais velhos recebeu instrução superior. Deve-se, entretanto, duvidar dessa afirmação, em vista da apreciável fortuna que coube a Hermann Blumenau por morte de seus pais. Pelo que se sabe, ele alimentava vivo desejo de estudar Química, Ciências Naturais e Medicina; submeteu-se, contudo, filho obediente que era, à vontade do pai, que o havia destinado à profissão de farmacêutico. Todavia, somos de parecer que seu pai, habituado a raciocinar sobriamente, se deixara orientar por outra reflexão. A prática farmacêutica era, então, geralmente considerada como o melhor preparo para o estudo da Química. Pode-se deduzir daí que o pai de Hermann tratou de colocá-lo como aprendiz numa farmácia, por haver notado as pronunciadas tendências do filho por essa ciência.

### 3. Aprendizado e estudos, 1836/46.

O aprendizado iniciou-se em outubro de 1836, sob a orientação do mui respeitável farmacêutico, botânico e muscólogo Hampe, de Blankenburgo, no Harz. No ano seguinte prosseguiu em Erfurt, na “*Löwenapotheke*”, de propriedade do farmacêutico Koch, o “bravo mestre”, como a ele se referia a Blumenau, e cujo amigo se tornou mais tarde. Nessa mesma farmácia concluiu o aprendizado, com o habitual exame de oficial, na Páscoa de 1840. O atestado conferido pela banca examinadora contém uma observação suplementar, sem dúvida insólita, em que se fazem votos que “esse notável jovem prossiga na operosidade e na conduta altamente moral até aqui reveladas, e que sempre encontre oportunidades propícias a sua habilidade e ao seu valor moral.”<sup>6</sup>

Pouco antes de falecer, o Dr. Blumenau registrou o seguinte sobre os três e meio anos passados em Blankenburgo e Erfurt: “Naquela época a aprendizagem da arte farmacêutica era, mui freqüentemente, árdua e pouco agradável. E mesmo que os aprendizes não fossem obrigados, como se dava, a seu tempo, com o barão Justus von Liebig, nascido em 1803, e com Friedrich Wöhler, nascido em 1800, a limpar os sapatos dos patrões e a prestar outros serviços domésticos, só uma vez ou outra se lhes concedia um domingo de folga, e somente no verão, e ao colherem ervas, é que podiam espairar um pouco. Às vezes também eram explorados, como jornalheiros, além de suas forças. Na casa de Hampe, que mantinha um considerável comércio de ervas medicinais secas, extratos etc., tínhamos que trabalhar, ao iniciar-se a estação primaveril, não raramente desde as quatro horas da madrugada até às onze da noite, e no inverno tínhamos que selecionar, em dias alternados, durante o período diurno, musgo irlandês. Porém, não obstante, tudo se converteu em real benefício para mim e outros que se achassem animados de alguma resolução e boa vontade. Aprendemos a trabalhar eficientemente e a empenhar-nos com decisão, calejando e sujando as mãos etc. Também não se desleixava a parte científica, que, naquela época, abrangia, como aliás hoje, múltiplos domínios que ofereciam um campo vastíssimo aos esforçados e sequiosos de saber, segundo suas energias, inclinações e aptidões.”

Imediatamente após sua aprovação no exame de oficial de farmácia, Hermann Blumenau empreendeu, de mochila às costas, uma caminhada a pé através da Boêmia, Alta Áustria e Salzburgo, até Gastein, cuidando, ao

mesmo tempo, de balde, porém, de encontrar, nos balneários, um remédio contra sua mouquice. Vagou pelos Alpes, chegando até Heiligenblut, aos pés do Grossglockner. Desistiu, entretanto, de escalar a montanha, uma vez que seus poucos recursos monetários não lho permitiam. Prosseguindo em sua peregrinação – “colhendo alguns vegetais e muitos minerais bonitos” – passou por Saalfelden e Passau sobre o Danúbio, atravessou as florestas bávaras e a Serra de Fichtel, em demanda de Erfurt, de onde rumou para Hasselfelde. Por essa época seu pai fora nomeado conselheiro florestal.

Pouco se sabe do que ocorreu nos anos seguintes. Blumenau trabalhou, a princípio, de abril de 1840 até março de 1841, como praticante na Farmácia Gerhard, em sua cidade natal, e, em seguida, na mesma qualidade, até fins de 1841, na estação balneária de Salzuflen, próxima à floresta de Teutoburgo, a serviço do proprietário de farmácia Brandes. Todavia, só a fase seguinte de sua vida, novamente sob o signo da cidade luterana de Erfurt, foi decisiva para ele, ou seja para a fixação de suas idéias voltadas para objetivos definidos, e, em conseqüência, para todo o seu futuro.

Em sua marcha evolutiva, Erfurt havia-se tornado, na geração precedente, o centro farmacêutico da Alemanha. Ali exerceu sua atividade, até março de 1837, quando faleceu, o Dr. Johann Bartholomäus Trommsdorff, avô materno do Dr. Fritz Müller. O Dr. Trommsdorff era dono da “Schwanen-Apotheke”, professor da universidade local, diretor da Real Academia de Ciências de Utilidade Pública e fundador do “Journal der Pharmazie” que, a partir de 1832, continuou sob a direção de Liebig. Foi ainda fundador de um instituto de ensino para a formação de farmacêuticos. Desenvolveu, além disso, intensa atividade como autor de numerosas obras científicas. Talvez Blumenau não tenha chegado a conhecer o “velho Trommsdorff”. Mas, quando ainda aprendiz de farmácia, travara relações com seu filho Hermann, que o atraiu, em fins de 1841, presumivelmente já como sócio, para sua fábrica de produtos químicos, que estava então sendo instalada. As relações de interesse comercial com o jovem Trommsdorff converteram-se logo em íntima amizade, que perdurou até a morte deste.

Blumenau iniciou sua atividade na fábrica no limiar do ano de 1842. Os dois homens tiveram de enfrentar, no começo, tempos difíceis. É provável que Trommsdorff não tivesse calculado rigorosamente o montante dos recursos financeiros exigidos. Acrescia que não dispunha da experiência necessária. Quanto a Blumenau, que até então não havia trabalhado em empresas de vulto, não lhe era nada fácil adestrar e controlar o grande número

de operários. Ambos se dedicaram, porém, de corpo e alma, à indústria, nela aplicando todas as suas energias. Não obstante, Blumenau encontrava ainda algum lazer para cuidar do seu aperfeiçoamento intelectual e para frequentar círculos sociais. Porém o excesso de esforço o prostrou por algumas semanas no leito.

Lá para os fins do ano de 1843 os dois empresários descobriram um processo que por meio do zinco reduzia o sulfato de chumbo que sobrava em grande quantidade na preparação do acetato de alumínio nas tinturarias de Erfurt, e que era deitado fora. Resolveram então requerer patente de invenção e admitiram à sociedade um comerciante. Enquanto este e Trommsdorff percorriam, a negócios, a Alemanha, Áustria e Suíça, Blumenau empreendeu uma viagem a Inglaterra e França. Levou para Londres, dirigida a Thomas Graham, talvez o químico inglês mais notável daquela época, uma carta de recomendação de Liebig, que mantinha estreitas relações com o círculo de Trommsdorff. Graham (1804-1869), professor de Química, primeiro presidente da Sociedade Londrina de Química e membro da “Royal Society”, era especialista no domínio da pesquisa molecular e atômica. Por essa recomendação se evidencia quanto Blumenau, que mal contava 25 anos de idade, era considerado por cientistas de nomeada.

Contudo, do lado comercial, em empresários não viram seus esforços coroados de êxito. As respectivas informações silenciam sobre os pormenores. Sabe-se apenas que o próprio Blumenau empregou muito dinheiro na empresa, sem jamais se haver mostrado arrependido do passo dado. Sua viagem e a prolongada permanência em Londres e Paris contribuíram para que se “dilatasse consideravelmente o horizonte de seu espírito, assaz restrito até então”.

Em Londres veio a conhecer o homem que determinaria, definitivamente, a diretriz de sua vida futura. Esse homem era o cônsul geral brasileiro Sturz. O interesse pela fábrica de produtos químicos cedeu lugar, daí por diante, a outras idéias e a planos mais amplos.

Porém essa mudança não fora ditada pelo acaso. Hermann Blumenau estava preparado para ela. Há tempos já, provavelmente desde 1842, ou seja desde o primeiro ano de sua colaboração com Trommsdorff, que “o espicava o anseio por distantes terras ignotas”. Simultaneamente ele se ocupava, com grande interesse, da questão, então freqüentemente ventilada, da emigração alemã e conseqüente colonização. Ele havia lido tudo quanto fora escrito sobre a matéria e se achava ao alcance de suas mãos, e colecionara

livros, brochuras, panfletos, escritos polêmicos, editais e recortes de artigos de jornais. Fora-lhe dado apresentar-se a Alexandre von Humboldt, quando de uma visita deste a Erfurt. O célebre camareiro e cientista, estadista e explorador, o “monarca não coroado das ciências”, que, desde a morte de Goethe, representava “a figura central da glória nacional”, conhecedor competente das regiões equinociais do mundo ocidental, deve ter simpatizado com o jovem Blumenau. Admitiu-o ao vasto círculo de homens de escol, aos quais von Humboldt dava conselhos e proporcionava assistência. É de presumir que Blumenau tenha conversado com ele sobre assuntos que o preocupavam, notadamente a respeito da América. Ao empreender, em março de 1844, sua viagem a Inglaterra e França, com certeza já trazia em mente, como destino da futura corrente emigratória alemã, o México e a Califórnia, que então ainda pertencia ao México, bem como o Brasil.

Blumenau travou conhecimento com Johann Jakob Sturz no Consulado Geral da Prússia em Londres. Esse homem, que havia sido nomeado, um ano antes, cônsul geral do Imperial Governo Brasileiro na Prússia, merece nossa particular atenção, pela extraordinária influência que chegou a exercer sobre o auspicioso colonizador, e por sua futura desinteligência com o orientador e diretor da colônia às margens do Itajaí.<sup>8</sup> Quase vinte anos mais velho que Blumenau, filho de alto funcionário público bávaro, Sturz havia dado, pela primeira vez, provas de suas aptidões no México. Era ainda jovem, quando viajou por todo o Brasil. Trabalhou aqui em seguida, como funcionário de uma empresa londrina de mineração de ouro. Porém desistiu do emprego, por aversão ao tratamento cruel a que eram submetidos os escravos que mourejavam nas minas, e por não haver conseguido melhoria da situação junto aos seus superiores. Esforçou-se, apaixonadamente, por interessar o Brasil no tráfico internacional e aproximá-lo, assim, de um padrão cultural mais elevado. Empenhou-se, por isso, sem temer o sacrifício de recursos financeiros próprios, em que uma companhia de navegação inglesa obtivesse, em 1838, licença para organizar o serviço postal no rio Amazonas e navegar em outros rios brasileiros. Sturz logrou obter influência no Rio de Janeiro, tanto nos círculos parlamentares como nos ministérios, e mesmo junto à família imperial. Fornecia ao estadista britânico Henry Brougham, um dos mais notáveis abolicionistas da escravatura na segunda e terceira décadas do século XIX, dados importantes para seus grandiosos discursos. Quando o Governo inglês tomou medidas rigorosas contra o tráfico de “marfim negro” para o Brasil, medidas essas que foram criticadas

com veemência e encontraram sua expressão mais severa em 1845 no “Bill Aberdeen”, Sturz sentiu-se feliz e orgulhoso, cômico de haver prestado ao Brasil um serviço dos mais extraordinários.

Sob tais circunstâncias o Governo de Dom Pedro II ficou cada vez mais compenetrado de que o desfalque de forças braçais negras devia ser compensado por imigrantes brancos livres. As visitas do Governo Imperial voltavam-se, principalmente, para a Alemanha. Esse país achava-se politicamente fraco, devido a seu esfacelamento em inúmeros Estados independentes. Não possuía colônias para as quais extravasasse o excedente de sua densidade demográfica. No Rio Grande do Sul haviam sido registrados os melhores resultados com colonos alemães, desde a fundação de São Leopoldo, em 25 de julho de 1824. Acrescia a isso o fato de a propriedade surpreendente dos Estados Unidos da América do Norte ser devida, em grande parte, à cooperação do vigoroso elemento teuto. Recomendava-se, por conseguinte, imitar o exemplo da grande república do setentrião americano e estimular ativamente a emigração alemã. Sturz parecia ser a pessoa talhada para levar avante o empreendimento. Foi, por isso, nomeado representante do Brasil no reino da Prússia, que, na realidade, era geograficamente menor que a Áustria, mas consideravelmente mais importante para a imigração.

Sturz desempenhou o cargo durante longo tempo, com toda dedicação e grande habilidade. Altruísta, lutava, onde quer que estivesse, em prol dos direitos fundamentais da liberdade individual, contra a escravatura na América do Norte, contra o tráfico de pretos na África e contra o tratamento bárbaro de cules asiáticos no Peru. Eis apenas alguns exemplos que cabia citar aqui. Compenetrado de sincero amor ao Brasil, tentou iniciar, também nesse país, certas reformas, colimadas aqui ainda por outros espíritos vanguardeiros, aos quais, entretanto, não se podiam realizar tão radicalmente como era de seu desejo, dadas as condições dominantes. Surgiram, além disso, divergências de opinião sobre o tratamento a ser dispensado aos imigrantes alemães e sua fixação fora dos Estados sulinos de clima mais ameno, sobre o “sistema de parceria” (de meação) em São Paulo, e assim por diante. Resultou daí que o Governo Imperial o demitisse, sem pensão, em 1859, depois de haver ele exercido o cargo de cônsul geral durante dezesseis anos.

Todavia, Sturz não se deu por vencido. Continuou a trabalhar sem desfalecimentos, traçou planos arrojados, como o de canal de ligação entre o Mar do Norte e o Báltico. Daí em diante, porém, ele se opunha à emigra-

ção alemã para o Brasil com a mesma pertinácia com que a propugnara anteriormente. O decreto denominado “von der Heydt”, promulgado em 1859, o qual dificultava a emigração para o Brasil, constituiu “sem êxito mais brilhante”, segundo uma expressão ulteriormente empregada pelo Dr. Blumenau, cuja veracidade, no entanto, deve ainda ser apurada.

Johann Jakob Sturz era, indubitavelmente, um cosmopolita e filantropo no sentido mais lato do termo. Distinguiam-no raros dotes intelectuais e de coração, com os quais contrastavam, entretanto, múltiplas fraquezas. Sua intervenção pró e contra o Brasil é assunto controverso ainda em nossos dias, ou seja mais de 70 anos depois de sua morte. Hermann Blumenau recebera em Londres, profunda impressão de Sturz. Seus dotes polimorfos, a abundância de excelentes idéias e planos, seu poder criador, seus ideais elevados, sua religiosidade sem artifícios, seu sincero compadecimento com a sorte do próximo, a que se aliavam uma vivacidade trasbordante e uma amabilidade fascinante, eram de molde a entusiasmar o jovem viajante Blumenau, como, aliás, essas virtudes haviam conquistado para Sturz as simpatias de outras personagens que passaram para a História, tais como Martius, o grande amigo do Brasil. Naqueles tempos Blumenau teria “posto a mão no fogo” por Sturz. Tais sentimentos conservaram-se inalterados durante longos anos. Mesmo já avançado em idade, Blumenau ainda reconhecia as habilidades de Sturz. Todavia, o caminho trilhado pelos dois homens bifurcou-se, sobrevivendo a mais ferrenha inimizade, quando Sturz levantou sua voz contra o Brasil. Blumenau julgou, então, ver nele um “embusteiro da humanidade”, um “hipócrita sem honra”, disposto a vender, na Inglaterra, emigrantes alemães à razão de cinco shillings per capita. Blumenau foi a ponto de agredir a Sturz publicamente, na tentativa de compeli-lo a uma queixa por injúrias, a fim de “poder arrancar-lhe a máscara de homem honrado e de patriota alemão”. Todavia, a questão não foi parar nos tribunais.

Tivemos de antecipar aqui ocorrências posteriormente verificadas, revelando a marcha de sua evolução, de vez que cabia demonstrar a concatenação de certos fatos que, só assim, tornaram inteligível um dos capítulos mais importantes no processo de formação do nosso colonizador.

Ao deixar a ilha britânica, Blumenau tinha em mira unicamente o Brasil para a planejada emigração alemã e, quando muito, ainda os países platinos.

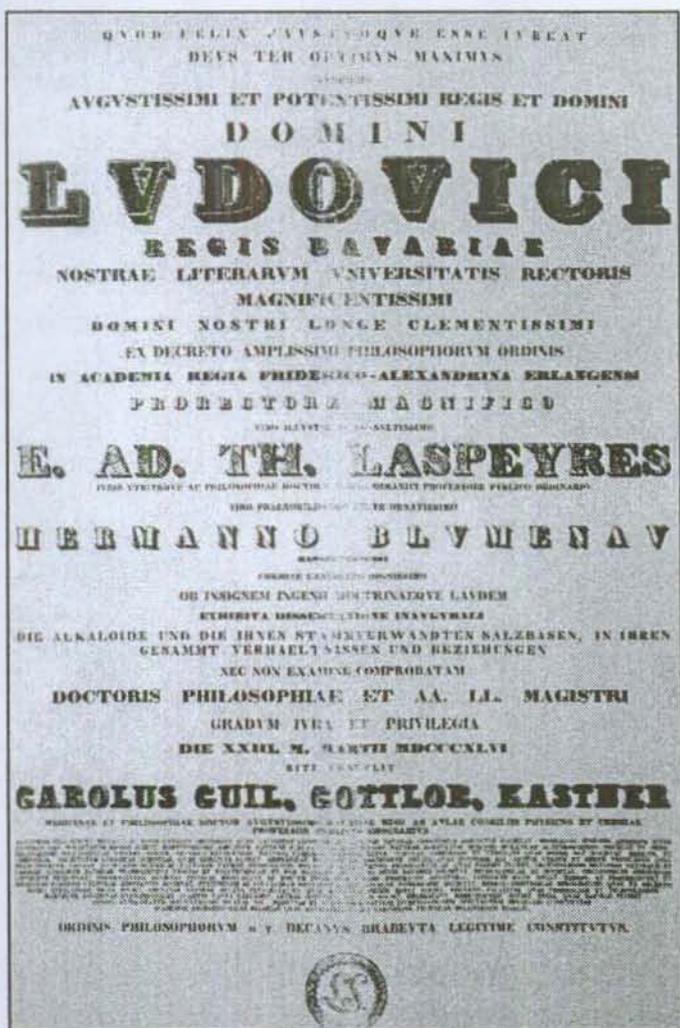
Logo após o seu regresso, rescindiu o compromisso assumido em Erfurt.<sup>9</sup> Trommsdorff passou-lhe um atestado de que consta haver Blumenau

“dirigido todos os trabalhos da fábrica e de produtos químicos e haver conquistado sua inteira confiança, tanto pela sua operosidade e notáveis conhecimentos técnicos, como pelo seu exemplar comportamento moral”.

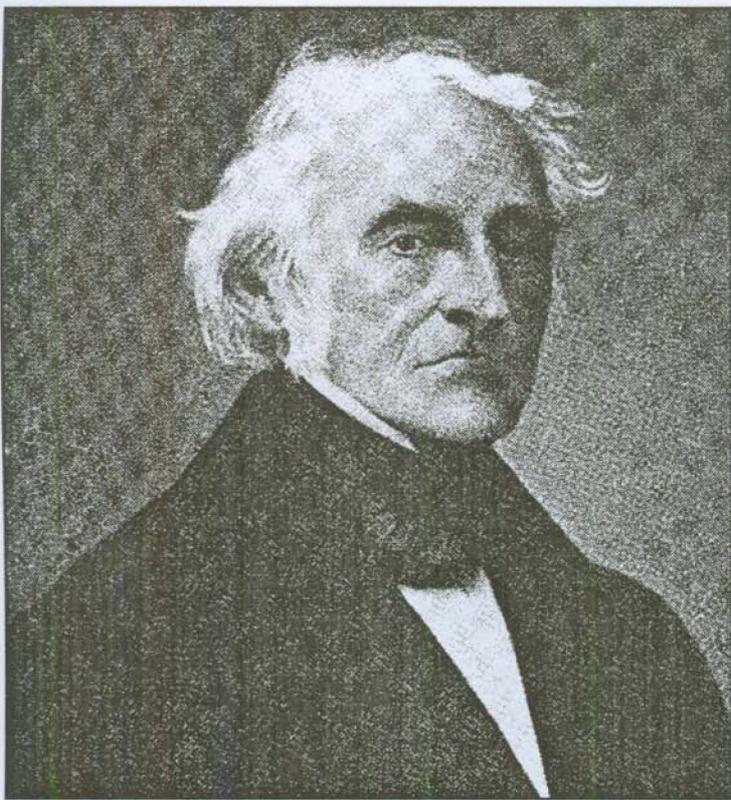
Blumenau matriculou-se, em 2 de setembro de 1844, no curso de Química da Faculdade de Filosofia da Universidade de Erlangen. Ignoramos qual teria sido o raciocínio que o induziu a esse passo; de certo, queria dar um remate apropriado a sua formação profissional. Isso se conclui também das considerações anteriormente expandidas por nós com relação ao prematuro abandono de seus estudos ginasiais. Sem dúvida alguma ele tencionava, além disso, aplanar o caminho para uma carreira acadêmica, como naturalista. Concluiu seus estudos em prazo surpreendentemente curto, apresentando, então, uma tese sobre “Os alcalóides e as bases salinas afins

em suas relações e correlações gerais”. Na prova oral foi aprovado com distinção e louvor e obteve, em 23 de março de 1846, o grau de doutor em Filosofia.

Os estudos em si só teriam bastado para absorver todo seu tempo disponível. Conseguiu ele, entretanto, lazer e energia para cuidar, simultaneamente, dos seus planos relacionados com o Brasil. Em fins de dezembro de 1845 Blumenau visitou, a recomendação de Sturz, provavelmente na capital bávara, o botânico Karl Friedrich Philipp von Martius, professor na Universidade de Munich. Esse cientista, celebridade universal, chegou ao Brasil em 1817, em missão do governo da Baviera e no séquito da grã-duquesa Leopoldina da Áustria, esposa de Dom Pedro I e a primeira imperatriz brasileira. Von Martius percorreu o país até 1820, em viagens de exploração, dedican-



Diploma que confere o grau de Doutor a Hermann Blumenau, emitido pela Academia Real Ludovico da Bavária.



**Karl Philipp von Martius**

do-se, em seguida, com afinco e sem esmorecimento, ao estudo da flora brasileira. “*Reise in Brasilien*”, de sua autoria, em três tomos, constitui uma obra clássica da literatura de viagens. Sua obra “*História naturalis palmarum*”, igualmente em três volumes, representa uma monografia jamais superada sobre o mais maravilhoso ornamento de nossas paisagens. A “*Flora Brasiliensis*”, delineada por Martius e por ele elaborada, mercê do concurso de numerosos cientistas, de príncipes alemães, de institutos científicos e patrocínio inteligente que lhe emprestou, a partir de 1852, Dom Pedro II, é

uma obra magnífica que não encontra, na literatura em geral de todos os países do globo, algo que se lhe equipare em amplitude e profundidade. Martius era filho da cidade de Erlangen. Compreende-se perfeitamente que se estabelecessem múltiplos pontos de contato entre o professor e o estudante, graças ao que ambos tinham de comum, isto é, o pendor pelas ciências naturais, a verdadeira idolatria pela natureza e a atitude em relação ao Brasil. O cientista, que se encontrava no início da casa dos cinquenta, escreveu a Sturz<sup>10</sup>, uma semana depois da visita de Blumenau, que havia notado ser Blumenau uma pessoa assaz animada, senhor de vasto cabedal de conhecimentos e um entusiasta que tudo daria de si em prol da colonização. Disse, ainda, que Blumenau era a prova de como Sturz sabia despertar o entusiasmo dos outros em prol dos seus projetos humanitários. Provavelmente foi em Erlangen que Blumenau escreveu ou, ao menos, concluiu um tratado ao qual, segundo nos consta, se fez referência, pela primeira vez, em 1940, na obra de Roloff. Blumenau entregara-a a Sturz que, por seu turno, a passara às mãos do eminente geógrafo Johann Eduard Wäppaus, professor na Universidade de Göttingen, o qual conquistou mérito duradouro pelas grandes e valiosas obras que escreveu sobre o Brasil. Wäppaus fez anota-

ções no referido tratado, acrescentando-lhe um prefácio firmado em 11 de maio de 1846, bem como um escrito sobre o Chile, de autoria de um terceiro, o qual havia passado despercebido a Blumenau, e fê-lo publicar, em Leipzig, no ano de 1846, sob o título de *“Deutsche Auswanderung und Kolonisati-on”* (Emigração e Colonização Alemã). Não citou, porém, o nome do autor; explicou, todavia, tratar-se de um alemão jovem “atualmente entregue, na América, a um estudo mais profundo de determinadas regiões que parecem adequadas para o estabelecimento de colônias alemãs”.

Segundo Wäppaus, o autor, portanto Blumenau, obteve, nesse seu trabalho, considerável auxílio por parte de Sturz, cujo nome também foi omitido, mas que se pode deduzir sem dificuldade. Esse auxílio consistiu no fornecimento de recursos literários de difícil obtenção e de subsídios oriundos da experiência pessoal de Sturz. Poder-se-ia considerar o trabalho em questão, por assim dizer, como manifestação da opinião de Sturz. Embora a forma revelasse “facilmente o expositor ainda inexperiente”, conforme, com razão, observou Wäppaus, este achou que o trabalho merecia ser publicado, de vez que apresentava, incontestavelmente, a vantagem de oferecer uma seleção de países que poderiam interessar ao emigrante alemão, e por ser mais completo e revelar maior conhecimento do assunto do que trabalhos anteriormente divulgados.

O que aí foi exposto pelo oficial de farmácia e estudante Hermann Blumenau possui bastante importância, - mesmo tomando-se em conta as restrições oriundas da influência de Sturz, - para ser aceito como base espiritual, moral e de concepção universal de toda a obra de sua vida. É neste sentido que essa obra deve ser focalizada aqui.

Salienta Blumenau, no início, que, anualmente, deixam a pátria, em média, 60.000 alemães, e que no estrangeiro vivem, ao todo, bem uns 5 milhões, dos quais, segundo o recenseamento de 1844, 4,8 milhões só na América do Norte. Desde de 1815 ou 1820 teriam emigrado, no mínimo, 3,5 milhões de pessoas, ou seja, mais que o dobro da população dos reinos da Saxônia, de Württemberg ou de Hannover, e bem mais que a população da Dinamarca e tanto quanto a de Portugal.

Dizia Blumenau, que não havia meio de se obstar tal movimento emigratório. Mesmo com as medidas mais drásticas não se conseguiria reprimi-lo. Recomendava, entretanto, que se cerceasse a atividade dos aliciadores e mercadores de almas estrangeiros que incitavam à emigração desorientada; que se evitasse, de toda forma, estimular a vontade de viajar, e aqueles que

realmente quisessem partir fossem orientados de maneira tal, que conservassem, no estrangeiro, sua nacionalidade, seus costumes e sua língua. Seria de deplorar – prossegue Blumenau – que, até aqui, a opinião pública tivesse mantido uma atitude de tanta indiferença e, mais ainda, que nenhum Estado alemão tenha tentado concentrar os imigrantes em uma colônia livre onde houvesse condições mencionadas. A questão da emigração representaria, segundo Blumenau, uma questão vital para o futuro da Alemanha. Só quando isso fosse bem compreendido é que se poderia contar com a melhoria da desoladora situação existente.

Blumenau examina, em continuação, as bases em que deveriam assentar a emigração e o estabelecimento de colônias, e expõe o que, a seguir, reproduzimos resumidamente: Entre os emigrantes encontram-se pessoas capazes e honradas, como, também, indivíduos inúteis e mandriões. Muita gente, que pereceria nas condições acanhadas e mesmo de apertura dominantes na terra natal, converte-se, no estrangeiro, sob o bafejo das circunstâncias, em cidadãos prestantes. A grande massa quer prosperar e fazer fortuna, não importa como. A maioria é inteiramente indiferente, se seus filhos falarão, mais tarde, inglês ou russo; não deve, entretanto, ser censurada por isso. Por conseguinte, o primeiro cuidado a ser observado deve ser o de garantir aos emigrantes, principalmente artesãos e lavradores, a existência física e moral, obter para eles uma propriedade segura e excelentes oportunidades para a colocação dos seus produtos, e domiciliá-los, sob consideração das condições climáticas, afastados, o quanto possível, da zona tropical.

Da mesma forma que o bem-estar do indivíduo, deve salvaguardar-se o bem geral do todo, da Pátria, o qual exige a conservação da nacionalidade e o fomento da indústria e do comércio. Existem, nesse sentido, duas possibilidades: a constituição de um novo Estado independente, porém intimamente ligado à Alemanha pela língua e pelos costumes, a exemplo dos países coloniais da Inglaterra, da Espanha e de Portugal, ou o domicílio em país estranho, onde os imigrantes e seus descendentes possam viver, sem renunciarem à língua, conservando os costumes e a fidelidade à terra natal. “Não está no interesse da Alemanha, que os filhos que a deixam contribuam, com sua atividade e seu capital, para o aumento do poderio e do patrimônio de nações que embaracem, de toda maneira, sua própria evolução.”

No tocante à segunda possibilidade, Blumenau entende que as colônias devem ser completamente independentes da metrópole, que por elas não

deve ser envolvida em questões políticas que não lhe competem. A Alemanha não é um Estado unitário e não está em condições de defender, pelo poder das armas, em caso de necessidade, o que houver conquistado pacificamente. Se as coisas fossem diferentes, isso modificaria, naturalmente, toda a situação; “todavia, a probabilidade é por demais reduzida para tecermos considerações a respeito.” Daí a razão por que se excluem os Estados Unidos e as regiões coloniais das potências européias, e mesmo os países que possam vir a constituir objeto de conflito armado entre essas potências.

Contém o escrito, além disso, violentas investidas contra a maneira pela qual os aliciadores de emigrantes agiam em sua caça a homens, e severas críticas em torno dos planos de colonização ventilados e às empresas de imigração então existentes. Blumenau qualificava-os, em parte, de aventureiros. Ficou provado, mais tarde, que essa opinião correspondia, em geral, à realidade e, em alguns casos, ela revelou dotes verdadeiramente divinatórios de Blumenau. Grande parte do trabalho é dedicada à investigação da situação na Europa, Ásia Menor, América e África e no arquipélago da Indochina.

No que diz respeito ao Brasil, o autor considera aparentemente “favorabilíssimas” as condições nas províncias sulinas, exclusão feita, talvez, das regiões catarinenses cobertas de florestas virgens. Observa ele, que o Governo estaria vivamente empenhado em atrair imigrantes probos, e que haveria um vasto mercado interno. Termina as explanações com as seguintes palavras, que bem o caracterizam:

“Oferece-se aos imigrantes, no Brasil, uma perspectiva, mesmo na hipótese de a Alemanha cruzar, como habitualmente, os braços, de vez que foi apresentado às Câmaras brasileiras um grandioso plano de colonização. Todavia, convinha recomendar aqui a máxima prudência a todos que manifestarem o desejo de emigrar para lá, como também seria de desejar, que o Governo brasileiro confiasse a obra a mãos de homens que se devotem com todo o amor à empresa e nela não vejam apenas um meio de se locupletarem a custa do Governo e dos colonos, permitindo outro tanto a alguns funcionários. Oxalá a nova obra, ao ser realizada, vá parar nas mãos que entendam do assunto e saibam manter-se refratárias ao contágio com bens alheios. Quero concluir aqui, manifestando o cordial desejo que se reconheça logo, na Alemanha, o que é mister fazer, e que aqueles que dispõem de poder e de bens de fortuna despertem finalmente e se interessem, séria e vivamente, pelo assunto. Dentro de pouco tempo talvez seja tarde demais;

talvez os alemães venham a espalhar-se por todo o mundo, sem, contudo, fundarem, em parte alguma, uma nova Pátria, sendo então possível que se convertam em realidade as palavras do poeta: “Antes, porém, que os alemães se unissem, há muito já que havia passado o dia do Juízo Final; e todos haviam recebido seu prêmio, só o alemão não lograra conquistar nem o céu nem o inferno.”

Vem até aí o trecho do tratado. Se considerarmos a situação alemã e, em geral, a situação européia que prevalecia, quando veio a lume esse tratado, chegamos facilmente à conclusão de que Blumenau apenas externava ou repetia o que era a preocupação de muitos espíritos atilados. Distinguem-no, porém, dos numerosos propugnadores de semelhantes idéias o olhar sereno com que encarava as necessidades práticas e a vontade resoluta de ele próprio meter mãos a obra, sem demora. Através da maneira como harmonizava os desejos e as necessidades da própria gente com os de outros povos e se esforçava, cuidadosamente, por fomentar, ao mesmo tempo, pela imigração de seus patrícios, o bem-estar de países estrangeiros, cujos direitos salvaguardava rigorosamente, ele se revelou inteiramente como alemão. Ora, entre todas as grandes nações européias, seu povo foi, ao lado do italiano, o único que não participou da conquista do mundo, a qual teve início no século XV. Pertence à mentalidade do século XIX sua crença de que parcelas de povos estranhos, minorias, como diríamos hoje, poderiam conservar duradouramente sua língua e seus costumes dentro de uma estrutura estatal bem organizada. Tinha ele em mente o fato de que os alsacianos e lorenos se haviam conservado teutos, mesmo duzentos anos após a conquista de suas terras pelos franceses, e que os vendos na região do Spree, cultivavam suas tradições sem serem molestados. A tais exemplos poderia acrescentar-se longa série de outros. Naqueles tempos a intolerância religiosa dos primórdios da era moderna fora vencida quase que em toda parte. Por outro lado, o sentimento nacional dos povos ainda não se havia intensificado a ponto de ver um perigo na existência de concidadãos que falassem outros idiomas, e de aplicar a violência. O que Blumenau não pode prever foi a circunstância de que, exatamente cem anos após o aparecimento do seu tratado, 15 a 20 milhões de seres humanos, só porque falavam outra língua, seriam privados de suas posses e enxotados do torrão natal em que se achavam radicados desde priscas eras, extirpando-se milhões de indivíduos, sem excetuar mulheres, velhos e crianças. Cometer-se-ia, portanto, um erro, se se aferisse a idéia de Blumenau sobre o comporta-

mento moral e político da humanidade pelo que, em 1950, se nos depara como realidade histórica.

O tratado sobre “Imigração e Colonização Alemã” foi, pois, publicado em Leipzig no ano de 1846. No mesmo ano apareceu em Berlim um escrito que possui a mesma importância para as nossas considerações e constitui, com o de Blumenau, uma espécie de parêntese. Ocupa-se dos mesmos problemas investigados por Blumenau, como alemão. São, entretanto, focalizados do ponto de vista do patriota brasileiro, de vez que seu autor é o eminente diplomata Miguel Calmon du Pin e Almeida (1794-1865), Marquês de Abrantes a partir de 1854. Era ele um homem de ilustração enciclopédica e de profundo conhecimento do mundo, orador, escritor e inteligente fomentador da lavoura e da imigração. Antigo estudante de Coimbra, participou, em 1822, da expulsão dos portugueses. Consolidou seu prestígio, mais tarde, como deputado, senador e representante diplomático do Brasil na Inglaterra, França e Prússia. Em 1846 foi embaixador em Berlim, sendo provável que, nessa mesma época, tenha travado relações também com Blumenau, fato de que nos ocuparemos mais adiante. Em todo caso, já antes de 1848, o ilustre brasileiro munuiu a Blumenau de recomendações assaz favoráveis.

Sua “Memória sobre os meios de promover a colonização”<sup>11</sup> teve como origem um relatório oficial sobre o aliciamento de lavradores e artesãos alemães, preparado por determinação do Ministério dos Negócios Estrangeiros no Rio de Janeiro. Trata a memória da aptidão dos colonos teutos, das regiões preferenciais para a imigração, da seleção dos mais capazes, dos meios de atraí-los, do seu transporte por mar, das providências necessárias para a realização dos postulados nacionais, contendo, ainda, observações relativas às instituições modelares dos americanos e dos ingleses, dados sobre as opiniões dominantes na Alemanha com respeito à imigração em geral e a reserva em relação ao Brasil, bem como uma série de pontos de vista manifestados na Suíça e na Alemanha.

O Marquês de Abrantes, tal como Blumenau, constata o fato de que a Alemanha fornecia então ao antigo e ao novo mundo o maior número de novos povoadores. Só nos Estados Unidos estariam domiciliados quase 6 milhões de teutos, numa população total de 20 milhões. Reportando-se a declarações oficiais de presidentes da União Norte-americana, louva ele nos colonos teutos a aptidão para o trabalho da agricultura e para as artes e ofícios, o culto das tradições, o amor à família, a conduta moral, a sobriedade e

resignação, seu espírito pacífico e o respeito às autoridades. Menciona também sua natural repugnância à escravidão. Nessa base examina conscienciosamente tudo quanto afasta o imigrante do Brasil, a que acrescenta sugestões que culminam na instalação de, no mínimo, seis agências de propaganda em Basiléia, Mannheim e outras cidades. Tudo isso patenteia espírito de objetividade e anseio de prestar um serviço à Pátria, na causa que ele julga extremamente importante para os interesses brasileiros. Não se ocupa, entretanto, da questão da língua.

Dispensamo-nos de penetrar em ulteriores pormenores, por isso importaria, em muitos casos, numa repetição do que conhecemos do tratado de Blumenau. Basta a constatação de que, não obstante a diversidade de pontos de vista decorrentes da respectiva nacionalidade, o Marquês de Abrantes e Blumenau concordam no tocante às questões essenciais. Isso confirma nossa opinião de que um assunto comum a dois povos pode ser sempre resolvido, a contento de ambas as partes, desde que seja contemplado dum ponto de vista elevado, e desde que se pressuponha que a outra parte manifesta a mesma boa vontade e a mesma honorabilidade que seriam nossos próprios apanágios. Essa concordância revela, outrossim, as razões porque Blumenau conseguiu conquistar a confiança de um estadista do porte do Marquês de Abrantes e, posteriormente, a confiança e a amizade de muitas personalidades de escol do Segundo Império. Ele era franco, honesto e justo, e encontrava nessas personalidades idênticos predicados, como expressão de verdadeiros caracteres.

O arcabouço de idéias de Blumenau expor-se-ia ainda, no curso dos decênios, a múltiplas transformações, sob a influência de experiências boas e más. Deixemos, porém, aqui o jovem teórico e voltemos à cidadezinha universitária francônia de Erlangen.

#### 4. Investigações no Brasil, 1846/48.

Por intermédio de Alexandre von Humboldt entrou Blumenau, em 1844, em contato com a “Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães no Sul do Brasil, que havia sido fundada dois anos antes. Essa sociedade confiou-lhe a missão de estudar *in loco* as condições brasileiras, e preparar o terre-

no para uma colonização de ampla escala, concedendo-lhe, além de ajuda de custas para viagem, um ordenado mensal de 200 mil-réis.

Em 30 de março de 1846, apenas sete dias após sua colação de grau, o Dr. Blumenau deixou o porto de Hamburgo a bordo do veleiro “Johannes”. Depois de uma viagem de cerca de três meses, chegou ao Rio Grande, em 19 de junho. Em carta dirigida em 3 de agosto a sua mãe, que, como o pai, não aprovara seus planos, revela-nos seus pensamentos e sentimentos: “Não parti levianamente. Mesmo que a despedida quase me tivesse despedaçado o coração, e embora, às vezes, eu estivesse a ponto de sentir nostalgia – era preciso que assim fosse, pois dentro de mim clamava uma voz íntima tão forte que eu não conseguia opor-lhe resistência. Ora, tenho a mais honesta das intenções. Não deixei a cara pátria apenas para ganhar dinheiro. Assim sendo, posso estar tranqüilo, porquanto o céu não me abandonará. Agora me encontro aqui bem satisfeito e, se Deus quiser que a coisa prossiga favoravelmente e se algo for realizado e eu conservar a saúde, então, segundo penso, ainda darei alguma coisa boa, e tu, minha encantadora mãezinha, hás de ficar contente com teu velho “homenzinho” e hás de citar, honrada, o seu nome”.

Depois da curta estadia na Província do Rio Grande do Sul, o Dr. Blumenau seguiu para o Rio de Janeiro, via Desterro, atual Florianópolis. Ali chegou em 4 de agosto e permaneceu durante oito meses. Esse período viria trazer-lhe abundante experiência e valiosas relações pessoais. Os caminhos lhe foram aplanados por excelentes recomendações, tais como as de Humboldt, de Martius e do Marquês de Abrantes.

Logo no início passou por uma decepção. O cônsul geral Sturz havia-lhe oferecido, positivamente, a perspectiva da regência das cadeiras de Química e Minerologia numa escola politécnica do Rio de Janeiro. Diante disso, Blumenau havia adquirido, quando ainda na Alemanha, uma valiosa instalação de laboratório, sem dúvida com o intuito de prosseguir no estudo de seus planos de colonização, apoiado na base de uma ocupação segura como cientista oficial. Todavia, logo na primeira semana, Blumenau veio a saber, que essa escola não estava ainda organizada a ponto de poder aproveitá-lo, e que para um jovem estrangeiro desconhecido havia pouca probabilidade de encontrar um cargo adequado na academia militar existente. Além disso, as cartas de recomendação de Sturz, de que era portador, revelaram-se antes prejudiciais que favoráveis. Viam nele um emissário e representante do cônsul geral, tanto assim que, havendo Sturz deixado vultosas

dívidas, contraídas quando de sua permanência no Rio de Janeiro, seus credores se dirigiam agora a Blumenau.<sup>12</sup>

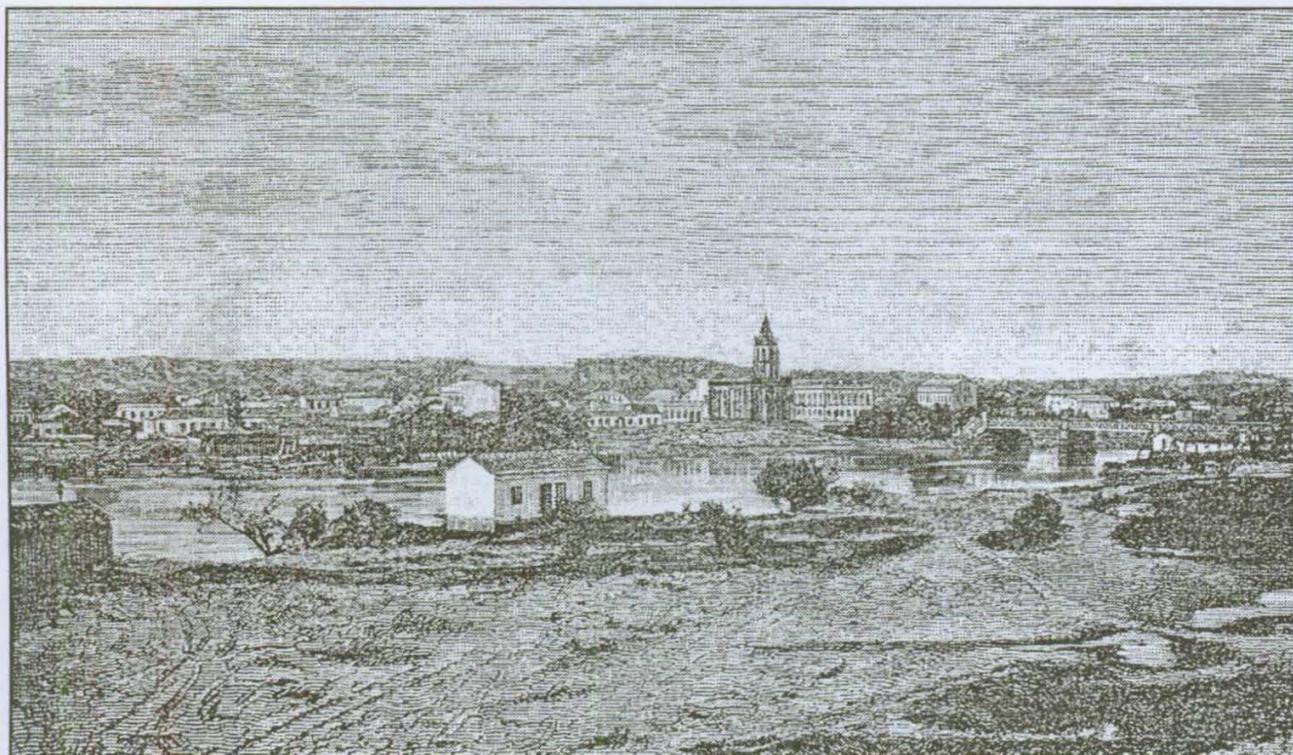
Frustrado já o primeiro ponto do seu programa, o Dr. Blumenau teve de passar, no limiar do ano de 1847, por uma experiência que o tornou cético em relação aos cônsules e diplomatas alemães no estrangeiro. “Seduzidos pelas maquinações vergonhosas e informações falsas da Casa Delrue & Co., de Dunquerque, e de seus parceiros”, chegaram ao Rio de Janeiro várias centenas de renanos, quase mortos de fome, e muitos deles enfermos, devido ao mau passadio a bordo. Haviam ficado a mercê de si próprios, não sabiam como se arranjar, caíram na penúria e foram forçados a se dirigirem para uma colônia do Dr. Saturnino de Souza e Oliveira, a ser instalada no vale ainda pantanoso e insalubre do Macaé, ao norte de Cabo Frio. O Dr. Blumenau estava convencido de que essa gente sucumbiria ali. Efetivamente, dos 140 colonos que se deixaram iludir pelos agentes do Dr. Saturnino, 23 morreram nos primeiros oito meses, e os restantes ficaram incapacitados para o trabalho. Os que conseguiram fugir entregaram-se à mendicância no Rio de Janeiro. Blumenau dirigiu-se aos cônsules dos reinos e Estados alemães, inclusive ao prussiano, solicitando-lhes assistência, sendo, porém, tratado desatenciosa e, por fim, mesmo descortesmente. Encontrou, finalmente, apoio no Núncio Apostólico D. Badini. O núncio conseguiu que cerca de 300 desses imigrantes fossem transportados para Santa Catarina a expensas do Governo brasileiro. Ali constituíram o tronco dos colonos de Armação e de Santa Isabel, ao longo da estrada que conduz de Florianópolis e Lages. O Dr. Blumenau sacrificou algum dinheiro seu nesse empreendimento e, segundo parece, revelara-se tão zeloso que chegou a ser ameaçado de prisão e expulsão. Muitos dos seus protegidos expressaram-lhe sua gratidão, quando os visitou em Santa Isabel, em uma de suas futuras viagens.<sup>13</sup>

Segundo informações fidedignas, o Dr. Blumenau elaborou, naquela ocasião, projetos para uma colonização em grande estilo e os encaminhou ao Governo Imperial. Tais projetos foram bem recebidos e considerados úteis e vantajosos. Os ministros competentes receberam-no amavelmente e deram-lhe esperanças. A Assembléia Legislativa, entretanto, rejeitou os projetos.

Em tais circunstâncias o Dr. Blumenau resolveu empreender uma viagem ao sul, a fim de estudar cuidadosamente as condições ali dominantes. Em 4 de abril de 1847 partiu da Capital. O resultado da audiência que lhe

fora concedida pelo Presidente da Província de Santa Catarina, Marechal Antero J. Ferreira de Brito, em Desterro, deixou-o satisfeito. Porém não se deteve ali, tanto assim que já em 11 de abril se encontrava em terra firme na colônia de São Pedro de Alcântara, ali perto, em companhia dum certo conde von der Goltz, com quem havia travado relações no Rio de Janeiro. São Pedro, a primeira colônia alemã em nosso Estado, foi fundada em 1829. Contava então cerca de 600 habitantes e sua história agitada dera motivo a múltiplas divergências de opinião. Parte dos colonos havia-se mudado, e alguns deles se estabeleceram no curso inferior do Itajaí-Açu. Os remanescentes consideravam o vale desse rio, que é o maior caudal costeiro da Província, uma região particularmente favorável à colonização. É provável que as notícias divulgadas por essa gente tenham despertado no Dr. Blumenau, pela primeira vez, vivo desejo de conhecer essa região. Em Desterro, o coronel Neves, vice-presidente de Santa Catarina, chamou, logo depois, novamente sua atenção para o Itajaí e, simultaneamente, para os vales do Tijucas e do Itapocu. Partiu imediatamente e caminhou, a pé, do Estreito em direção norte, servindo-se da oportunidade de ver antigos povoados portugueses ao longo do litoral tão cheio de encantos. Sua viagem era grandemente dificultada pelas intempéries. Chegou enfermo a Santíssimo Sacramento, atual Itajaí, que dista 100 quilômetros do Estreito, e não encontrou nem médico nem farmacêutico. Preferiu interromper a viagem e regressar ao Desterro por via marítima, num pequeno veleiro.

Da capital catarinense velejou, pela segunda vez, para o Rio Grande do Sul, a fim de permanecer ali por tempo mais longo que da primeira vez. Tinha ele em mira, principalmente, as colônias de São Leopoldo, Três Forquilhas e Torres. São Leopoldo, célula mater da colonização alemã no Brasil, contando aproximadamente 8.500 almas, ofereceu-lhe ensejo para observações importantes. Blumenau descreveu essa colônia como fértil jardim surgido por encanto, transformando a erma solidão da mata numa comuna assaz florescente e cheia de vigor, que prosperara, a despeito dos maiores obstáculos e em luta contra influências desmoralizadoras. Refere-se, porém, cheio de mágoa, à existência de 154 escravos, dos quais 90 mantidos por alemães! Em Três Forquilhas as coisas se apresentavam menos favoráveis que às margens do Rio dos Sinos. Ali se achavam domiciliados protestantes oriundos do norte da Alemanha. Em situação precaríssima encontrava-se a vizinha Torres, onde se havia fixado católicos do sul da Alemanha. Ambas as colônias não encontravam colocação suficiente para seus produtos.



**São Leopoldo no início da colonização**

Em Porto Alegre o Dr. Blumenau se viu diante de um dilema difícil. Um tal sr. Galvão apresentara-lhe a honrosa e vantajosa proposta de assumir a direção de uma nova colônia, para a qual haviam acabado de chegar 2.000 imigrantes. Recusou, porém, a oferta, visto que se considerava comprometido com a sociedade hamburguesa, embora reconhecesse ser promissora a empresa sob o governo do presidente sul-rio-grandense de então. Quase dez anos mais tarde quando, às margens do Itajaí, já não sabia como safar-se das dificuldades e aperturas, mostrou-se arrependido dessa sua resolução, chegando a chamar-se, textualmente, de “grande tolo e bestunto”<sup>14</sup>.

Ao deixar o Rio Grande do Sul, o Dr. Blumenau estava convencido da necessidade de explorar, em primeiro lugar, mais de perto, Santa Catarina, ou seja a bacia hidrográfica do Itajaí-Açu. Tornou ao Rio de Janeiro, via Desterro, ali chegando em 17 de julho.

Já em seu tratado de 1846 e baseado no testemunho de outros, o Dr. Blumenau mencionara o Rio Grande do Sul e o planalto de São Paulo e Paraná como as regiões mais indicadas para lavradores alemães. Também a Província de Santa Catarina seria recomendável, de vez que merecia parti-

cular atenção por seus magníficos portos e sua uberdade. A única desvantagem seria o clima mais quente; todavia, a região prestar-se-ia tão bem ou melhor que a do Texas, visto não estar assolada pela febre amarela e pelos Comanches, tribo guerreira entre os índios do Texas. Essas terras, então ainda pertencentes ao México, representavam, naqueles dias, papel importante nos planos imigratórios alemães. Cabia, portanto, examinar esses dados. O Dr. Blumenau encontrou em Ferdinand Hackradt, com quem travava relações no Rio de Janeiro, o homem disposto a participar da empresa e que, de resto, já havia estado em Santa Catarina.

De acordo com um plano elaborado em comum, Hackradt antecipou-se, seguindo, em 26 de outubro de 1847, para Desterro, a fim de tomar ali as necessárias providências preliminares. O Dr. Blumenau seguiu-lhe em 21 de dezembro, e nas vésperas do seu 28º aniversário encontrou-se com o companheiro na capital catarinense. Logo em seguida, ou seja em princípios de janeiro, ambos rumaram, via Tijucas, em direção a Itajaí, de onde partiria a expedição, que tinha por guia a Ângelo Dias, que já estava afeito aos perigos da floresta virgem e familiarizado com seus rios, tanto assim que provou se hábil canoeiro, além de se revelar conselheiro digno de toda a confiança.



Em seu curso inferior as águas do Itajaí deslizam empraiadas e tranquilas. Tripulando duas canoas, a pequena expedição avançou sem incidentes. Passou pela foz do afluente Luís Alves, à margem esquerda, o qual deságua a região do Morro do Baú, antigo ponto de referência geográfica dos navegantes lusos e castelhanos, desde a era das descobertas, e por Ilhota, então conhecida por Colônia Belga, dada a origem dos primeiros colonos ali chegados pouco antes, e, mais adiante, pela colônia de Pocinho, hoje denominada Arraial, atingindo Gaspar. Em muitos pontos a expedição encontrou clareiras e colonos esparsos, alguns deles originários de São Pedro de Alcântara, tais como Peter Wagner e Peter Lucas. Das margens do rio aproximavam-se, gradativamente, as colinas e os morros, chegando a expedição, finalmente, às embocaduras do rio Garcia e do ribeirão da Velha. Em todas as direções estendiam-se densa floresta virgem.

Armou-se o acampamento junto ao ribeirão da Velha. O esperto caboclo Ângelo Dias saía em busca de caça de pelo, peixes e aves. O Dr. Blumenau e Hackradt entregaram-se à pesquisa nos cursos fluviais inferiores do Velha, do Bom Retiro, do Garcia e do próprio Itajaí, até ao Salto. Partindo do Velha, os expedicionários rumaram, todos, sempre nas duas canoas, em direção ao Salto, que foi vencido com alguma dificuldade. Nas proximidades do Passo Manso separaram-se. Hackradt explorou o Rio do Testo, as regiões de Itoupava e da Fortaleza, bem como as cercanias mais próximas do acampamento. Por seu turno, o Dr. Blumenau seguiu o curso do grande rio em sentido ascendente. No local em que hoje se encontra a linda cidadezinha de Indaial, resolveu, num gesto compreensível, como se se encontrasse numa encruzilhada, conhecer, primeiro, o pacífico rio Benedito, impressionante pela sua serena majestade. Aliviou-se ali de parte da bagagem e da munição de boca. Todavia, na desembocadura do rio dos Cedros teve de retroceder. Ângelo Dias recusara-se a prosseguir a viagem, receando os indígenas, e talvez com razão, embora o Dr. Blumenau, como forasteiro inexperiente, o considerasse, por isso, um poltrão. Outro motivo de recusa residia no fato de se haver esgotado a provisão da tão apreciada cachaça, de que, entretanto, Ângelo se reabasteceu junto à foz do rio Benedito. Dali, o pequeno grupo de homens subiu o rio Itajaí, até à desembocadura do ribeirão da Subida, sem topar com sérios obstáculos. Diante das montanhas alcantiladas e imponentes da Serra do Mar, que não prometiam terras cultiváveis, os expedicionários resolveram regressar, chegando ao Velha em fins de janeiro.

O Dr. Blumenau estava satisfeítíssimo com os resultados obtidos. Havia encontrado uma região riquíssima em solo fértil, em florestas aproveitáveis e em caça, abundantemente regada por cursos d'água e facilmente explorável para o intercâmbio comercial. Amigo da natureza, deslumbra-ram-no, além disso, a vegetação e a beleza da paisagem alternada de serranias, planícies, águas tranqüilas e rumorosas corredeiras. Tempos depois registrou, referindo-se particularmente ao rio Benedito: “Sobre tudo pairava a expressão de uma serenidade e majestade indescritíveis, um ar tépido e em- balsamado e um maravilhoso firmamento azul. Foram dois dias magníficos que passei lá em cima, em longínqua solidão, até onde, antes de mim, ainda não chegara homem civilizado algum. Continuo, já decorridos três meses, encantado com o solene ermo da floresta, com esse quê inexplicável que nos empolga, quando sabemos que nos encontramos distantes dos homens, num sítio que permaneceu, durante milênios, no estado em que ainda se encontra”.



No acampamento às margens do ribei- rão da Velha, soube o Dr. Blumenau de Hackradt, haver este chegado a conclusões análogas às deles. Concordaram em iniciar a planejada grande obra de colonização ali, às margens do Itajaí, começando por desbravar a selva junto à foz do Velha e do Garcia, a fim de aproveitar o curso inferior navegável do Itajaí e obter uma boa comunicação com o litoral. Hackradt encarregou-se dos traba- lhos preliminares na floresta, necessários para o acolhimento dos primeiros imigrantes, ao passo que o Dr. Blumenau se incumbiu das negociações com as autoridades em Desterro e no Rio de Janeiro, bem como da propaganda e engajamento na Alemanha.<sup>15</sup>

Encerrou-se assim a memorável e bem sucedida viagem de exploração. O Dr. Blu- menau apressou-se em seguir para Desterro, onde imediatamente meteu mãos à obra. Em 16 de março de 1848 encaminhou um requerimento à As- sembléia Provincial, na qualidade de representante da Sociedade de Prote- ção aos Imigrantes Alemães no Sul do Brasil. Trata-se de um documento

digno de toda atenção, que em seus traços principais reflete o curso das idéias assentadas no tratado de 1846, além de revelar a influência dos dois anos de experiência colhida no país, destacando-se por conseguinte, vantajosamente, de projetos contemporâneos idênticos.

Inicialmente, o Dr. Blumenau explica que a sociedade hamburguesa dispunha dum capital de um milhão de marcos, equivalentes a 365 ou 645 contos de réis, e que dela faziam parte vinte dos capitalistas mais respeitáveis da Alemanha, entre os quais alguns que gozavam de bom conceito no próprio Brasil. O objeto da sociedade era o de desenvolver as pacíficas relações comerciais há muito já existentes entre a cidade hanseática e o Brasil, mediante a introdução e fixação de imigrantes alemães e o estabelecimento de colônias agrícolas e industriais, pois o Brasil e a Alemanha eram aliados naturais por determinação do destino. O Brasil encontraria na Alemanha, que não possuía colônias próprias, um mercado franco e assaz rendoso para seus produtos, recebendo dela, por seu turno, mão de obra e manufaturas de que carecia. A sociedade não trabalharia unicamente por sentimentos filantrópicos, embora esperasse aliviar a triste sorte de muitas famílias honradas; repudiaria, porém, a imputação de visar exclusivamente interesses financeiros para enriquecer-se à custa do Império e dos imigrantes.

A “proposta” apensa ao requerimento continha 24 artigos do programa da sociedade para o estabelecimento de colônias na Província de Santa Catarina. Reproduzimos a seguir os itens mais importantes, salientando com pontos de exclamação aquilo que os distingue de todas ou da maioria das demais proposições da mesma natureza:

A província concede à companhia duas datas de terra de cinco a seis léguas quadradas cada uma e garante à mesma e aos colonos a posse segura e incontestável de suas terras, permitindo, também, a aquisição de terras de particulares. Os navios que trouxeram mais de 50 imigrantes gozarão de isenção de direitos de ancoragem. O desembarque far-se-á no ancoradouro mais próximo. Os víveres, móveis, utensílios, sementes, animais e livros dos imigrantes serão isentos de direitos aduaneiros. Os colonos serão, sem mais outra, considerados cidadãos brasileiros, logo que houverem tomado posse de qualquer porção de terra. As pessoas que não adquirirem terras poderão, se assim o desejarem, naturalizar-se após um mês de permanência na colônia, fazendo, nesse sentido, a devida declaração perante o Juiz de Paz competente, não devendo, entretanto, os respectivos emolumentos ultrapassar 500 réis. Os colonos naturalizados gozarão de todos os direitos outorgados

pela Constituição e assumirão todos os deveres de um cidadão brasileiro; ficarão, entretanto, isentos, durante 10 anos, do pagamento de quaisquer tributos diretos, e livres, por toda a vida, do recrutamento para as forças terrestres e navais. Seu serviço na Guarda Nacional ficará restrito ao distrito da respectiva colônia. Seus filhos nascidos no Brasil equiparar-se-ão, quanto aos direitos e deveres, aos demais brasileiros natos. À companhia e aos colonos será permitido construir igrejas e capelas, praticando o culto religioso segundo o credo de cada um, e contrair casamentos entre as diferentes confissões, sob observância das leis do País que regem a sucessão hereditária. O representante do Império em Hamburgo terá poderes para negar passaportes a criminosos e a companhia poderá excluir da colônia, em caráter permanente, pessoas notoriamente imorais e perturbadoras da ordem. Ficará radicalmente proibida a introdução de escravos na colônia. A nenhum morador da colônia será permitido manter escravos. Viajantes e comerciantes vindos de fora poderão trazer escravos, porém somente para um prazo prefixado e unicamente para prestarem serviços domésticos. Aos transgressores desses dispositivos serão impostas multas, das quais duas terças partes serão aplicadas em fins beneficentes no seio da colônia, cabendo ao outro terço ao denunciante ou, na hipótese de se recusar este a aceitá-lo, ou no caso de não existir denunciante, aos cofres provinciais. Enquanto os colonos não estiverem suficientemente familiarizados com as instituições do País, para elegerem, eles próprios, burgomestres e diretores distritais, poderá a companhia nomear pessoas idôneas que a auxiliem na administração interna, na direção das organizações pias e de utilidade pública e na acomodação de contendas.

O Governo Imperial fornecerá à companhia, nos primeiros 10 anos, um subsídio de dois mil réis por imigrante, sem distinção de sexo e de idade, o qual passará a ser mil réis nos 5 anos seguintes. A companhia gozará de todos os privilégios e vantagens que no futuro forem concedidos, na Província, a outra companhia colonizadora ou a um empresário particular. A nenhuma outra empresa serão concedidas terras, sem que assuma o compromisso de excluir o trabalho escravo. A companhia obriga-se a apresentar ao representante do Brasil em Hamburgo provas da existência de um capital de, no mínimo, um milhão de marcos; a enviar para Santa Catarina, dentro do prazo de quatro meses, a contar da celebração do contrato, engenheiros e agentes para o início dos trabalhos; a pagar, durante 15 anos, um foro anual de 60 mil réis por légua quadrada, a ser descontado dos subsídios do

Governo; a introduzir, nos primeiros dois anos, no mínimo, 1.500 imigrantes e em cada um dos anos seguintes pelo menos 1.000, de modo que, decorridos, o mais tardar, 10 anos, tenha sido introduzidos 10.000 colonos. Obriga-se a companhia, ao demais, a engajar o maior número possível de colonos afazendados, estabelecendo um equilíbrio conveniente entre estes e os desprovidos de posses; a conduzir os recém-chegados, sem ônus para estes, ao local do seu domicílio, fornecendo-lhes abrigo provisório e auxiliando-os na formação de lavouras, na construção de casas, etc.; a sustentar, nos primeiros tempos, os pobres e arranjar trabalho para os mesmos; a prestar, gratuitamente, durante os primeiros dois anos após a chegada dos imigrantes, assistência médica aos enfermos e cuidar, em geral, de bom tratamento durante a travessia marítima. A companhia assume, finalmente, uma série de outras obrigações: Admitirá, como acionistas, cidadãos brasileiros de Santa Catarina, cujas quotas poderão consistir em fundos pecuniários ou em terras próprias para a colonização; dotará as colônias de clérigos, médicos e mestres de primeiras letras, de farmacêuticos e hospitais; construirá, em cada distrito, segundo as necessidades, no mínimo uma igreja ou capela e uma escola; reservará os terrenos necessários para futuras construções e abrirá boas estradas.

Os artigos restantes encerram disposições suplementares para o caso de aportar maior ou menor número de imigrantes do que o previsto e para a hipótese de se tornar necessário que o prazo contratual seja prorrogado para além de 15 anos. Sempre que oportuno, faz-se referência às leis do país e ao direito de fiscalização por parte de autoridades.

Ressalta deste rápido resumo que o projeto do Dr. Blumenau era grandioso e rigorosamente estudado e que sua realização traria resultados extraordinários para o progresso da então ainda modestíssima província, que contava, em 1846, segundo dados oficiais, 80.000 habitantes – talvez mais do que menos – dos quais ao todo 60.000 brancos, 4.000 libertos de cor e 14.000 escravos. Sua superfície era de 75.000 quilômetros quadrados. A Ilha de Santa Catarina era habitada por cerca de 20.000 almas, das quais 5.000 eram escravos, sendo que Desterro, que, há 25 anos já, vinha gozando das prerrogativas de cidade, contava mais ou menos 8.000 habitantes. Em terra firme viviam ao todo 60.000 indivíduos, que povoaram uma faixa estreita do litoral e alguns trechos do planalto. As férteis terras cobertas de florestas, entre a costa e o planalto, estavam, praticamente, despovoadas. Os alemães eram estimados em cerca de 2.000 almas, preponderantemente ca-

tólicos da região renana, que a si próprios se cognominavam em tom de gracejo de “*Moselschwaben*” (suábios do Mosela).<sup>16</sup>

A Província ainda se ressentia profundamente das conseqüências da revolução de 1835-45, conhecida por Guerra dos Farrapos. Era seu presidente, desde 1840, o Marechal Antero José Ferreira de Brito, homem prudente e enérgico. Um ano antes de sua morte, que ocorreu em 1855, foi-lhe concedido o título nobiliárquico de Barão de Tramandaí. Esforçava-se ele vivamente por promover o progresso da Província, e vendo na colonização um meio de alcançar tal objetivo, e tendo dado, espontaneamente, passos no sentido de restringir a escravatura, não podia deixar de aprovar os objetivos do Dr. Blumenau. Eis porque encaminhou à Assembléia Legislativa Provincial, acompanhado de um ofício em termos favoráveis, o requerimento da “empresa tão útil ao País”. A Comissão de Colonização deu parecer favorável em data de 3 de abril. Firmaram o parecer os deputados Alvim, Ayres Serra Carneiro e Mendes.

Fundamentando sua recomendação irrestrita, a comissão observou o que resumiremos em seguida: o número de escravos na Província é reduzido, a proporção entre escravos e homens livres é de 1:16, a escravatura está declinando sensivelmente e se extinguirá algum dia completamente. Além disso, a Província sofreu sério desfalque em homens, em conseqüência do recrutamento, mal este de que a Assembléia Legislativa Provincial há pouca notícia à Assembléia Geral no Rio de Janeiro, pedindo, que dele se poupasse a Província. Daí a razão por que se impunha, sem duvida alguma, a necessidade de introduzir trabalhadores livres, e porque a proposta do Dr. Blumenau era extraordinariamente importante para a Província. Significava ela um aumento da população, um empreendimento de interesse vital, o rechaçamento dos índios, a lavragem de terras incultas, incremento da produção agrária, animação de mercado e, concomitantemente, o desenvolvimento do artesanato e da indústria. As condições, a que se submeteria a companhia, ofereciam uma garantia segura para as vantagens por ela solicitadas. À Assembléia Geral deviam ser apresentadas as disposições sobre as quais lhe competia decidir. Acompanharam o parecer da comissão um projeto de lei e a minuta de um requerimento ao Governo no Rio de Janeiro.

Em 15 de abril a Assembléia Provincial aprovou as proposições da comissão e três dias mais tarde os papéis subiram à sanção do Presidente. Com isso parecia atingido o objetivo em mira. Porém surgira, entretanto, um grupo de adversários, e, no dia seguinte, o Marechal Ferreira de Brito se

recusou a sancionar a respectiva lei, cujo projeto foi por ele devolvido à Assembléia. Declarou, em seu despacho, que considerava interessante o projeto, mas que não o estendia, razão por que pedia explicações a respeito, notadamente sobre as obrigações da companhia em relação ao Governo Provincial, que não constavam, e sobre os dispositivos que estavam em contradição com alguns artigos da Lei Provincial de Imigração n.º 49, de 16 de junho de 1836.

A decisão da questão ficou então a cargo de uma comissão especial, de que fazia parte um dos mais intransigentes adversários do projeto, José Bonifácio Caldeira de Andrade, ficando excluídos todos os membros da Comissão de Colonização. O novo parecer, datado de 27 de abril, foi assaz desfavorável. Dele constava que o projeto de lei de 18 de abril poderia ser aceito em seus termos originais, ou com alterações, de acordo com sugestões partidas do Presidente. A primeira hipótese achava-se excluída, visto que o projeto era contraditório ou mesmo absurdo. Na segunda hipótese caberia introduzir alterações, dentro do espírito da lei provincial de 1836, as quais, ou seriam rejeitadas pela companhia, ou então converteriam os imigrantes em verdadeiros escravos da companhia. Diante disso a comissão rejeitava o projeto em todos os seus termos. Todavia, uma vez que de um contrato com a companhia hamburguesa ou com uma empresa particular qualquer poderiam, indubitavelmente, surgir vantagens, a comissão resolveu encaminhar ao Executivo a seguinte resolução: A Assembléia Provincial outorga poderes ao Presidente para celebrar um acordo com a companhia hamburguesa ou com outras entidades congêneres, sob modificação da lei de 1836; todavia, sem nenhum ônus financeiro, atual ou futuro, para o erário da Província.

A Assembléia Provincial aprovou o parecer da comissão especial, votando, na primeira discussão, em favor da referida resolução, para rejeitá-la, entretanto, em segunda discussão. O término da luta consistiu em que Silvério Cândido de Faria, como primeiro secretário da Assembléia, entregou ao Presidente da Província um ofício aprovado pelo Legislativo, conferindo-lhe poderes para celebrar com o Dr. Blumenau um convênio no sentido das conclusões a que havia chegado a comissão especial.

Essa decisão significou um sério revés. Contudo, o Dr. Blumenau não estava disposto a desistir do seu intento. Um novo golpe, igualmente rude, demonstrou, logo depois, quão inabalável era sua resolução em dar início à obra de colonização às margens do Itajaí. Já antes de sua partida do Rio de

Janeiro o Dr. Blumenau havia recebido, em fins de 1847, notícias intranqüilizadoras sobre a companhia hamburguesa. Viera a saber, depois, que a mesma se havia dissolvido. Nada se sabe quanto aos motivos que levaram à dissolução da Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães. A esse respeito o Dr. Blumenau observou, mais tarde, que havia julgado fossem os acionistas hamburgueses honrados homens de negócio, mas na realidade não teriam passado de mesquinhos merceeiros que, coerentemente, abandonaram seus planos, pondo-o na rua, como a qualquer jornaleiro.<sup>17</sup> A afirmação, manifesta ocasionalmente, de que a companhia fora dissolvida em consequência das perturbações políticas na Alemanha, é pouco convincente; é provável, entretanto, que a revolução de março de 1848 houvesse precipitado os acontecimentos.

O Dr. Blumenau vislumbrou três possibilidades para seu ulterior procedimento: Poderia desistir dos projetos colonizadores e organizar, de comum acordo com Hackradt, uma grande empresa agrícola, criando, paralelamente, instalações industriais, ou então interessar o Governo Imperial pela sua idéia e constituir, na Alemanha, uma nova sociedade de imigração, em substituição à companhia hamburguesa, ou ainda iniciar uma empresa particular e, ao lado dela, dedicar-se à colonização. Dada a sua índole, a primeira solução não podia satisfazê-lo. A segunda, que, em todo caso, acarretaria enorme perda de tempo, dependia, inteiramente, da boa vontade de outros – de autoridades e pessoas particulares. Resolveu, por isso, tratar do que se podia imediatamente, e, uma vez que Ferdinand Hackradt compartilhava de sua idéia, ambos fundaram, sem tardança, a firma “Blumenau & Hackradt”, que ia operar como empresa particular agrícola e industrial. Contando com o beneplácito do Presidente Ferreira de Brito, a firma – de que também fez parte, mais tarde, passageiramente, o comerciante suíço Ulrich Häberle, estabelecido em Desterro – conseguiu adquirir por compra, já em junho, à margem direita do Itajaí, um lote de terra. Novas aquisições feitas de particulares vieram aumentar a propriedade, até 1850, para 155.000 jeiras.

De conformidade com o que havia sido combinado quando terminou a viagem de exploração, Hackradt permaneceu em Santa Catarina, a fim de desbravar a mata, cuidar de plantações e pastagens, construir uma serraria, comprar mais terras e tomar as medidas preliminares para o acolhimento dos trabalhadores e empregados da firma aguardados da Alemanha. A incumbência do Dr. Blumenau era a de seguir para o Rio de Janeiro e dali para a Alemanha, a fim de providenciar quanto aos preparativos necessá-

os, angariar imigrantes e preparar o terreno para o seu vasto plano de colonização. Seguiu em julho para o Rio de Janeiro e dirigiu, imediatamente, um requerimento ao Governo.

Dispomos apenas do esboço desse documento. É mais resumido que o requerimento encaminhado, em 16 de março à Assembléia Legislativa de Santa Catarina, de vez que se ocupa de menos pormenores, embora revele o mesmo espírito. Estabelecendo-se outros confrontos, nota-se a situação pouco vantajosa em que então se encontrava o futuro colonizador. Não mais se apresentava como emissário de uma companhia de sólidos capitais, porém como doutor em Filosofia e Ciências Naturais, como ex-diretor da fábrica de Trommsdorff, como explorador que se encontra no Brasil há dois anos já, como sócio de uma empresa agrícola e industrial às margens do Itajaí e, finalmente, como portador de recomendações do Visconde de Abrantes e de Alexandre von Humboldt. É, portanto, um homem privado que nada mais tem a oferecer que sua boa vontade e seus projetos, figurando, por conseguinte, entre a multidão que costuma apelar para o Governo.

Após referir-se à necessidade de uma imigração bem preparada e bem orientada, o Dr. Blumenau declara estar persuadido de que, sem o auxílio eficaz e bem aplicado do Governo, a colonização não será possível por longo tempo, e em tal caso a imigração alemã não adquiriria nenhuma importância para o Brasil. Salaria que seus compatriotas estariam dispostos a emigrar para a América do Norte, os países platinos e o Chile, desde que estes os favorecessem. Ele, pessoalmente, preferiria, mesmo com profunda aversão, comprar escravos para sua empresa, em vez de atrair imigrantes aos quais não pudesse oferecer as garantias necessárias para seu bem-estar moral e material, e dirigir-se a outros governos que mostrassem melhor boa vontade. Faz notar que a emigração da Alemanha tomará grande incremento, sobretudo nos círculos abastados, que fugiriam ante a ameaça das revoluções, da anarquia e do comunismo.

Seus desejos correspondem, substancialmente, às propostas contidas no requerimento de 16 de março, com a diferença de serem consideravelmente mais modestos. O Dr. Blumenau propõe a concessão de um empréstimo sem juros de, no mínimo, 50 contos de réis pelo prazo de dez anos, certo de que, garantindo o mesmo, conseguirá levantar na Alemanha a mesma quantia ou o dobro. Compromete-se a introduzir no país não 10.000 pessoas, mas, quando muito, 25 famílias por légua quadrada que lhe for concedida. Concluindo, o Dr. Blumenau manifesta a intenção de tornar à

sua terra, a fim de organizar ali uma empresa de imigração bem provida de fundos e fazer propaganda em favor do Brasil, do Uruguai, da Argentina, e do Chile, de preferência em favor do Brasil, se este país concedesse as garantias e o auxílio indispensáveis.

Segundo consta, também esse requerimento não produziu efeito. O Dr. Blumenau contentou-se, no momento, com a promessa de que seus planos seriam benevolmente acolhidos pelo Governo e partiu para a Europa, em 8 de setembro. Uma vez que a companhia hamburguesa cessara de adiantar fundos, o Dr. Blumenau dispunha apenas de poucos recursos monetários. Tinha pressa, entretanto, em atacar os problemas que o esperavam na Alemanha.



**Blumenau Colônia (1860) começo da atual rua 15 de Novembro.  
O prédio maior em destaque no centro é o barracão dos imigrantes.**

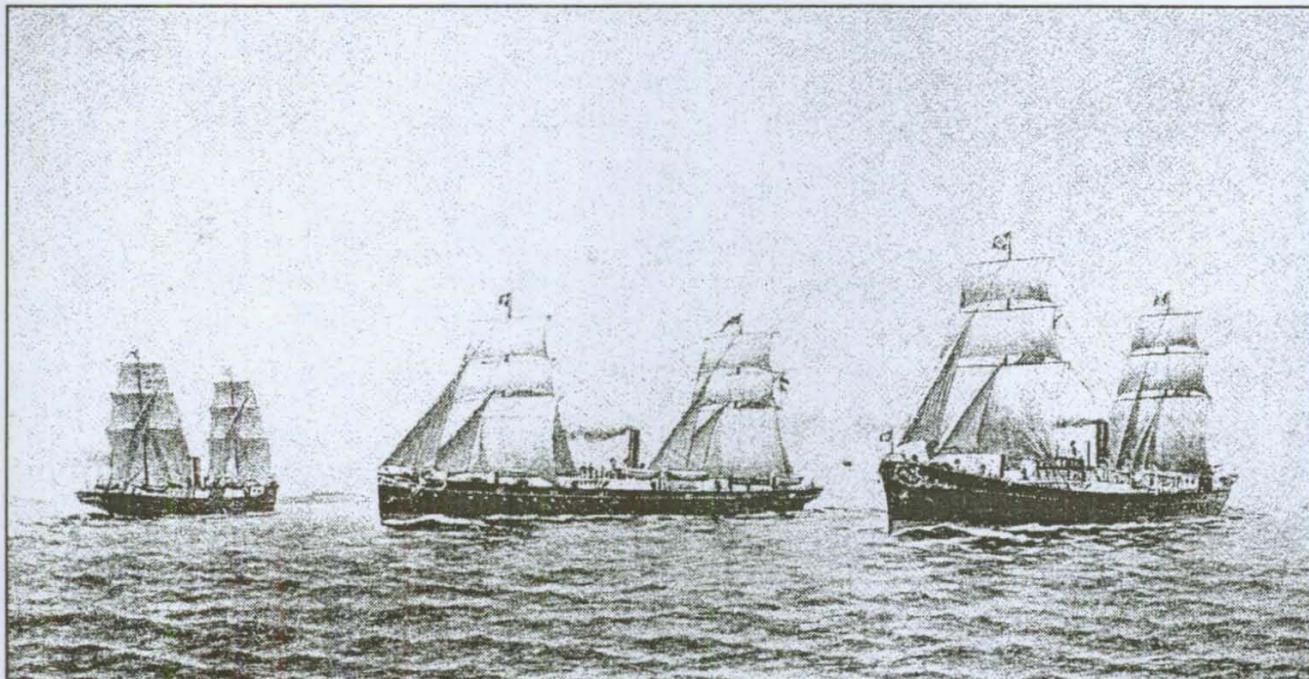
### 5. Trabalhos preliminares na Alemanha e à margem do Itajaí, 1848/52.

Depois de uma viagem de dois meses, o Dr. Blumenau chegou em novembro a Hamburgo, via Amsterdã. Visitou seus pais em Blankenburg, no Harz, e entrou em entendimentos com as autoridades competentes em Berlim, em princípios do ano de 1849. Não encontrou, porém, nenhuma boa vontade e compreensão, nem mesmo no reino de Hannover, em relação ao qual havia alimentado alguma esperança, porque era, em extensão, o segundo Estado do norte da Alemanha.

Além disso, sua propaganda verbal e escrita, ativamente promovida, produziu resultados insignificantes. Verdade é que o movimento nacional de 1848 se havia ocupado vivamente também da questão da emigração. Assim, realizou-se em Frankfurt sobre o Meno, no outono daquele tempestuoso ano, um congresso com a participação de todas as sociedades alemães de emigração. Por seu turno, o Parlamento de Frankfurt incluiu no projeto da Constituição do Reich um artigo de teor de que “os assuntos pertinentes à emigração estariam sob o amparo e o cuidado do Reich”. Todavia, em virtude da dissolução do Parlamento, cujos remanescentes foram dispersados, em Stuttgart, em junho de 1849, pelo poder das armas, tiveram que ser abandonadas todas as aspirações quanto a uma regulação bem planejada e razoável.

Enquanto ascendia o número dos indivíduos desejosos de emigrar, em conseqüência dos distúrbios, renovava-se e recrudescia a luta entre armadores e agentes de navios estrangeiros e nacionais em torno da presa, que lhes proporcionava enormes lucros. A “exportação” de gente alemã constituía um excelente negócio. Um procurava ganhar a dianteira do outro e todos os recursos eram considerados lícitos. A única transformação que se processou na pátria do Dr. Blumenau, justamente durante sua permanência ali, consistiu em que também as companhias de navegação alemãs entraram a competir, em ampla escala, ao lado dos armadores de Havre, de Dunquerque, Roterdã, Antuérpia, Liverpool e Londres. Eram, a princípio, companhias bremenses que, já antes de 1860, levaram de vencida seus concorrentes do Havre; vinham em seguida as hamburguesas que, por sua vez, não tardaram em relegar os bremenses a um segundo plano. Graças a esse tráfico prosperaram, desde 1847, a Hapag (*Hamburgisch-Amerikanische e Pake-*

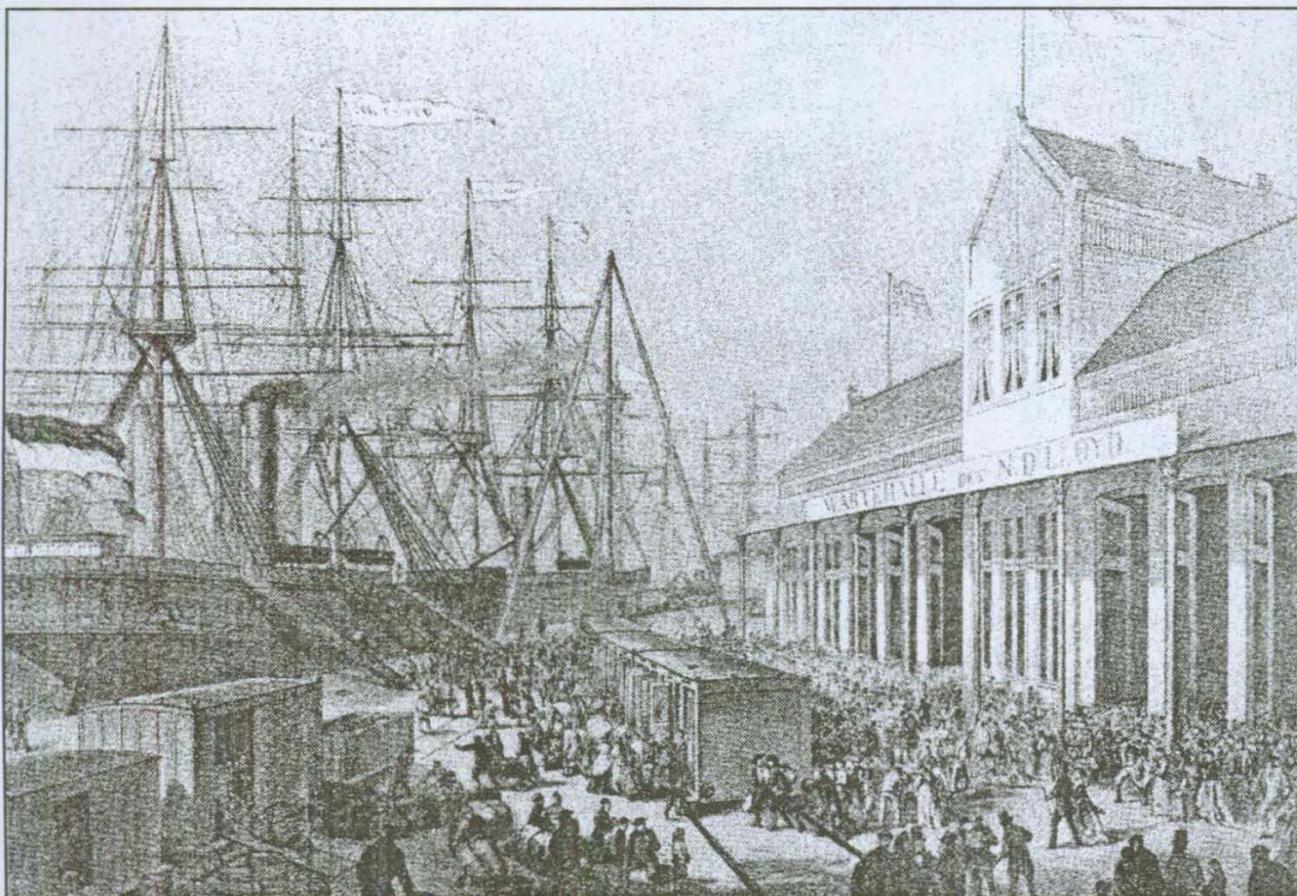
*tfahrt-Aktiengesellschaft*) e o *Norddeutscher Lloyd*, fundado em 1857. O exemplo dado pelo americano Finlay, o mais bem sucedido agente da navegação, demonstra o surto que tomou então essa modalidade de transporte. Fundou ele sua empresa em 1845, com 66 sub-agências. Segundo revelam fontes americanas, sua organização chegou a transportar, ao todo, dois milhões de emigrantes, dos quais a maioria devem ter sido alemães.<sup>18</sup>



**Navios da Companhia de Navegação Hamburg Südamerikanische**

O Dr. Blumenau fornece, a propósito, em 1895, alguns elementos complementares, que encerram, simultaneamente, sua opinião:<sup>19</sup> No último decênio do segundo quartel, Hamburgo começou a aliciar imigrantes e a embarcá-los com destino ao Brasil, da maneira pela qual o faziam os bremenses para os Estados Unidos da América do Norte. Tratava-se, tanto ao lado dos bremenses como dos hamburgueses, de uma transação, de um “negócio”, e nenhum dos competidores podia censurar o outro, se é que algo havia a censurar, acusando-o da prática de um tráfico indecoroso com a mercadoria humana. Hábeis que eram, os bremenses realizavam seus negócios para os Estados Unidos melhor que os hamburgueses os seus para o Brasil. Eram, também, mais ativos e mais maneirosos em ralação a Berlim e aos Estados do centro e do sul da Alemanha do que os hamburgueses que, naquela época, olhavam do alto, com arrogância, para os demais alemães e

se mostravam teimosos para com os prussianos e hanoverianos. Em 1847 chegou ao Rio de Janeiro um comerciante bremense, a fim de sondar de perto o “negócio”; todavia, nada conseguiu realizar. Era um homem valetudinário que, infelizmente, veio a falecer logo depois. Se isso não acontecesse, é provável que também Bremen se interessasse pelo Brasil e muita coisa teria tomado outro rumo.



**Porto de Bremen**

Tal era o ambiente, em que o Dr. Blumenau pretendia manter-se. Compreendemos, pois, as razões de seu insucesso como idealista e adversário de tudo quanto se assemelha ao tráfico de homens e à escravidão. Seus velhos amigos conservaram-lhe a lealdade. Entre os novos que conquistava, eram raros os que pertenciam aos círculos do alto comércio e às esferas governamentais. Faltava-lhe aquilo que lhe cabia apresentar-lhes, isto é, a prova de que os governos no Rio de Janeiro e em Desterro o apoiavam. Pelo contrário, só lhes podia relatar insucessos. Assim, a planejada empresa de colonização não chegou a constituir-se, e de parte alguma se lhe fornecia



**Christian Mathias Schröder**

dinheiro. Para cúmulo de tudo teve de assistir à constituição da sociedade anônima “*Kolonisations-verein von 1849*”, em Hamburgo, sob a direção do senador Christian Mathias Schröder, Ad. Schramm e G. W. Schröder. Contava a sociedade com o amparo do Governo Imperial, concretizado na doação de 12.800 hectares de terras, por parte do príncipe Francisco de Joinville, cunhado de Dom Pedro II. Na respectiva região surgiram a colônia Dona Francisca e a cidade de Joinville. Já em fins de 1850 a referida sociedade enviava para lá 124 imigrantes.

A atividade da “Sociedade de 1849” correspondia ao que o Dr. Blumenau havia ideado, ao menos no que me diz respeito à orientação de sua propaganda em favor do Brasil em sentido geral. Tal atividade contribuiu, porém, simultaneamente, para prejudicar sua própria empresa, de vez que desviava o elemento humano de que ele necessitava. A concorrência do Chile era mais patente ainda. Dois representantes do citado país andino, Kindermann e Philippi, lograram atrair 250 emigrantes, em sua maioria lavradores e artesãos, que já se haviam comprometido com o Dr. Blumenau de embarcar para a colônia às margens do Itajaí.<sup>20</sup> Restavam-lhe, assim, apenas 16 pessoas. Combinou-se, então, que esse pequeno grupo partisse em junho de 1850, tendo por guia o seu sobrinho Reinhold Gärtner.

A despeito desse resultado assaz insignificante, e não obstante haver-se frustrado novamente a esperança de ver-se curado da afecção auditiva, o Dr. Blumenau empreendeu, em 20 de março de 1850, partindo de Hamburgo, sua segunda viagem rumo ao Brasil, porém com mais satisfação do que teria sido possível alguns meses antes. Despediu-se de sua “cara pátria, não completamente insatisfeito”.<sup>21</sup> Apesar de tantos contratemplos conseguiu ele redigir um extenso relatório, para o qual escreveu uma introdução na véspera do seu embarque. Esse trabalho foi publicado, no transcurso do mesmo

ano, em Rudolstadt, sob o título “*Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und Kolonisation; abgerissene Nachrichten, Bemerkungen und Winke, besonders für Auswanderer*” (O Brasil Meridional em suas relações com a emigração e colonização alemã; fragmentos de notícias, observações e recomendações, principalmente para emigrantes). Trata-se de um livro de mais de cem páginas densamente impressas, um veículo de propaganda, “deficientíssimo” em sua forma, como ele próprio afirmava, pesaroso, em virtude dos embaraços que dificultavam sua redação, porém, quanto ao conteúdo, assaz elucidativo, conforme podemos constatar hoje. É o reflexo de experiências de dois anos e de observações criteriosamente feitas no Brasil, bem como uma viva e sincera recomendação em favor das províncias sulinas. O Dr. Blumenau chama a atenção dos emigrantes, como, aliás, o faz em todas as oportunidades, expressamente para as canseiras e privações que os aguardam num país novo, e deles exige operosidade, perseverança e espírito de renúncia.

Havia, entretanto, ainda outro fator que contribuía para essa disposição algo jovial do Dr. Blumenau. Conhecia ele uma jovem, filha de um militar, disposta a acompanhá-lo e tornar-se sua esposa. Ela ainda não havia dado o sim; todavia lhe prometera tomar logo uma decisão. Ficou ele, assim, confiante, à espera do consentimento de sua eleita.

Ora, ele próprio praticava a renúncia. Frustrados os grandiosos planos de colonização, o Dr. Blumenau se limitou, provisoriamente, à exploração da terra por conta própria, completamente contra os seus desejos iniciais. Considerava-se nada mais que um “colono às margens do rio Itajaí Grande”, como ele próprio se denominava.<sup>22</sup> Na realidade, o termo “colono” significava, naquela época, mais do que hoje em dia, que nos sugere apenas o camponês, notadamente o procedente da Europa central. Colono era então, como habitante de uma zona colonizada, qualquer imigrante, quer fosse lavrador, artífice ou negociante. Mesmo um oficial e professor, como o capitão von Gilsa e o médico Dr. Knoblauch, eram assim qualificados oficialmente, ainda em 1863. Em relação ao Dr. Blumenau essa designação correspondia, em 1850, a sócio da firma Blumenau & Hackradt, cujo objetivo era a exploração de uma serraria e a produção de açúcar, aguardente, álcool, vinho, vinagre e óleo vegetal. Só posteriormente deveriam fixar-se colonos independentes nas redondezas e em outros pontos da Província e do País.<sup>23</sup> Reinhold Gaertner e os 16 imigrantes vieram como operários, empregados e colaboradores do Dr. Blumenau, e para tanto seu reduzido número lhe

bastava sofrivelmente. No ano de 1846 o Dr. Blumenau saía pelo mundo afora como pioneiro disposto a preparar o terreno para a realização de um programa colonizador de vastas proporções. Agora, porém, ele partia como latifundiário para quem a colonização geral representava um problema a ser resolvido mais tarde.<sup>24</sup>

A viagem marítima a bordo de um veleiro foi penosa e durou 84 dias. Na zona da calmaria, ao norte do Equador, o navio ficou detido durante quatro semanas. Esgotou-se a provisão de água potável, que tinha de ser racionada rigorosamente. Sobrevieram tempestades acompanhadas de chuvas torrenciais. Morreram 18 mudas de árvores frutíferas que o Dr. Blumenau conduzia consigo. Secaram, além disso, duas terças partes de 250 mudas de roseiras. Ao aportar o veleiro, com um dos mastros quebrados, em 1850, ao Rio de Janeiro, onde então grassava a febre amarela, declinara novamente o ânimo do Dr. Blumenau. Via-se ele assaltado por pressentimentos sombrios, que não tardaram a revelar-se como fundados. No escritório da firma Schroeder & Cia., que era de seus amigos, encontrou notícias funestas, das quais algumas se lhe haviam antecipado na travessia do Atlântico. Uma das cartas informou-o da morte do pai, ocorrida duas semanas depois de sua partida. Outra carta vinha da jovem a que nos referimos. Seu conteúdo dissipou nele a derradeira esperança em desposá-la. Temia ela o país exótico com suas selvas e seus perigos. Essa recusa abalou-o profundamente, tanto assim que só dezesseis anos mais tarde pensou em contrair núpcias.<sup>25</sup> A terceira carta era de Hackradt, que participava sua intenção de se retirar da firma. Dizia que a serraria corria o risco de ser destruída pela enchente, que as tábuas alcançavam apenas preços ínfimos e que seria necessário mais capital para evitar o fracasso total.

A situação do Dr. Blumenau era desesperadora. Dirigiu-se novamente ao Governo Imperial, pedindo assistência. Porém conseguiu apenas a promessa de um empréstimo. Socorreu-o nessa emergência um amigo que lhe emprestou a soma urgentemente necessária, e ele pôde, imediatamente, tomar as providências para o prosseguimento da viagem. Conduziu para bordo de um veleiro a bagagem e as plantas que conseguira salvar. Mas a partida do navio foi protelada, em conseqüência de um temporal, e o capitão da embarcação recomendou ao Dr. Blumenau que aguardasse em terra a partida, afirmando que o mandaria chamar no tempo devido. Todavia, ao cessar a tempestade, nenhum aviso foi dado ao Dr. Blumenau, que voltou espontaneamente ao embarcadouro, de onde pode ver o navio velejando à distân-

cia. Tentou em vão alcançar o veleiro num bote. Somente duas semanas mais tarde conseguiu embarcar num vapor, para passar por uma nova decepção ao chegar em Desterro. Veio encontrar a bagagem jogada num terreiro exposto ao sol e à chuva. As plantas estavam irremediavelmente perdidas e tudo mais em parte seriamente danificado. Ao contemplar esse quadro, o Dr. Blumenau chorou de indignação!

Estava-lhe reservado, entretanto, um desapontamento maior ainda às margens do ribeirão da Velha, aonde chegou em fins de agosto. Verificou que a serraria estava mal localizada e prestes a ruir. A menor enchente a paralisava. De nove trabalhadores de cor, sete tinham fugido ou se haviam deixado levar pela lábia de vizinhos. Encontrou apenas um preto aleijado e uma preta velha. As plantações eram insignificantes e as pastagens, disponíveis para oito bois de canga extenuados e uma vaca, tinham sido invadidas por ervas daninhas. Antes de partir, em 1848, o Dr. Blumenau havia deixado 4.000 tálers com seu sócio, ao qual remeteu mais 1.500 do Rio de Janeiro. Fora gasto todo esse dinheiro. Hackradt manteve-se firme na resolução de se desligar da firma e pediu a restituição de sua quota de capital e uma indenização pelo seu trabalho. Alegou, como desculpa pelo estado das instalações e plantações, a falta de braços aptos, as intempéries e outros contratempos imprevistos.

Esses fatos constam, principalmente, de uma carta do Dr. Blumenau, datada de 11 de janeiro de 1854.<sup>26</sup> Não se conhece, infelizmente, nenhuma manifestação da parte contrária. Deve-se ter em mente, entretanto, numa apreciação justa da situação, que a carta foi escrita em estado de profunda depressão moral. Nessa carta se referia, além disso, a desleixo culposo por parte do seu sócio, o que só mais tarde perceberia. Censurava-o, ao mesmo tempo, de ter feito, habilmente, negócios particulares e comprado terras com dinheiro dele, Blumenau, que as teve de adquirir por 1.100 tálers, e observa, na mesma carta, que em 1850 teria dividido com Hackradt os prejuízos, sem discutir, como se ambos fossem irmãos, e que continuaria a estimá-lo e respeitá-lo. Segundo parece, essa atitude não se modificou muito nos anos subseqüentes, isto é, depois de 1854, pois os dois homens continuaram a manter mutuamente relações comerciais. Pode-se afirmar, resumindo, que Hackradt havia, efetivamente, lutado com enormes e incalculáveis dificuldades, conforme se pode deduzir da respectiva escrituração.<sup>27</sup> Passara ele por tremendas provocações, que o próprio Dr. Blumenau veio a conhecer, na mesma proporção, depois de 1850. Ora, Hackradt não era

colonizador, mas comerciante. Assim, notou logo que a empresa não oferecia nenhuma perspectiva de êxito econômico, donde a impossibilidade de levá-la adiante. Por isso tratou, imediatamente, da rescisão do contrato, sem consideração alguma quanto à sorte futura do sócio. Foi para Desterro, onde explorou, no início em sociedade com Andreas Karl Ebel, natural de Macklemburgo, uma máquina de beneficiar arroz e uma pequena charutaria. Em 1857 adquiriu o estabelecimento comercial de Ulrich Häberle. A seu convite, passou a trabalhar com ele, no ano de 1866, seu sobrinho Carlos Hoepke, vindo de além-mar como imigrante e que se tornou seu sócio. Em 1871 Hackradt se retirou de todas as atividades, depois de haver exercido, durante longos anos, o cargo de cônsul eletivo da Prússia. Faleceu em 1887, deixando grande fortuna. Já em 1880 a firma era a mais importante de Santa Catarina, e o continua sendo ainda hoje, sob a denominação de Carlos Hoepcke S.A., como uma das mais destacadas em todo o Brasil.

A empresa “Blumenau & Hackradt” foi dissolvida em 15 de outubro de 1850, e em dezembro o Dr. Blumenau pagou ao seu ex-sócio o capital inicial de 2.000 tálers e 800 tálers a título de compensação pela direção dos trabalhos preliminares. Segundo outras fontes, ter-se-ia tratado de 2 contos de réis e mais 800 mil réis, fora os juros sobre o capital. Tornou-se assim, único proprietário das terras e das instalações e assumiu o passivo da firma extinta.

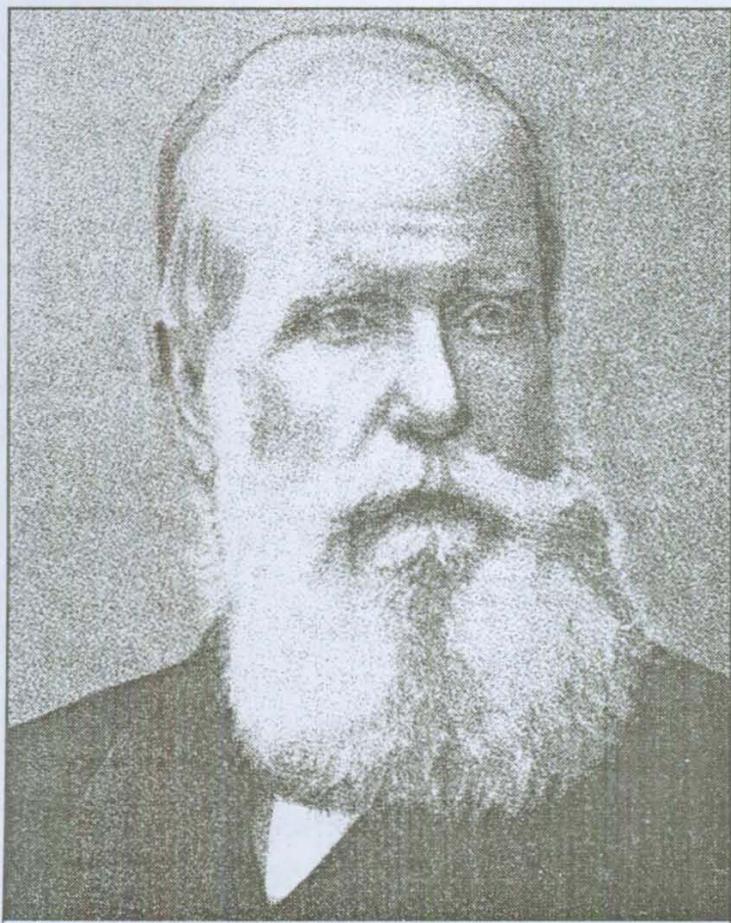
Poucos dias depois do Dr. Blumenau chegavam às margens do ribeirão da Velha, em 2 de setembro, Reinhold Gaertner e seus 16 imigrantes. Os recém-chegados foram alojados em dependências precariamente preparadas. Começou então uma época de trabalho o mais árduo. O estado de alma em que se encontrava o colonizador, que então contava trinta anos de idade, ele próprio o descreve: “Desmoronaram todas as minhas esperanças. Ruiu por terra o que construí. E aquilo, pelo que tanto arrisquei, sacrifiquei e padei, meus planos de colonização, encontra-se a uma distância quase que inatingível. Foi um período lastimável. Disso poupe a Providência qualquer outra pessoa honesta”. A impressão de ser um falido representava para ele um fardo pesadíssimo. Todavia, nada lhe restava fazer senão perseverar e cuidar, antes de mais nada, das 17 pessoas que haviam atendido ao seu chamado e dependiam de sua direção. Passaram, assim, quatro meses, em que foram tomadas as providências mais urgentes. Pelo fim do ano o Dr. Blumenau apressou-se em ir ao Rio de Janeiro. Era a única parte donde podia vir a salvação. Entregou a direção da empresa a Reinhold Gaertner, que

cumpriu fiel e cabalmente suas difíceis obrigações e registrou em um diário as ocorrências mais importantes e as observações meteorológicas.

O Dr. Blumenau teve de vencer inúmeras resistências no Rio de Janeiro, pois a Capital era o campo de ação preferido pelos aventureiros, entre os quais não eram poucos os indivíduos que “colonizavam”, ou pretendiam “colonizar”, e que molestavam as autoridades com suas propostas e seus pedidos. Combatia-se mutuamente com todos os recursos ao seu alcance. Acresciam a isso os obstáculos de ordem material que se opunham ao Dr. Blumenau, como particular e estrangeiro ainda pouco conhecido. Teve de lutar durante quase meio ano, mas venceu afinal. Um compatriota seu ajudou-o de novo com dinheiro, e outros, que igualmente se convenceram de sua probidade e perseverança, aplanaram-lhe os caminhos que conduziam a altos funcionários e mesmo ao Imperador. Dom Pedro II deu-lhe provas de compreensão e benevolência, resultando daí, finalmente, um empréstimo do Governo no montante de 10 contos de réis. Foi o primeiro sucesso que o encheu de justificado regozijo. Verdade é que o empréstimo vinha aumentar

consideravelmente o fardo de suas dívidas; salvava-o entretanto, do descalabro inevitável.

Tratou então de adquirir tudo de que necessitava urgentemente: Colméias, 75 mudas de árvores frutíferas do sul da França, aparelhos e utensílios para um engenho de produção de açúcar de cana, aguardente, álcool e alguns outros produtos, tudo no valor de mais de 3 contos de réis. Queria com isso dar uma nova base econômica à sua empresa. Carregou tudo num veleiro, que ele seguiu, algo adoentado, a bordo de um vapor, com destino a Santa Catarina, como eram designados, naquela época, principalmente a ilha e Desterro. Para o Dr. Blu-



**Dom Pedro II**

menau, Desterro sempre significou, e continuou a significar no futuro, um lugar de fracasso e desventuras. Pouco antes da entrada no porto, o brigue que havia carregado mercadoria no valor de 20 contos de réis também para um comerciante alemão, foi detido por um cruzador inglês. Estribados no já citado “Bill Aberdeen”, de 1845, os ingleses vindicavam-se o direito de seqüestrar qualquer navio suspeito de servir o tráfico de escravos, não só em alto mar, como também em águas territoriais, portos e rios brasileiros, prendendo os traficantes, bem como os escravos já desembarcados, e levando-os perante um tribunal britânico. Consideravam pirataria o tráfico de escravos. Afirmou o comandante do cruzador que os papéis de bordo não estavam em ordem, declarando ser o brigue de um navio de piratas e determinando que a embarcação fosse conduzida à base naval de Santa Helena. Nada se sabe do que aconteceu posteriormente. Ficou confirmado apenas que o brigue afundou ou foi posto a pique e que do carregamento que lhe pertencia, o Dr. Blumenau nada mais salvou que uma caixa com plantas e duas colmeias. Foram baldados os esforços no sentido de obter uma indenização dos ingleses. Não foi a única vez, como veremos adiante, que o Dr. Blumenau sofreu seriamente, como indivíduo alheio, em conseqüência de desinteligências internacionais.

Como se não bastasse tanto infortúnio, a enchente destruíra, em março, a serraria e causara outros danos. Perdeu-se também parte do gado. Em julho o Dr. Blumenau retornou às margens do ribeirão da velha. Alcançou-o, nessa ocasião, a notícia da morte de sua mãe. Essa perda foi-lhe particularmente dolorosa em sua solidão. Causavam-lhe apreensão as notícias da guerra da Tríplice Aliança do Brasil, Uruguai e Entre Rios contra a Argentina do ditador Rosas. A contenda, que se iniciou em maio de 1851 e durou até 1852, tinha de desviar os imigrantes do Brasil. Em compensação, favorecia-o a circunstância de poder dispor da parte que lhe tocara dos bens deixados pelos pais. Estava ele, assim, em condições de empregar em seu empreendimento, ao todo, 16.000 tálers ou sejam 48.000 marcos, incluídos os investimentos anteriores, soma apreciável, se considerarmos o valor da moeda naquela época.

Essa melhoria de sua situação financeira e a certeza de que contava com a confiança do governo Imperial induziram-no a começar, finalmente, a colonização. Fora divulgado na Alemanha, já em 1851, seu segundo folheto de propaganda intitulado “*Leitende Anweisungen für Auswanderer nach der Provinz Santa Catarina*” (Instruções orientadoras para emigrantes com desti-

no à Província de Santa Catarina). Todavia, esse ano rendeu-lhe apenas 8 ádvenas. Em 21 de agosto de 1852, porém, chegou o primeiro grupo mais numeroso de imigrantes, o que deu motivo a que o Dr. Blumenau tratasse, imediatamente, de repartir os primeiros lotes de terras, todos ao longo do rio Garcia.

Em 24 de agosto o Dr. Fritz Müller e seu irmão August tomaram posse de suas duas “colônias”, pelas quais pagaram um preço módico, e em 28 de agosto realizou-se o “leilão” das “terras de distribuição gratuita”, isto é, a venda de mais de 10 lotes de terras, que abrangiam em média, 181 jeiras. A fim de facilitar aos compradores a atividade inicial, o Dr. Blumenau lhes exigia apenas uma espécie de taxa de reconhecimento, além de estabelecer condições de pagamento suaves. Cada lote era avaliado a 10 mil réis. O lance não podia ser inferior a 500 réis. As despesas cobradas para medição, desmatamento e estampilhas importavam em 7.660 réis por lote. Apresentaram-se como compradores exclusivamente “colonos” que haviam chegado em 21 de agosto com os irmãos Müller. Nenhum dos que haviam imigrado anteriormente participou deste leilão.<sup>28</sup>

O Dr. Blumenau considerava o dia 28 de agosto como o da fundação da colônia, aliás, do seu ponto de vista, com razão, conforme se pode deduzir de nossa exposição. A empresa particular iniciada em 1848, que recebeu em 2 de setembro de 1850, pela primeira vez, diretamente da Alemanha, colaboradores por ele assalariados, representava para ele simplesmente um meio para sua finalidade almejada. De mais a mais, os dezessete de 1850 não constituíam o tronco dos seus futuros colonos. Exclusão feita de um que pereceu afogado em 1852, desses apenas uma família de quatro membros e um homem solteiro lhe permaneceram fiéis. Os demais se retiraram, pouco a pouco,<sup>29</sup> registrando-se, para o ano de 1850, uma quota de retirantes extraordinariamente elevada, ou sejam, 65%. Em 1851 a porcentagem de retirantes foi ainda de 50%. Tendo se afogado dois homens, permaneciam apenas dois. Eis porque o Dr. Blumenau sempre indicava, em seus relatórios e comunicações oficiais, o ano de 1852 como sendo o da verdadeira fundação da colônia, tanto assim que comemorou com os seus colonos o vigésimo quinto aniversário da mesma em 1877. Ainda em 1897 sustentava esse ponto de vista em palestra com José Deeke. Somente em 1899 a comissão nomeada pela Câmara Municipal de Blumenau para preparar as solenidades comemorativas do cinquentenário da fundação da colônia resolveu fixar a data de 2 de setembro como a da fundação, alegando que assim a conside-

rava, desde o início, o Governo (de Santa Catarina?), que, ademais, a partir de 1850, se referia, em registros e relatórios, à “Colônia Blumenau”.<sup>30</sup> Por isso, foi em 1900 e 1925 que se realizaram, respectivamente, os festejos comemorativos da passagem do quinquagésimo e do septuagésimo quinto aniversário da fundação da colônia, embora a data fixada pelo fundador, como sendo a que melhor se coadunava com a evolução histórica e melhor correspondia ao sentido desta, continuasse a encontrar defensores.

As terras marginais do rio Garcia eram vulgarmente conhecidas por “*Die Kolonie*” (“A colônia”), para distingui-las de “*Velhapasl*” (“pasto da Velha”) como se designavam as lavouras e construções às margens do ribeirão da Velha, pertencentes ao “*Kolonieunternehmer*” (“empresário da colônia”), como o próprio Dr. Blumenau se intitulava, e de “*Stadplatz*” (“zona da cidade”), que compreendia uma larga faixa de terra junto ao “Grande Rio”, entre a foz do ribeirão da Velha e o “Morro do Aipim”, e que, conforme revela o nome, reservou-se para a construção da futura cidade. Essas distinções se faziam ainda durante longos anos, até que, com a exploração de novas terras, a designação de “colônia” ou, para uso externo, “Colônia Blumenau”, passou a valer para toda a região colonizada pelo Dr. Blumenau. O termo “*Stadplatz*” era ainda usado geralmente pela geração precedente; hoje em dia, porém, é raro ouvi-lo. Por conseguinte, se o ribeirão da Velha pode reclamar para si a glória de ter sido o ponto de partida dos trabalhos do colonizador na floresta virgem, cabe reconhecer que o rio Garcia constitui a célula da colônia.

O título honorífico de primeiro colono pertence ao Dr. Blumenau. O segundo foi o Dr. Fritz Müller, no lote n. 1; o terceiro, August Müller, no lote n. 2; seguem, sucessivamente, os 10 colonos freqüentemente citados: Hesse, Hahn, Josiger, Klinger, Hahnemann, Seifert, Gebien, Erhardt, Spiess e Leuthäuser. Constituem eles o verdadeiro tronco dos colonos blumenauenses.

Até 28 de agosto tinha imigrado 94 pessoas, 55 das quais pertenciam às famílias domiciliadas no vale do rio Garcia que, assim, ocupava o primeiro lugar também quanto ao número de habitantes. Somando-se as 42 pessoas que chegaram no ulterior decurso do ano, o número total de habitantes teria atingido a 136; todavia, 29 tinham mudado e três haviam falecido, de maneira que, em fins de 1852, registrava-se um total de apenas 104, incluindo as crianças aqui nascidas.<sup>31</sup> Segundo o plano de 16 de março de 1848, o número de habitantes deveria ter ascendido, no mínimo, a 1.500. Tal cotejo

seria vexatório para o “empresário da colônia”; não obstante, ele se mostrava satisfeito, cômico de haver criado finalmente uma base, após quatro anos e meio de lutas, amparado, quase que exclusivamente, no próprio esforço. A colônia era pequena, porém “sua”. Era sua obra pessoal. Nela podia prosseguir, e fê-lo, baseado em princípios firmes nascidos duma fé inabalável na sua missão.

“Minha colônia poderá e deverá tornar-se um refúgio para imigrantes de língua alemã e de origem germânica que, com o suor do seu rosto, procurem o seu ganha-pão e um futuro garantido e sem preocupações para si e seus filhos. A privilegiada situação natural da colônia promete ali a formação de uma comunidade florescente e próspera!”



**Centro da Colônia Blumenau - 1864**

## 6. Luta árdua pela colônia particular, 1852/59

Nada caracteriza melhor a índole do Dr. Blumenau do que a luta que travou durante os sete penosos anos que, como particular, dirigiu e manteve a colônia. Tinha de defender-se contra a inclemência da natureza, contra os índios, contra insuficiências humanas reveladas pelos colonos, contra a inveja de elementos há mais tempo aqui domiciliados, contra a pouca compreensão do Governo provincial e a reserva discreta dos governos de Estados alemães, contra a hostilidade dos próprios patrícios e, incessantemente, contra a opressora e perigosa falta de capital. Era uma luta pertinaz, que punha à mais dura prova a perseverança, a perspicácia, a bravura e o senso de responsabilidade do diretor da colônia.

Ele sabia de antemão que não seria fácil dominar a natureza bravia das selvas. Tinha-se predisposto para as dificuldades. Havia apenas um fator que não podia contar de antemão. Eram as enchentes devastadoras a que se achavam expostas principalmente a sede e suas cercanias. Uma das mais



penosas provocações dessa natureza o Dr. Blumenau a experimentou em 1855.<sup>32</sup> Um de seus ex-colonos, Paulo Kellner, fora atacado pelos bugres no dia 9 de novembro, junto ao Itajaí-mirim. O Dr. Blumenau visitou o homem gravemente ferido e pretendia regressar em 17 de novembro, quando se armou, do lado do mar, um violento temporal acompanhado de chuvas torrenciais, que só cessaram depois de três dias. No decurso de 36 horas as águas do Itajaí subiram 63 palmos, ou seja perto de 14 metros, desbarrancando as margens e devastando as plantações e as instalações. Os danos causados em toda a extensão do rio foram avaliados em 60 a 80 contos de réis. Dos milharais, feijoais e batatais mal restaram 4%, e dos mandiocais e canaviais mal 25%. As

sementes necessárias para as novas semeaduras o Dr. Blumenau fê-las vir da ilha de Santa Catarina e do Rio de Janeiro. Os preços dos gêneros de primeira necessidade subiram extraordinariamente. O Dr. Blumenau teve novamente de acudir a seus colonos, fazendo-lhes consideráveis adiantamentos, a fim de evitar que perdessem totalmente o fruto do seu labor de longos anos. Todos os seus cálculos redundaram em nada. Ele, pessoalmente, sofreu sensíveis prejuízos, como se deduz de sua própria narrativa: “Uma casa minha, construída numa bela ponta de terra, em que moravam meu guarda-livros e jardineiro, carregou-a o furor do elemento desencadeado, com todo o seu conteúdo de livros, instrumentos, mercadorias e outras cousas de valor pecuniário, e muitos objetos de lembrança e recordação, que me foram muito caros, e não me restituíram. Não se salvou coisa alguma da casa, senão algumas pesadas ferramentas, e por sorte verdadeiramente especial, um tubo de ferro que continha algum dinheiro; todos os meus títulos de terras se perderam, o meu guarda-livros valeu-se do domingo para passear no rio abaixo e ir ver a sua namorada, e o jardineiro, para divertir-se. Ambos, por causa da tempestade e chuva contínua, só voltaram depois da catástrofe, em que comigo perderam quase todas as suas roupas etc. A casa estava rodeada pelo meu jardim e este desapareceu quase completamente, e com ele se foi o único recreio a que podia entregar-me e que me permitia, porque meu modo de vida era o mais econômico possível e às vezes até avarento, para não me privar, por despesas inúteis, dos meios de continuar minha empresa. Não sou, ordinariamente, muito mole, todavia não pude deixar de chorar como uma criança, ao ver as cenas de destruição, em toda a parte, no momento da minha volta. Desde o meu regresso da Alemanha havia gasto bastante dinheiro e trabalhava com imensa paciência e aflição para trazer a este sertão tudo o que podia alcançar de útil, interessante e belo no reino vegetal, tanto da Europa como do Rio e de Santa Catarina, e depois de muitas experiências inúteis tinha chegado, enfim, a aclimatizar aqui muitas plantas exóticas, árvores frutíferas, as mais belas plantas ornamentais, e só do Rio trouxe em julho mais de 400 espécies novas. Possuía um grande viveiro de árvores frutíferas para distribuição aos colonos, com milhares de exemplares; o jardim era lindo e florescia as mais belas rosas etc. na minha partida; refugiava-me nele, quando me sentia cansado, triste e oprimido – e quando voltei, tinha desaparecido tudo e não havia senão um barranco desabado e uma praia de areia! Em todo o comprimento do rio e em partes muito mais expostas não foi demolida nem uma só casa, mas a minha devia

ir-se embora por inteira e o meu único recreio e divertimento que me podia permitir, foi-me levado como por ironia pela mão maldosa de um mau gênio, ensinado *ad hoc*. – Além dessas perdas maiores sofri ainda diversas outras de menor alcance pela morte de gado, destruição de ranchos e casas de abrigo para os colonos recém-chegados e de mantimentos, e, indiretamente, pela necessidade de perdoar quase todos os meus colonos os juros das suas dívidas etc., somando-se assim os meus prejuízos em 3 ½ a 4 contos de réis, antes mais do que menos. Não posso avaliá-los com exatidão, pois com os demais objetos perderam-se todos os meus livros de contas, de pequenos créditos etc., que estavam aos cuidados do meu guarda-livros. Enfim fui sujeito a tantos abalos espirituais e morais e duras fadigas corporais, que fiquei doente por algumas semanas, pois de 18 meses para cá minha saúde esteve combalida e meu corpo negava-se muitas vezes a sujeitar-se a minha vontade”.

Não temos a acrescentar a essa tão expressiva narração. Por esse quadro podemos averiguar o que significavam para Dr. Blumenau as repetidas enchentes. Ocupar-nos-emos ainda mais adiante, da última de que ele foi espectador e vítima, a de 1880.

Como ocorrera em relação às asperezas da região inculta, o Dr. Blumenau havia subestimado também o perigo representado pelos aborígenes. Não eram Comanches guerreiros, não eram índios do Texas, porém legítimos filhos da floresta virgem, que, à sua maneira, defendiam dos adventícios intrusos a terra ancestral, por meio de incursões e assaltos aos colonos que habitavam em lugares isolados. A primeira incursão deu-se a 28 de dezembro de 1852, no ribeirão da Velha. Seguiram-se, até 1883, no tempo do Dr. Blumenau, no mínimo ainda 11 incursões e, posteriormente, até a pacificação do último bugre pôr Eduardo Hoerhann da Silva, no ano de 1914, pelo menos mais de 48 ataques em toda a região do município, sem mencionar os desassossegos que se estendiam, às vezes, por semanas e meses. Foram mortos, ao todo, 41 brancos e feridos 22, dos quais muitos vieram a falecer posteriormente, em conseqüência dos ferimentos recebidos. Perderam-se rebanhos inteiros de gado *vacum* e equino.<sup>33</sup> Reproduzimos aqui, em seu original, a descrição de um desses assaltos, o de janeiro de 1855, feita pelo próprio Dr. Blumenau:

“Dois colonos recém-chegados, ambos pais de família, foram surpreendidos e assassinados pelos bugres em pleno dia e numa distância de apenas vinte braças da própria casa. Quando cheguei ao lugar do desastre, foi

terrível a cena que se me deparava, talvez a mais dolorosa de toda a minha vida passada. Os cadáveres dos pobres assassinados estavam horrivelmente mutilados a golpes de machado, e sobre eles prostravam-se as pobres viúvas, erguendo-se apenas para cobrir-me de vitupérios, que teria eu a culpa da morte dos seus maridos, mandando-os persuadir a virem a um país tão inóspito e inseguro, e reclamar de mim, para si e seus quatro órfãos, o pão de cada dia que os seus maridos lhe teriam ganho pelo trabalho. Deus, na sua bondade, queira preservar-me de ver mais uma vez tal cena!”<sup>34</sup>

Foi esse golpe que mais profundamente atingiu o Dr. Blumenau, pois ele cuidava dos colonos como um pai zela pelos seus, e a muitos chamava de amigos. Assim consta do relatório de 1855: “Considero minha colônia como se fosse meu próprio filho. Como tal velarei por ela e cuidarei dela, enquanto meu espírito e meu corpo constituírem uma só unidade. Serei um amigo leal e simpatizante de todos aqueles que confiarem em mim e que aderirem a mim”. Segundo atesta Roberto Avé-Lallemant, o Dr. Blumenau passava privações pelos seus colonos. Uma tal disposição de espírito, aliada à máxima prudência na escolha daqueles que manifestavam o desejo de emigrar, não puderam evitar, no entanto, que, muitas vezes, seus sacrifícios fossem mal retribuídos. Quando nada mais podia dar, por nada possuir, ou quando pedia a restituição de dinheiro adiantado, sentia a amargura da ingratidão e a baba da maldade.<sup>35</sup> Os que dele haviam recebido a maior soma de benefícios recompensavam-no com grosseria; queriam gozar uma vida farta, e muitos trabalhavam negligentemente.<sup>36</sup> Quando desesperavam e quando o importunavam com suas queixas, ele sabia reanimá-los.<sup>37</sup> Muitos desapontavam-no, como já sabemos, retirando-se da colônia. Dos 309 imigrantes tinham-se mudado, até fins de 1854, ao todo 67; portanto, aproximadamente 22%. O que isso significa pode-se avaliar asseverações de antigos colonos, segundo as quais “todos eles se teriam retirado, se dispusessem então de dinheiro e se tivesse sido possível.” Relaciona-se talvez com isso a pouca compreensão e interesse que ainda muito tempo depois de sua partida os habitantes da colônia e do município votavam aos desígnios do Dr. Blumenau, interpretando mesmo erroneamente seu caráter e seu modo de agir. Viam nele, freqüentemente, um homem mesquinho e amargurado – o profeta que nada valia em sua própria terra.<sup>38</sup>

Como profeta de um futuro maior e mais belo para a Província de Santa Catarina, de uma era sem escravidão, em que colonos, artífices, industriais e comerciantes teutos encontrassem, no gozo da tolerância espiri-

tual e religiosa, a felicidade, pelo trabalho e pela disciplina, fraternalmente unidos aos descendentes de açorianos e portugueses, como cidadãos de um país livre, com paridade de direitos e deveres, o colonizador era também antipatizado por muitos elementos há mais tempo aqui radicados que, além disso, o tinham por suspeito. Desde o início registraram-se atritos com proprietários de terras, possuidores de títulos de concessão mais antigos, porém duvidosos, na região da colônia. Tais terras não eram exploradas e embaraçavam assim o progresso. Esses proprietários exigiam, em parte, preços exagerados pelas terras, e o Dr. Blumenau, comprando-as, podia contar que, por sua vez, também o Governo exigiria o respectivo pagamento. Tratou, entretanto, de evitar demandas em torno da legitimidade da posse. Tais ações seriam fastidiosas e redundariam em intrigas e inimizades, pois os prejudicados tê-lo-iam acusado de estar “espoliando os filhos do País que era deles, em benefício de estrangeiros.”<sup>39</sup> No contornar paulatinamente tais dificuldades temos a prova de sua paciência e da compreensão dos proprietários de terras.

De outra natureza e talvez mais sérias eram as “vozes de alguns nativistas míopes”, que pintavam “o espantinho da hipertrofia dos alemães e do perigo daí decorrente para a integridade do Império.” O Dr. Blumenau julgava-os politicamente “por demais imponentes para exercerem influência sobre as decisões e os esforços do Governo.”<sup>40</sup> Cômico de sua probidade pessoal, e conhecendo suficientemente seus patrícios para saber que, em sua grande maioria, jamais se tornariam culpados de infidelidade ou mesmo traição para com sua pátria adotiva, ele por certo se excedia ao generalizar, designando tais opiniões como sendo de “nativistas míopes”. Há cem anos passados os limites meridionais do nosso país ainda não estavam, definitivamente demarcados e reconhecidos como hoje. Perdurava na memória do povo a lembrança das lutas e dos sacrifícios pela posse definitiva de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e as pessoas ilustradas tinham conhecimento das guerras contra os franceses e holandeses, que aqui penetraram como conquistadores ao longo das costas, desde Pernambuco até o Rio de Janeiro, nos primeiros dois séculos após o descobrimento. Era, portanto, absolutamente compreensível que mesmo homens sérios e de vistas largas se manifestassem contra a imigração. Não queriam expor nem mesmo ao menor risco a segurança adquirida. Tal possibilidade, porém, tinha de existir para aqueles que desconheciam as intenções tanto do Dr. Blumenau como dos imigrantes teutos em sua totalidade, e, ainda, o conceito alemão que

distingue entre origem étnica (“*Volkstum*”) e cidadania, (“*Staatsangehörigkeit*”), distinção essa que não se conhece entre outros povos que sempre tiveram a felicidade de viver reunidos, dentro de um Estado nacional único, como Portugal e Espanha. Só a experiência colhida nas décadas subsequentes teve o condão de convencer disso os habitantes mais antigos.

Para grande desvantagem do Dr. Blumenau, figurava entre os céticos o Dr. João José Coutinho que, como presidente, guiou os destinos da Província entre 1850 e 1859. Manteve-se ele, excepcionalmente, por longos anos no seu posto, pois a Província se via prejudicada, em geral, na época do Dr. Blumenau, com a contínua substituição dos seus altos funcionários. Contou ela, nesses 38 anos, nada menos que 57 presidentes, dos quais, na realidade, alguns ocuparam o cargo repetidas vezes. O Dr. Coutinho conquistou mérito duradouro. Era um homem escrupuloso e cômico de seus deveres. Pôs e manteve em ordem o Tesouro da Província. Executou numerosas obras públicas, tendo em mira, sempre, o bem-estar da coletividade. Também a vida cultural se viu beneficiada por esse espírito progressista. São suas criações a Biblioteca Pública em Florianópolis, a Escola de Aprendizes Marinheiros, o Liceu Provincial, onde lecionou o Dr. Fritz Müller, e o Colégio das Irmãs de Caridade. Todavia, o Dr. Blumenau<sup>41</sup> não logrou obter seu apoio, ou então apenas uma assistência bem fraca, nem provocar seu interesse por uma colonização em bases amplas. Em inúmeras conferências havidas um não chegou a convencer o outro. Na opinião do Dr. Blumenau, o Dr. Coutinho teria admitido, se possível fosse, unicamente portugueses e ilhéus ou, quando muito, outros estrangeiros e, no tocante a elementos alemães, apenas católicos, sob a condição, porém, de abandonarem seus filhos, imediatamente, a língua alemã. A imigração de protestantes (credo a que pertenciam quase todos os primeiros colonos blumenauenses), era por ele considerada francamente perniciosa e nociva ao País, de vez que constituiria o germe de futuras discórdias.

A atitude do Presidente influiu nas autoridades subalternas, que negavam justiça ao Dr. Blumenau, mesmo nos casos mais flagrantes, indo a ponto de pouco se importarem com as advertências do Juízo de Direito, desmoralizando-o perante o povo, que se habituava a transgredir as leis. Diante disso, parte dos colonos se julgou autorizada a chicanar com o Dr. Blumenau e, mesmo, a lesá-lo em seus direitos. Em março de 1857, fazendo, sem comunicação prévia, uma visita à colônia, o Dr. Coutinho deixou ali a impressão de um profundo desapontamento. Apesar de insistentes ro-

gos, ele se demorou apenas hora e meia, sem demonstrar algum interesse. O Dr. Blumenau foi surpreendido, quando jantava carne seca e feijão à brasileira, trajando à moda da roça. Os colonos estavam entregues a seu labor, de maneira que se oferecia ocasião propícia para conhecer a colônia em sua faina cotidiana e investigar “in loco” a improcedência de boatos detratores. O colonizador registrou, pesaroso, uma decisão injusta e uma observação pouco amável, bem como o fato de que, na mesma ocasião, o Presidente permaneceu mais de dois dias em visita à colônia de Dona Francisca.<sup>42</sup>

Em tais circunstâncias, o Governo Provincial de 1850 a 1859 tinha de ser, sem dúvida alguma, o mais sério empecilho para a prosperidade do empreendimento. Na reserva das autoridades alemãs o Dr. Blumenau via um obstáculo análogo. Da proposta “Harkort”, aprovada em 3 de junho de 1861 pela Câmara dos Deputados da Dieta Geral da Prússia, ressalta a objeção que, por princípio, se fazia na Alemanha contra a emigração para o Brasil. Eis os seus termos: “Tome a Câmara dos Deputados a resolução de convidar o Real Ministério de Estado a não apenas manter na Prússia, rigorosamente, as disposições legais vigentes contra a emigração para o Brasil, mas a obter o apoio também dos demais Estados alemães, até que o Imperial Governo Brasileiro se veja induzido a pôr em prática, mediante convênio, as seguintes medidas em prol dos imigrantes alemães: 1) promulgar uma lei que declare válidos os casamentos celebrados segundo o rito protestante e entre pessoas de confissões diferentes, não mais os considerando concubinatos como até aqui; 2) estabelecer, de maneira justa, o direito sucessório para os imigrantes, seus filhos e parentes, e levar em consideração as reclamações dos cônsules, em casos de divergência; 3) criar uma lei que garanta aos protestantes o mesmo auxílio concedido aos católicos para a construção de igrejas, casa paroquiais e escolas.”<sup>43</sup>

Trata-se por conseguinte, em essência, dos mesmos desejos manifestados pelo Dr. Blumenau no requerimento encaminhado à Câmara Provincial em 16 de março de 1848. As disposições contra a emigração para o Brasil mencionadas na referida proposta e que não foram “mantidas rigorosamente” eram, principalmente, as contidas no assim chamado “*von der Heydt'sches Reskript*” (Portaria ministerial de von der Heydt), de 3 de novembro de 1859. Houve discussões extraordinariamente veementes em torno dessa portaria, que deixou de vigorar parcialmente só a partir de 1895. Foi qualificada de “proibição” da imigração e via-se nela uma prova de incompreensão, senão indício palpável de animosidade alemã em relação ao Brasil.

Deploravelmente ninguém se deu ao trabalho de examinar a questão mais de perto e de tomar conhecimento do texto da portaria,<sup>44</sup> o que teria revelado algo de diferente ao provável investigador. Efetivamente, o documento nada mais encerra senão a revogação das licenças concedidas, com ou sem restrições, e firmadas em lei de 7-5-1853, dispondo sobre o transporte de emigrantes para o Brasil, e a proibição, por tempo indeterminado, de outorgar novas concessões similares. Tal determinação atingiu empresas de navegação prussianas e estrangeiras e seus agentes, citando-se, nominalmente, Robert Miles Sloman, August Bolten e a firma Val. Lor. Meyer, de Hamburgo, as firmas Prokrantz & Comp. e T. J. Wichelhausen, de Bremen, e seus representantes. Justificou-se a medida, alegando que, nos últimos tempos, se teriam tornado cada vez mais numerosas as comunicações e queixas relativamente à situação deplorável e desesperadora dos imigrantes alemães no Brasil e que, em averiguações mais rigorosas, teria sido constatado que tais notícias tinham fundamento. Diante disso, o transporte dos emigrantes não deveria continuar sob a proteção de concessões.

O Dr. Blumenau combateu a referida portaria ministerial, apaixonadamente, até os últimos dias de sua vida, considerando-a a “prova mais característica de miopia e ignorância, de inércia mental e de arrogância, para não dizer de malevolência dos estadistas e da burocracia prussiana em relação a tudo que dizia respeito às questões de imigração e colonização.”<sup>45</sup> Qualificou ele a tal portaria de “injúria lançada não apenas contra o Governo brasileiro, mas, também, e sobretudo, contra o próprio Imperador.” Essa opinião não era, entretanto, muito firme, tanto assim que, em 1895, o Dr. Blumenau propôs ao seu amigo Dr. Kärger que, como jurista perspicaz, tratasse publicamente da questão, certificando-se se a portaria se justificava realmente e se foi aprovada e promulgada com base sobre fatos clara e seguramente apurados e imparcialmente averiguados, ou se deveria ser considerada fruto de maquinações por parte do cônsul geral Sturz, dos armadores e agentes marítimos interessados e de alguns fanáticos honestos.<sup>46</sup> Continuou, porém, convencido de que a portaria prejudicou decisivamente a colonização alemã no Brasil.

Hoje está constatado, embora nesta rápida exposição não possamos apresentar as respectivas provas, que algumas ocorrências e situações nas províncias centrais haviam realmente dado motivo para sérias apreensões, mas que, nas províncias sulinas, o imigrante não vivia em condições piores que as dominantes em outros países. Na opinião do Dr. Blumenau o Vis-

conde de Itajubá (Marco Antônio de Araújo), cônsul geral em Hamburgo e, posteriormente, embaixador em Berlim, não revelou a energia necessária no sentido de defender, nessa questão, os interesses do Brasil.<sup>47</sup> Com certeza, o Governo imperial não se encontrava em condições de poder ampliar seu aparelho de propaganda a ponto de competir eficientemente com outros países, como, por exemplo, os Estados Unidos, aos quais coube a parte do leão em matéria de imigração, prosperando conseqüentemente. Todavia, ninguém podia negar a boa vontade do Governo Imperial, tanto assim que em 1856 foi criada uma verba de nada menos que 12.000 contos de réis para o fomento da imigração procedente da Europa e, segundo o depoimento de Sturz, foi declarado pelo presidente do Ministério Imperial, em 1857, que, só na Alemanha, haviam sido celebrados contratos com 17 jornais ou revistas que, pela soma anual de 22.000 táleres, faziam propaganda em prol da imigração para o Brasil.<sup>48</sup> Em face da encarniçada disputa em torno dos imigrantes, descrita atrás, tal verba era, por sem dúvida, insuficiente, não bastando igualmente a ajuda de 12 mil réis per capita concedida em 26-3-1857, pelo Governo, com base em cláusula contratual, à “Sociedade Central de Imigração”, fundada no Rio de Janeiro em 1856. Todavia, essa primeira sociedade dessa categoria foi dissolvida pouco tempo depois.

Os algarismos referentes aos imigrantes aqui chegados antes e depois de novembro de 1859 são decisivos no julgamento das conseqüências da portaria de von der Heydt. Para Blumenau vieram, da Alemanha, desde 1850 até 1859, ao todo 929 pessoas, ou seja a média anual de 93; de 1860 a 1881, um total de 7.258, portanto, em média, 330, e de 1889 a 1895, 1.628, ou seja, uma média de 233. Faltavam dados referentes aos anos de 1882 – 1888, em virtude do extravio das respectivas listas de imigrantes. Verifica-se, portanto, que, nos 22 anos após a promulgação da portaria, a média foi 3,5 vezes mais elevada que a do decênio anterior!

Segundo as estatísticas brasileiras, imigraram em todo o país, entre 1850 e 1859, 15.815 alemães, isto é, vindos do território do “pequeno reich” alemão; e, de 1860 até 1895, 62.370.<sup>49</sup> As quotas anuais foram, em média, de 1.581, respectivamente de 1.800. As estatísticas alemãs, que abrangem, até à restauração do “Reich”, em 1871, apenas a imigração via Hamburgo e Bremen, estando, portanto, incompletas até aí, revelam 9.153 pessoas no período que vai de 1847 a 1855, e 72.212 entre 1856 e 1895.<sup>50</sup> As quotas anuais montam em 1.017, respectivamente 1.812, acusando, assim, igualmente um aumento. No período de 1856 a 1862 a estatística brasileira revela os alga-

rismos seguintes: 1856 = 1.822; 1857 = 2.639; 1858 = 2.333; 1859 = 3.165; após promulgação da portaria, 1860 = 3.748; 1861 = 2.211; 1862 = 4.037. Só daí em diante é que os algarismos declinam, sendo que, primeiro, por 4 anos, depois, por 3 anos, ascendendo de novo, a partir de 1872.

Se considerarmos que a corrente total da imigração alemã, incluindo milhares de mercenários para o exército brasileiro, trouxe para o País, entre 1815 e 1849, estimadamente, no máximo, 15.000 pessoas, ou seja, na melhor das hipóteses, a média anual de 430 pessoas, e que só em 1850 começou um afluxo regular, constata-se, sem contestação, que a portaria de von Heydt foi, praticamente, sem efeito. A imigração trouxe maior impulso depois de 1859. Examinando-se cuidadosamente as estatísticas anuais, verifica-se que a imigração sofreu a influência de fatores inteiramente diferentes, a saber, guerras, revoluções, crises econômicas, bem como a consequência do poder de atração de outros países.

Cabia examinar a questão, visto que a portaria ocupava desde 1860 o ponto central de luta em que se achava empenhado o Dr. Blumenau no interesse de angariar colonos e o mantinha, durante longos decênios, em constante agitação, e pelo fato de constituir um desses malfadados documentos históricos, cujo conteúdo objetivo não estava em nenhuma relação com seu efeito polêmico. Em primeiro lugar, esse documento turvou, durante 35 anos, as relações entre os dois países, como suposto sinal de falta de compreensão por parte da Alemanha em relação às necessidades e aos desejos do Brasil e, em segundo lugar, ao ser anulado, em 1895, em relação aos três Estados sulinos, tal medida foi explorada por propagandistas estrangeiros que proclamavam o “perigo alemão”, com que designavam os pretensos planos de conquista alemães.<sup>51</sup>

A animosidade a que o Dr. Blumenau se achava exposto na Alemanha partia, pelos fins da primeira metade do século passado, segundo seu próprio relato, principalmente do cônsul geral Sturz. Tal animosidade cessou, porém, em consequência do primeiro reconhecimento público de sua atividade. No ano de 1859 o “*Freies deutsches Hochstift*” (Instituto Livre Alemão de Alta Cultura) da Casa de Goethe em Frankfurt conferiu ao Dr. Blumenau o título de membro honorário e mestre. Consta do respectivo diploma, em que são realçados os seus méritos, que seu nome foi registrado no livro de honra do povo alemão, “cujo maior orgulho e cuja maior glória consistem em realizações do espírito, no enobrecimento da humanidade mediante a divulgação das ciências das artes e da ilustração em geral.” O

“*Hochstift*” pediu sobretudo sua colaboração “em assuntos pertinentes aos setores da Economia Política e da Geografia, a que se devotava com grande sucesso.”<sup>52</sup> Quase que, simultaneamente, ainda em 1859, processou-se, em Desterro, uma transformação em seu favor, pelo termo do mandato de Coutinho. O novo presidente da Província considerou sua colônia “a mais bela administrada, cujo proprietário cuidava, de maneira tão patente, a par do próprio interesse, do da coletividade.”<sup>53</sup>

Entretanto, na colônia as coisas continuavam a apresentar um aspecto desolador. As dificuldades econômicas aumentavam incessantemente. Deixavam de ser atendidos os relatórios minuciosos e requerimentos dirigidos às autoridades competentes, em que o Dr. Blumenau solicitava assistência, uma “esmola” de um a dez contos. Foram debalde inúmeras viagens. De quando em quando surgia nele a idéia – que ele comunicava também o Governo – de abandonar para sempre o País, ao qual devotava grande afeição e pelo qual havia derramado seu suor, a fim de transferir-se para uma das colônias portuguesas na África, para as Filipinas ou para as Índias, onde encontraria campo mais grato para atividade. Todavia, o Marquês de Abrantes dissuadiu-o desse plano. Por fim – nos seus momentos de desespero, quando pensava em “encerrar essa conta de miséria e infortúnio com o puxar do gatilho”- ele se recordava de sua mãe, do seu dever e de sua honra.<sup>54</sup>

Nessa luta contra a sorte adversa revelava-se sua verdadeira grandeza. Disso dá prova a confissão que, em 1856, fez a um eminente amigo brasileiro: “Enquanto tenho ainda um sopro a dar e um real a gastar, hei de agüentar no meu posto. Vencendo ou sucumbindo nele, evidenciarei aos meus amigos e protetores, como ao Governo Imperial, que não se enganavam confiando na minha retidão e no meu zelo, e que não fui inteiramente indigno de sua proteção e confiança, mesmo quando talvez uma má estrela me impedir de conduzir ao seu fim tudo o que me havia proposto.”<sup>55</sup>

O mencionado auxílio do Governo Imperial consistia, além do empréstimo de 10 contos de réis concedido no ano de 1851, num contrato celebrado com o Dr. Blumenau no mês de abril de 1855, em que o Governo se obrigava a conceder novo empréstimo, porém de 85 contos de réis, a juros de 5%, a ser entregue em sete prestações, sendo a primeira de 25 contos de réis, pagável após um ano, e as demais de 10 contos de réis, pagáveis nos anos sucessivos. Em compensação, o Dr. Blumenau assumiu o compromisso de atrair, no transcurso de 10 anos, 4.000 imigrantes, domici-

liando-os aqui e fornecendo-lhes, nos primeiros meses, gêneros de primeira necessidade e utensílios; abrir estradas para Itajaí, Lages e Curitiba; construir pontes; trazer para a colônia um pastor evangélico e um médico e de tomar várias outras providências. O contrato era desvantajoso e oneroso para o Dr. Blumenau; era um acordo “a todo preço”. Além disso, a sanção de alguns dispositivos foi procrastinada até, no mínimo, 1856. O Dr. Blumenau teve, porém, de concordar com as cláusulas, de vez que não via outra saída. E assim lançou-se com ardor às novas tarefas. Já em 1855 ele enviava Reinhold Gaertner à Alemanha, a fim de angariar mais gente. Tratou, além disso, de divulgar ali novos impressos de propaganda.

Nos anos subseqüentes o Dr. Blumenau chegou à convicção de que a colônia não podia ser mantida como empreendimento particular. Ante as necessidades crescentes seu capital era exíguo demais, o auxílio do Governo era incerto e o seu fardo das dívidas e dos juros era opressor. Diante disso resolveu, em 1859, transferir a colônia para o governo. Após demoradas negociações, que se estenderam por mais de sete meses, ele atingiu seu objetivo. Em 10 de dezembro de 1859 o governo Imperial baixou a respectiva ordenança e em 11 de janeiro de 1860 deu ao Governo Provincial de Santa Catarina conhecimento do convênio firmado. Assim, a Repartição das Terras Públicas tomou conta de todos os bens de raiz do colonizador, isto é, terras numa extensão de 23,75 léguas quadradas (exceto alguns terrenos às margens do ribeirão da Velha e junto ao Salto, o pontal defronte do porto Ponta Aguda – “*Scharfe Ecke*”) e o Morro do Aipim, compreendendo ao todo, cerca de 8.500 jeiras, bem como todas as edificações, estradas, pontes, cemitérios, áreas para igrejas e escolas, plantações, e os débitos dos colonos para com o Dr. Blumenau, num montante de 40 contos de réis. Tudo foi ajustado na base de 120 contos de réis, embora os bens todos tivessem sido avaliados em 146 contos. Descontou o governo, entretanto, 85 contos de réis de empréstimos, de modo que para o Dr. Blumenau sobrou o saldo de 35 contos de réis.

Vê-se que o Dr. Blumenau não fez bom negócio, porquanto mal recuperou o capital investido. Sob a impressão das condições do contrato, escreveu, algo resignado, ao seu secretário, informando-o que ficaria apenas com as propriedades do Salto e do ribeirão da Velha e que teria, com certeza, de comprar de novo o terreno de sua própria casa. Afinal de contas esse ajuste não prejudicou o que já havia sido realizado. Sua aventura arrojada se tornara realidade, a continuidade da colônia estava, finalmente, garantida e

as preocupações de ordem financeira já não mais o atormentavam. O Governo votou verbas para a colonização em escala ampla e reconheceu as realizações do Dr. Blumenau, nomeando-o diretor, enquanto prosseguisse a obra colonizadora, tornando-o, assim, independente da facção político-partidária então dominante, e concedendo-lhe vencimentos razoáveis.

A desejo expresso do Imperador, a novel colônia governamental conservou a denominação de “Colônia Blumenau”, em homenagem ao seu fundador.

### 7. Diretor da Colônia. Adeus ao Brasil, 1860/84

Os quatro anos de empresa particular – 1848 – 1852 – e os sete anos subseqüentes de colônia particular ofereceram ao Dr. Hermann Blumenau múltiplas oportunidades de revelar, “no vendaval do tempo”, seu caráter e, notadamente, sua capacidade de sacrificar por uma idéia, com inabalável força de vontade, seu dinheiro, seus bens, a vida e mesmo a honra. Tornou-se tranqüila a era que então se iniciou e que durou 24 anos. Amainaram, pouco a pouco, as tormentas. Parecia que havia cessado o poder mágico da posição desfavorável das estrelas na hora do seu nascimento ou de sua chegada ao Brasil,<sup>56</sup> a que ele aludia freqüentemente, em tom de graço. Desafiam-no então problemas de outra natureza. O burgomestre, o magistrado e o conselheiro florestal inatos nele tiveram missões a cumprir. Era ele funcionário ao qual cabia administrar e ampliar, por ordem do Governo, uma comuna que estava ainda em sua primeira fase evolutiva. Não nos compete tratar aqui pormenorizadamente da maneira pela qual essa atividade foi exercida e dos princípios e processos nela evidenciados. Uma pena competente ocupar-se-á disso em outra parte. Todavia, o leitor apreciará, sem dúvida, algumas rápidas indicações relativas aos respectivos resultados. Ao encampar o Governo a colônia, em 1860, o número de seus habitantes era de 947, quase todos alemães natos ou de origem teuta, e evangélicos. Em abril de 1880, ao ser instalada a administração municipal, o número de habitantes subira a 14.918, e em 1884, ao retornar o fundador da colônia, definitivamente, a sua terra natal, estimava-se a população em 17 a 18.0000 almas. Ao elemento de origem alemã juntaram-se, pela primeira vez, durante a Guerra do Paraguai, brasileiros de ascendência lusa. Eram simples habitantes da costa, que afluíram em grande número, subtraindo-se,

assim, ao recrutamento, e estabelecendo-se ao longo do Rio Morto.<sup>57</sup> A partir de 1875 apareceram grupos de italianos e, principalmente, tirolezes do sul que falavam italiano. Segundo várias estimativas feitas, 70 % dos habitantes falavam alemão, 18% italiano, 10% português e 2% outros idiomas. Cerca de 61% professavam o credo evangélico e 39% eram católicos romanos. Ao surto econômico correspondia, assim, uma modificação notável na composição da população, segundo origem e confissões.

Outros fatores do progresso da colônia são encontrados na respectiva direção criteriosa entregue ao seu experimentadíssimo fundador, na capacidade e operosidade dos colonos, que constituíram aquém-mar um novo lar e que exploravam a terra úbere, sem exauri-la por meio de devastações, bem como na alta compreensão do governo Imperial, circunstância esta que, às vezes, deixa de ser mencionada, embora, a partir de 1860, o Governo se tivesse revelado extraordinariamente liberal. Despendeu na colônia, até abril de 1880, um total de 2.338 contos de réis, dos quais apenas 618 contos constituíram adiantamentos a colonos e créditos agrícolas a serem restituídos.<sup>58</sup> Se considerarmos que o Dr. Blumenau administrou a empresa particular e a colônia, nos 12 anos de privações que se estenderam de 1848 a 1859, com seus 18.000 táleres e 85 contos de réis recebidos de empréstimos, infere-se que, como diretor, lhe era dado fazer obra administrativa em bases consideravelmente mais amplas e mais salutares e com vistas voltadas para objetivos grandiosos. Para ele constituía sobretudo um dever valer-se das possibilidades assim oferecidas.

Conhecendo bem os homens, foi feliz na escolha dos seus colaboradores. Relativamente a Reinhold e Viktor Gaertner já estamos informados. Hermann Wendeburg era guarda-livros e diretor interino; Hans Breithaupt e Emil Odebrecht eram agrimensores; Heinrich Krohberger era hábil construtor; Theodor Kleine, secretário; Karl Wilhelm Friedenreich, primeiro Juiz de Paz; Luis Sachtleben, sub-delegado; e Theodor Schroeder, fiscal. O Dr. Bernhard Knoblauch desempenhava o nobre mister de médico da colônia e o Pastor Rudolf Oswald Hesse o de primeiro pastor evangélico. A paróquia católica fora confiada ao Padre Anton Zielynski e, em 1876, ao ilustrado Padre José Maria Jakobs. As primeiras escolas eram dirigidas por Fernando Ostermann, segundo o que pode ser verificado até hoje, e mais tarde por Victor von Gilsa e Apollonia von Buettner. Finalmente não devemos esquecer de mencionar nesta relação de irmãos Dr. Fritz e August Müller que, sem que ocupassem cargos especiais, prestaram notáveis serviços ao

colonizador, sempre dispostos a ajudá-lo em seus esforços pela elevação do nível cultural e econômico de sua gente. A maioria desses homens tem sua memória perpetuada, graças aos seus descendentes, no Vale do Itajaí e em outros pontos do País.

É difícil verificar se, e a que ponto, o Dr. Blumenau ofereceu aos seus colaboradores ensejo para influírem em suas decisões. Em caso afirmativo, tudo indica, porém, que o fez dentro de limites restritos. Estava ele, em todo o caso, formalmente adstrito apenas a instruções oficiais, também na qualidade de diretor, até 1865. Somente durante sua ausência, que foi de vários anos, o Ministério competente baixou, em 9 de janeiro de 1867, talvez atendendo as sugestões suas, um regulamento para a colônia, de acordo com o qual foi criado um Conselho Colonial composto de 7 membros, o qual passou a funcionar a partir de 5 de novembro de 1867<sup>59</sup> e constituiu, com a participação do diretor ao seu substituto, a primeira autoridade administrativa. Segundo informa Gernhard<sup>60</sup>, o Dr. Blumenau punha e dispunha até aí, como ditador, sendo que nesse particular sua colônia se distinguia fundamentalmente da de Dona Francisca. A partir de 1870 manifestou ele o desejo de preparar, gradativamente, o terreno para a autonomia administrativa e, a seguir, para a emancipação da colônia.

Não obstante o Dr. Blumenau haver agido autoritariamente, isso não impediu que fossem aproveitadas, cuidadosamente, todas as possibilidades que se ofereciam para o fomento da comunidade, freqüentemente em melhores condições que em outras colônias, onde as resoluções eram procedidas de prolongadas discussões, sem que sempre fossem concretizadas. A energia e a boa vontade desse homem na direção da colônia muito contribuiu para que esta fosse considerada modelar e se conferisse, tempos depois, ao município o título honroso de município padrão. Este surto evolutivo foi assinalado por alguns marcos, tais como a fundação da “*Kulturverein*” (sociedade cultural) em 1863, seguindo o exemplo de Joinville, mais acertadamente denominada de associação agrícola, que estimulou a lavoura e o artesanato, graças à introdução de gado reprodutor e de plantas, e por meio de conferências e duma biblioteca selecionada; a exposição, realizada no ano de 1875 na sede da sociedade de tiro ao alvo (*Schützenhaus*); a constituição, em 1878 – como consequência da crescente independência das empresas privadas – da Companhia Fluvial a Vapor Blumenau-Itajaí, que pôs em serviço um vapor que ostentava o significativo nome de “Progresso”; e, em

1880, a inauguração da malharia dos irmãos Hermann e Bruno Hering, com o que se deu início a hoje florescente indústria do Vale do Itajaí.

As atividades de ordem cultural e social não ficaram, entretanto, em plano secundário. Surgiram, segundo as necessidades, em número crescente, escolas primárias e igrejas. Nesse particular o Dr. Blumenau não se furtava a sacrifícios pessoais, estimulava os colonos no sentido de prestarem contribuições individuais e obtinha, com habilidade, consideráveis recursos dos poderes competentes. Embora, em sua maioria, as escolas satisfizessem apenas às necessidades mais imediatas e a vinda de mestres para o ensino da língua do país estivesse ligada a dificuldades quase insuperáveis, rarissimamente eram encontrados analfabetos entre os colonos, nem mesmo entre seus descendentes aqui nascidos. Era natural que o nível de instrução das crianças fosse inferior ao de seus pais vindos de além-mar. Mantinham, no entanto, um nível cultural que lhes facultaria, ao da nova geração, melhorá-lo, à medida que seu padrão de vida o favorecesse. Ora, exatamente isto é preponderante nas regiões de colonização, onde as bases materiais da civilização tem que ser criadas, por assim dizer, do nada.

As necessidades de ordem social eram satisfeitas por agremiações que surgiam aos poucos, procedidas pela “*Schützen-Gesellschaft*” (Sociedade de tiro e alvo) fundada em 2 de dezembro de 1859, aniversário do Imperador. Causa estranheza o fato de se publicar na colônia um jornal só depois de decorridas quase três décadas da fundação da mesma. A lacuna era preenchida pelo “*Kolonie-Zeitung*”, que se publicava, desde 1863, em Joinville e que era, simultaneamente, o órgão de Blumenau. No ano de 1871 Bernhard Scheidemantel se estabeleceu com uma litografia e a partir de 1881 Hermann Baumgarten fez circular o “*Blumenauer Zeitung*”. Dois anos mais tarde surgiu o “*Immigrant*”, de propriedade de Scheidemantel. Presumimos que o Dr. Blumenau não tenha dado importância a formação da imprensa, procurando, assim, evitar a formação de partidos. A política, “essa obsessão maldita”, na expressão de Lucas Alexandre Boiteux, só penetrou nessa comunidade com a circulação de jornais e em consequência da instalação do município.

A obra administrativa foi interrompida por vários anos, a começar de 1865. A emigração alemã com destino ao Brasil declinou, em 1863 e 1864, repentinamente, para um décimo do contingente dos anos procedentes, em parte devido à guerra entre a Prússia e a Dinamarca, em 1864. E desde fins de 1864 o próprio Brasil se encontrava envolvido num conflito

armado com o Paraguai, outra circunstância que tinha de criar uma situação desvantajosa. Acrescia a isso que o Dr. Blumenau havia deixado de cumprir uma cláusula importante do contrato firmado em abril de 1855. Em vez dos 4.000 imigrantes estipulados haviam aportado aqui apenas 2.179, ao expirar o contrato em fins de 1864. Deu-se, assim, que seus desejos se harmonizassem com os do Governo Imperial, que lhe conferiu poderes especiais para promover na Alemanha publicidade em prol da imigração para o Brasil e remover obstáculos existentes. Para tal fim foram-lhe concedidos os recursos financeiros necessários. Assumiu ele, assim, o exercício de um cargo idêntico ao ocupado em 1843-59 pelo cônsul geral Sturz, seu adversário. Wendeburg substituiu-o na direção da colônia.



**Hermann Wendeburg**

Iniciou o Dr. Blumenau a viagem à Alemanha de 18 de março de 1865, partindo do Rio de Janeiro. Chegou à terra natal, após 15 anos de ausência, viajando pela Espanha, onde tinha de cumprir uma missão especial, e pela França. Sem perda de tempo meteu mãos à obra, comunicando-se, verbalmente e por escrito, com autoridades e particulares, entabulando negociações. Fez publicar artigos de propaganda do Brasil e de sua colônia, contestou afirmações errôneas e malévolas de agentes de outros países, ao lado dos quais ele se apresentava, formalmente, como agente brasileiro. Reuniu num memorial as idéias que então lhe povoaram o cérebro. Trata-se de um opúsculo datado de 1867, impresso em Hamburgo e destinado aos ministérios daqueles Estados alemães em que a emigração para o Brasil era dificultada por regula-

mentos de exceção e dispositivos especiais. Nesse memorial expôs o problema em todos os seus aspectos, conforme o entendia.

Fala o Dr. Blumenau como fundador e diretor de sua colônia, refere-se às opiniões encomiásticas sobre sua atividade manifestadas pelo Imperial Ministério da Agricultura do Brasil e por diplomatas e cônsules alemães, bem como o prêmio extraordinário recebido, pouco antes, na exposição Internacional de Paris, frisando que não o inspirava nenhum móvel egoísta. Salienta, em seguida, as “intenções realmente benevolentes do magnífico soberano brasileiro e do grupo de estadistas clarividentes do Império, que desejavam, com vivo interesse, precisamente a imigração alemã, para a qual tendiam sua simpatia e seus favores especiais”, por verem nela “um elemento portador de cultura e que a disseminaria no País”, estadistas esses, que nem sequer desejavam que o imigrante renegasse sua língua. Múltiplas falhas na continuidade da execução e desacertos na escolha dos meios e das personalidades, bem como inegáveis insucessos de alguns empreendimentos colonizadores levados a efeito sob a proteção do Governo ou com sua aprovação apenas demonstram que nem sempre existiam os recursos apropriados e as pessoas indicadas para tal fim e que, em muitos casos, eram trazidos para cá os piores imigrantes. Certos usos e legislações brasileiras, sobretudo referentes à vida religiosa e outras pertinentes ao casamento, apontadas, não sem razão, pelas autoridades alemãs, seriam alteradas de acordo com as próprias necessidades do País. Por outro lado, o Dr. Blumenau não quer, de maneira alguma, reconhecer “o bem intencionado desígnio” que orientou os governantes alemães, quando da aprovação de dispositivos que restringiam a emigração. Tais dispositivos equivalem, “em seus efeitos reais, a uma proibição decisiva e sem exceção”, além de serem unilaterais, porquanto milhares e milhares de alemães padeceram igualmente em outros países e mais ainda no Brasil, sem que tais países, por exemplo os Estados Unidos da América do Norte, a Austrália, a Rússia ou a Argélia, tivessem sido atingidos por disposições análogas. Retificam-se, rigorosamente, inverdades em relação ao Brasil divulgadas na Alemanha. Expõem-se, igualmente, as possibilidades oferecidas aos colonos no Brasil, principalmente nas províncias sulinas de clima ameno. As conseqüências prejudiciais das disposições alemãs são realçadas claramente. O memorial termina com a seguinte solicitação: “Condescenda Vossa Excelência em providenciar para que sejam anuladas as determinações excepcionais vigentes contra a emigração para o Brasil e para que seja removida a barreira que atualmente

se opõe, entre as demais, como a mais embaraçosa e a mais danosa ao incremento da colonização no sul do Brasil.”

Nada saberemos de preciso sobre o efeito produzido pelo referido memorial e relativamente aos demais esforços expandidos pelo Dr. Blumenau; podemos concluir, entretanto, de esparsas manifestações posteriores, que ele pouco conseguiu. A portaria ministerial de von der Heydt continuou em vigor e o número de novos colonos chegados ultrapassou, passageiramente, só nos anos de 1868 e 1869, sensivelmente a média, acusando, respectivamente, 1.370 e 980. Os dados estatísticos gerais relevam-se extraordinariamente deficientes justamente com relação a essa época. Por exemplo, a estatística oficial dá, segundo o “Boletim Comemorativo, 1908”, como chegados no ano de 1869, em todo o Brasil, 375 alemães; Augusto de Carvalho registrou 376, apenas com desembarcados no Rio de Janeiro; e do Registro de Blumenau, que merece fé, constam 980, só para Blumenau.

Vê-se que a única missão diplomática confiada ao Dr. Blumenau não satisfaz no tocante aos respectivos resultados. Não perdeu ele, por isso, a confiança do Governo Imperial, de vez que ela se depositava em sua aptidão de homem prático, e como tal lhe foram conferidas a comenda da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo, respectivamente em 1867 e 1875, duas altas distinções honoríficas com que foram galardoados os assinalados serviços por ele prestados à sua segunda Pátria. O ano de 1867, cheio de fatos notáveis, trouxe-lhe ainda outra prova de reconhecimento. O júri da já referida Exposição Internacional de Paris concedeu-lhe, pelo seu sistema de colonização, um dos 10 grandes prêmios em forma de uma medalha de ouro e da importância de 10.000 francos. No respectivo diploma foi posto em destaque que sua colônia se distinguira pela imigração voluntária, pela agricultura e pela laboriosidade de seus habitantes. O Dr. Blumenau considerava isso como um raio de luz em sua existência. Doou a medalha de ouro ao Museu Nacional do Rio de Janeiro e aplicou o prêmio em dinheiro na construção de escolas.

Durante sua permanência em Hamburgo resolveu, pela segunda vez, contrair núpcias. Sua escolha recaiu em Bertha Louise Repsold, filha de Georg Repsold, diretor de uma fábrica de instrumentos astronômicos. O casamento realizou-se na referida cidade, em 2 de março de 1867. Dessa união nasceram quatro filhos, um dos quais veio a falecer em tenra idade. O primogênito, de nome Pedro Hermann, cujo nome provou a dedicação a D. Pedro II, nasceu em Hamburgo, no ano de 1868. As duas filhas, Christine



**Dr. Blumenau e Berta Louise Repsold no dia de seu casamento, celebrado em Hamburgo**

Amalie e Gertrud Klara Auguste vieram à luz em 1870 e 1871, na colônia do pai.

A licença do Dr. Blumenau terminou em 1869. Acompanhado de sua esposa e do filhinho, cheio de saudades do Itajaí, de sua selva e de sua simplicidade dos sítios coloniais, empreendeu sua terceira viagem ao Brasil, que viria a ser a última. Em 23 de novembro chegaram à sede da Colônia, onde passaram a residir em uma velha e modesta casa de dois aposentos.

A Colônia pouco havia mudado de aspecto durante a ausência do Dr. Blumenau. Aumentara, porém, de 3.000 almas, contando cerca do dobro de habitantes que por ocasião de sua partida. Alguns dos colonos haviam atingido a embocadura do rio Benedito e do rio dos Cedros, regiões que tanto o haviam empolgado, há 20 anos, por sua beleza virgem. Estava-se na fase final da Guerra do Paraguai. Encheu-o de satisfação a partida de considerável número de colonos como voluntários da Pátria para o campo de luta, sob o comando do capitão von Gilsa, pondo à prova, como oficiais e simples soldados, seu amor pela nova Pátria. E muitos deles não voltaram.

Seguiram-se anos de trabalho intenso e contínuo. À medida que a colônia se desenvolvia, o Dr. Blumenau concentrava sua atenção no objetivo seguinte que era o de obter a autonomia da colônia e sua transformação administrativa em município. Sua criação havia atingido a maioria, cabia, por conseguinte, reconhecer sua emancipação e criar-lhe uma situação em que continuasse a evoluir, pelo próprio esforço. Novas resistências tinham de ser vencidas, mas, finalmente, o Governo provincial cedeu às instâncias do Dr. Blumenau, criando, pela lei de 4 de fevereiro, de 1880 o município de Blumenau, nele incluindo Gaspar, e determinando que a sede da administração se instalasse na sede da colônia. Antes, porém, que a emancipação se tornasse realidade, graças a múltiplos trabalhos burocráticos, o Itajaí revelou novamente sua impetuosidade primitiva. Em setembro de 1880 a água atingiu quase 17 metros acima do nível normal, provocando danos incalculáveis. A residência do Dr. Blumenau foi inundada, chegando a água até à cumeira. Perdeu-se parte considerável de seus livros e impressos, entre os quais se encontrava a coleção de documentos e apontamentos referentes à imigração e colonização, que ele vinha reunindo desde 1843 e cuja perda parcial significou para ele um golpe duro e penoso. Como sua casa ficasse por longo tempo inabitável, a família se mudou para o prédio da direção, onde mais tarde se instalou a Câmara Municipal. Ali morou até 14 de agosto de 1882, quando a senhora Blumenau partiu com destino à Alemanha,

## NACHRUH

AN HERRN DR. HERMANN BLUMENAU,  
15. AUGUST 1884.

Blumen, die Du hier gepflegt,  
Leben fort, — Dein Ehrenkranz;  
Und die Au, die Du geheget  
Mit der Zukunft Hoffnungsglanz,  
Erntet Deines Schweisses Segen  
Noch in allerfernster Zeit.  
Auch wenn Undank, Neid sich regen  
Hebt Erfolg Gerechtigkeit.  
Blumenau,  
Gott vertrau!

Lebe wohl und lebe lange! —  
Ernst ist dieser Scheidegruss; —  
Bis Dir winkt im Jubelklange  
Einst des Himmels Hochgenuss.  
Wenn auch Stürme um Dich toben  
Ohne Rast von Ort zu Ort,  
Heb' den Blick nur stets nach oben;  
Lebe wohl und komm' zum Port!  
Blumenau,  
Gott vertrau!

B. Scheidemantel, Blumenau.

Dr. Blumenau chamava de amigos desde 1850, prestaram-lhe muitos serviços. É provável que deles tenha obtido, em 1850/51, ao se encontrar em seríssimas dificuldades por ter-se retirado da empresa Ferdinand Hackradt, os empréstimos referidos atrás.

No ano de 1846 o Dr. Blumenau travou conhecimento com Leo von Theremin, cônsul geral prussiano desde 1844 e homem de notável talento e vasta ilustração que, nas horas vagas, ainda se salientava como desenhista e pintor. Theremin desempenhava papel destacado no seio da colônia teuta e gozava de grande prestígio na Corte. A princípio ele se conservou arredado do jovem Blumenau e chegou a provocar a indignação deste, ao recusar seu amparo aos infelizes imigrantes que haviam sido abandonados à própria sorte pela Casa Delrue & Co., de Dunquerque. Não tardou, porém, que se modificasse sua atitude. Podemos concluir, de múltiplas circunstâncias, que Leo von Theremin apresentou o Dr. Blumenau ao imperador D. Pedro II.

Os quatro irmãos Avé-Lallemant, naturais de Luebeck, constituíam um grupo à parte. Sobressaíram, em várias oportunidades, nos anos que mediam entre 1840 e 1870. Vivem entre nós ainda numerosos descendentes seus.<sup>61</sup> Louis, que foi comerciante respeitável e que faleceu em 1869, no Rio de Janeiro, era casado com uma brasileira. Frederico foi, de 1843 até 1848, pastor da comunidade evangélica. Roberto era médico e membro do Supremo Conselho de Saúde do Brasil. Era, ainda, viajante e fértil escritor, que publicou, em 1859/60, uma obra notabilíssima em quatro volumes, em que descreveu suas viagens pelo Brasil. Ocupava-se, também, intensamente de assuntos pertinentes à imigração e colonização. Em julho de 1858 visitou ao Dr. Blumenau às margens do Itajaí e redigiu, nessa ocasião, um relatório pormenorizado e algo pessimista. Os mais jovens dos irmãos, Alexandre, era cônsul da cidade hanseática de Luebeck e, como Louis, comerciante e casado com uma brasileira. Um de seus sobrinhos, de nome Henrique, sepultado em Blumenau em 1888, exercia na colônia as funções de primeiro coletor e de procurador do Dr. Blumenau.

Em seus pendores pelas ciências naturais, o colonizador encontrou um colega na pessoa do botânico Dr. Ludwig Riedel, falecido no Rio de Janeiro em 1861, o qual foi diretor do Jardim Botânico e do Passeio Público, chefe da seção botânica do Museu Nacional e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Riedel, que, nos últimos anos, parecia “velho e abatido” ao Dr. Blumenau, abastecia a este de sementes e mudas.

O Dr. Blumenau manteve estreitas relações, principalmente nos derradeiros anos de sua permanência no Brasil, com Repsold, Gruber, Schmid-Dranmor, Tschudi e Koseritz.

Jorge Repsold, seu cunhado, brasileiro naturalizado, era representante da firma Krupp e, lá pelo ano de 1883, presidente da Sociedade Alemã de Socorro Mútuo (*Deutscher Hilfsverein*). Era, na opinião de Koseritz, um desses homens domiciliados no Rio de Janeiro que “pensavam melhor e mais adiantadamente” que a média dos homens.<sup>62</sup>

O suíço Hugo A. Gruber distinguiu-se como professor de línguas e autor de um compêndio da língua alemã, ao qual estava reservado um extraordinário sucesso, pois as edições atingiram, dentro de 13 anos, um total de 76.000 exemplares. Como redator da “*Allgemeine Deutsche Zeitung*” e como particular, ele se empenhou vivamente pela imigração e por ele a sacrificou dinheiro e saúde. Assim é que em 1875 se desvelou por 500 poloneses, quando do regresso dos membros à sua pátria, tratando, pessoalmente, dos enfermos e dos moribundos. Tinha ele em mira iniciar, com a assistência do Governo Imperial, uma imigração européia em grande escala destinada ao Paraná e às províncias centrais. Frustraram-se, entretanto, seus planos de trazer para cá, como primeiras levas, 40.000 teutos das regiões russas do Volga e 30.000 trabalhadores procedentes da Hungria.<sup>63</sup> A “colonização russa” passou para os anais, sem culpa sua porém, como empreendimento malogrado.

Era compatriota de Gruber e seu sucessor indireto na redação da “*Allgemeine Deutsche Zeitung*” Ferdinand Schmid, igualmente propugnador da idéia de uma colonização em bases amplas nesta terra. Na vida civil, Schmid era ainda comerciante e jornalista e, além disso, homem viajadíssimo, pensador religioso e panteísta e, talvez, o mais notável poeta de língua alemã que viveu e agiu em solo brasileiro. Usava o pseudônimo Dranmor. Entre os admiradores de sua lírica figurava D. Pedro II. Ao falecer, em 1888, Berna, sua cidade natal, prestou-lhe derradeiras homenagens em funerais solenes.

Fora desse círculo, porém espiritualmente ligado a ele, temos o terceiro suíço, Johann Jakob von Tschudi, 1818-1889. Era um sábio conhecedor das ciencias naturais e geógrafo que veio para o Brasil, em 1860, realizando então sua terceira viagem à América do Sul, como embaixador extraordinário da Suíça junto à Corte de D. Pedro II. Reuniu suas observações e experiências, em narrações imparciais, na obra de cinco tomos intitulada

“*Reisen durch Südamerika*” (Viagens através da América Meridional). Nessa obra o autor tratou principalmente das colônias aqui constituídas e muito contribuiu para uma apreciação justa da colonização brasileira. Visitou nossa colônia em 1861 e manteve amistosa correspondência com o Dr. Blumenau. Por serem geralmente reconhecidos seu penetrante poder de observação e seu incorruptível amor à verdade, vale a pena reproduzir aqui uma exteriorização sua: “Com a consciência tranqüila, mercê do dever rigorosamente cumprido, podia o Dr. Blumenau contemplar sua criação e arrostar, de frente erguida, quando quer que fosse, as agressões vis e pérfidas que visavam ora sua pessoa, ora seu empreendimento. É possível que ele tenha cometido erros administrativos ou tomado, aliás involuntariamente, esta ou aquela medida desacertada; todavia, sua intenção sempre foi honesta e desinteressada.”

O último do grupo a ser citado, Karl von Koseritz, permaneceu no Rio de Janeiro, como Tschudi, apenas como hóspede. Esse combativo e liberal rebento da mais antiga nobreza germânica, cuja carreira no Brasil começou como mercenário da legião estrangeira arregimentada contra o ditador argentino Rosas, e que, como jornalista, deputado à Câmara Provincial do Rio Grande do Sul e reconhecido condutor dos sul-rio-grandenses de ascendência teuta, conseguiu exercer uma influência política e cultural jamais atingida, nem anterior nem posteriormente, por nenhum de seus compatriotas, inclusive nos meios brasileiros do Partido Liberal como companheiro de Gaspar Silveira Martins, - sentia-se ligado ao Dr. Blumenau por laços de sincera amizade. Exigia dos imigrantes alemães que se tornassem cidadãos brasileiros; delês e de seus descendentes esperava que cumprissem fielmente seus deveres civis; durante a Guerra do Paraguai concitou-os a se apresentarem como voluntários da Pátria; e perante o Governo e junto aos brasileiros de origem lusa defendia, com real sucesso, o ponto de vista de que deviam ser considerados concidadãos em nível de paridade de direitos. Combatia, como o fazia o Dr. Blumenau, a emigração alemã para a América do Norte.

O rápido esboço que acabamos de oferecer dos amigos do Dr. Blumenau na bela capital do Império, porém tão temida naquela época por causa da febre amarela, seria, entretanto, incompleto e unilateral, se não nos referíssemos aqui também às eminentes personalidades. No cenário público que obsequiaram o Dr. Blumenau com sua atenção. Desempenharam elas,

quase que sem nenhuma exceção, papel destacado na História, tanto assim que ainda hoje são geralmente lembradas e veneradas.

Temos, em primeiro lugar, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marquês de Abrantes, de quem já falamos atrás. Dele tornou-se tradicional um episódio significativo ocorrido em 1859, em que o marquês, conversando com o Dr. Blumenau, fez, gracejando, alusão a uma condecoração, no intuito, talvez inspirado pelo soberano, de tatear o terreno, ao que Dr. Blumenau, preocupado com outros problemas, replicou, sem querer, de maneira pouco cortês, que preferia receber 10 a 15 contos de réis para sua útil instituição filantrópica.<sup>64</sup> O crachá ficou então à margem por oito anos; todavia, a questão financeira foi resolvida já em 1860.

Cabe investigar mais de perto ainda as relações do Dr. Blumenau com um dos Pais Leme, talvez Pedro Dias Pais Leme, Marquês de São João Marcos, 1772-1868, e com o Barão do Rio Branco, por ele chamados, mais tarde, de “velhos amigos”; com Manuel Felizardo e Dr. João Luis Vieira Cansação de Sinimbu, Visconde de Sinimbu, um dos mais proeminentes políticos favoráveis à substituição do escravo pelo emigrantes.<sup>65</sup>

“Velhos amigos”, o Dr. Blumenau considerava também ao conhecido diplomata e inteligente patrocinador da atividade cultural alemã, Dr. Egas Moniz Barreto de Aragão e Menezes, desde 1877 Barão Moniz d’Áragão, e Luís Pereira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro, que, como deputado, senador, ministro de Estado e presidente das Províncias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, exerceu grande influência.

O Dr. Blumenau gostava de recordar-se, até o fim da vida, do ilustrado engenheiro Guilherme Schuech, Barão de Capanema, 1824-1908, de quem ele conservava cartas redigidas em alemão.

Seu superior hierárquico era, até fins de 1875, o conselheiro Ignácio da Cunha Galvão, que ocupava o cargo de agente oficial da colonização. Existia grande simpatia recíproca entre o Conselheiro Galvão e o Dr. Blumenau. Este elogiava aquele como sendo “um funcionário e patriota excelente e diligente.”<sup>66</sup>

Merecem menção especial o Dr. Alfredo d’Escragnolle Taunay e Dom Pedro II.

O Visconde de Taunay, autor de “A Retirada da Laguna” e de “Inocência”, intercedeu, freqüentemente e francamente, em favor do Dr. Blumenau e de sua obra.<sup>67</sup> Pelas viagens por ele realizadas e como presidente da Província de Santa Catarina, 1876-77, “teve ensejo de verificar a

importância da imigração e os defeitos que entravavam sua solução.” Lutou, desde 1876, por uma solução fundamental do problema e “reclamou largas reformas, para que o imigrante encontrasse no País condições favoráveis a uma vida estável e livre”, tais como a grande naturalização, o casamento religioso misto e a liberdade de culto. Onde notava situações inconvenientes, ele as criticava com freqüência, sempre empenhado em prestar assim um serviço à Pátria. Em discurso pronunciado perante o senado, em 1889, referiu-se a 80 pessoas que se haviam retirado de Blumenau com destino à Argentina, “constituindo famílias de gente laboriosa e conceituada, quase toda da Pomerânia e estabelecida aqui desde 1864 e 1865, isto é, há uns 24 a 25 anos.” Segundo a sua exposição, algumas das causas de um tal movimento residiam na impossibilidade de progresso econômico, visto que os colonos viviam constrangidos em lotes de poucos hectares, estavam sujeitos à cobrança, de uma só vez, do preço dos lotes adquiridos, sob recusa do pagamento em prestações parciais e proporcionais, e à ação violenta dos soldados que resolviam as dificuldades a coices de arma.

Esse vulto de grande projeção que foi Joaquim Nabuco traçou, em 1899, o necrológico do Visconde de Taunay, do qual consta, relativamente aos esforços reformatórios do ilustre brasileiro: “Taunay foi um modelador do novo Brasil, porque este será o campo das grandes migrações européias, como o outro o fora das antigas importações, ou dos últimos resíduos africanos.”

Repetidas vezes Taunay se manifestou francamente a favor da colonização alemã. Em 10 de fevereiro de 1882 declarou perante a Assembléia Geral: <sup>68</sup> “Estude-se minuciosamente a influência que o elemento germânico possui nos pontos em que mais se acha representado e não se poderá deixar de admirar os resultados dessa colonização. Basta dizer que cada uma das colônias alemãs representa uma escola prática de amor ao trabalho. A Província de Santa Catarina encontrar-se-ia na maior decadência, se não abrangesse essas colônias maravilhosas de população européia, tais como Blumenau, Joinville e muitas outras.” Em 1884 escreveu ele no “Blumenauer Zeitung.”: <sup>69</sup> “Sob vários pontos de vista considero a colonização alemã a melhor. Com ele eu desejaria constituir a base da nacionalidade brasileira.”

O cavalheiresco descendente de antiga estirpe de fidalgos provençais, que, como patriota brasileiro, escreveu “A Retirada da Laguna”, a epopeia do soldado brasileiro, na língua dos seus avoengos franceses, mantinha

íntimas relações com Dom Pedro II. É de admitir que, com suas idéias sobre a imigração, ele tenha influenciado o Imperador. Todavia, Dom Pedro era bastante independente para formar juízo próprio sobre o assunto. Assim, ao menos desde 1850, Sua Majestade vinha dedicando ao problema da imigração a atenção que ele merecia. Em audiência concedida, em novembro de 1883, a Karl von Koseritz, Dom Pedro deu a entender a este, claramente, sua atitude em relação aos alemães:<sup>70</sup> “Em dois de seus artigos publicados na “Koseritz Deutsche Zeitung” vossa senhoria foi injusto para comigo ao afirmar que sou um adversário da imigração teuta e que essa malquerença já teria atingido a medula dos meus ossos. Ora, isso é uma injustiça, pois vossa senhoria sabe que sempre fui amigo dos alemães.” Ao deputado sul-rio-grandense nada mais restou, no ulterior discurso da palestra, senão reconhecer e confessar seu equívoco e pedir desculpas ao seu monarca.

Existem inúmeros testemunhos da benevolência de que Dom Pedro deu provas ao nosso colonizador. Compreenderemos a atitude de Dom Pedro e a gratidão do Dr. Blumenau, que levantava os olhos para aquele, qual vassalo em presença do seu soberano, ao considerarmos que existia grande afinidade entre os dois, comprovada em múltiplos traços. Ambos eram sinceros, leais, simplicíssimos em seu modo de viver; repudiavam todo fausto, viviam quase que pobremente, a fim de poderem socorrer o próximo; desprezavam as aparências e palavras ocas e trabalhavam ativa e conscienciosamente, às vezes mesmo com tendências para pedantaria. Também em suas inclinações eles se aproximavam, como, por exemplo, no terreno das ciências naturais. Sempre ouvimos o Dr. Blumenau falar com alta veneração do seu imperador e sem a menor nota dissonante que revelasse adulação, o que, aliás, não era de seu feitio. Frequentemente o Dr. Blumenau tinha de fazer relatos ao soberano e responder a perguntas deste sobre detalhes. De certa feita, em 1865, o Dr. Blumenau, acabrunhadíssimo, declarou a um ministro que estava sendo abandonado por todos os seus amigos, ao que lhe retrucou seu interlocutor:

“Fica-lhe, porém, seu melhor amigo, o imperador.”<sup>71</sup> Ao terminar a última audiência, Dom Pedro perguntou ao Dr. Blumenau se ainda tinha algum desejo a manifestar e ficou algo admirado ao ouvir uma resposta afirmativa. Quando, porém, o Dr. Blumenau pediu um retrato do imperador, este o entregou com a assinatura lançada de próprio punho. A fotogra-

fia, que se encontra atualmente em poder de um dos netos do Dr. Blumenau, mostra o monarca sentado sob palmeiras.<sup>72</sup>

Foi, portanto, no círculo dessas personagens que, cerca de 1883, viviam no Rio de Janeiro, que se desenrolou o último e, como veremos, mais significativo capítulo na vida laboriosa do Dr. Blumenau nesta sua segunda pátria. Referimo-nos à fundação da Sociedade Central de Imigração, portanto a segunda entidade com este título. Em seu “*Bilder aus Brasilien*” (Painéis do Brasil) Koseritz fala, pormenorizadamente, sobre a origem e os objetos da sociedade. Acompanhemos aqui sua exposição.<sup>73</sup>

O Dr. Blumenau e Koseritz encontraram-se, casualmente, no Rio de Janeiro, em 1883. No dia 23 de setembro tiveram uma conferência com Gruber, na redação da “*Allgemeine Deutsche Zeitung*”, no decorrer da qual os “três antigos lidadores pela imigração para o Brasil”, resolveram “fazer um derradeiro esforço” e “lançar-se, mais uma vez, a uma investida.” Em conversações subseqüentes traçaram um plano que visava incrementar a imigração procedente da Alemanha e da Itália. Pretendiam obter aqui o apoio necessário para o “*Zentralverein für Handelsgeographie*” (Sociedade Central de Geografia Comercial) existente na Alemanha, o qual vinha promovendo, há anos já, ampla e proveitosa propaganda em prol do nosso país, graças ao auxílio recebido de suas ramificações no Brasil, e vencer a “indiferença quase absurda” revelada, na sua opinião, em face de assunto de tão palpitante atualidade, pelo Governo brasileiro e pelo público em geral. Empenhavam-se, simultaneamente, em opor um dique à introdução de cules chineses, pela qual se interessava, justamente naquela ocasião, o mandarim Tong-King-Sing. Tratava-se de um “comércio com carne mongólica”, ou seja com o “tão ardentemente desejado sucedâneo do escravo negro.” O mandarim encontrou a melhor boa vontade por parte da imprensa da Côrte e foi entusiasticamente recebido nos círculos dos fazendeiros. Em flagrante contraste com os latifundiários, o Dr. Blumenau, Koseritz e Gruber consideravam os chineses elemento impróprio e o sistema da “escravatura temporária” pernicioso para o país. Eram de parecer que o Brasil só podia beneficiar-se duradouramente graças à imigração alemã e italiana e à criação de uma classe de pequenos proprietários rurais independentes. Para a consecução de tal escopo tinham em mira a constituição de uma grande sociedade de que participassem milhares de interessados e que mantivessem uma revista, agências de informações etc.

Nesse sentido emitiram uma circular, que foi enviada a todos os ministros, conselheiros de Estado, senadores, deputados e altos funcionários, bem como a muitos capitalistas e comerciantes, sem distinção de nacionalidade e de inclinações político-partidárias. A circular continha um convite para uma reunião no Liceu de Artes e Ofícios. Não omitiram de apelar para o patriotismo dos convidados e de chamar sua atenção para o “progresso colossal” que a grande União Norte-americana devia, reconhecida e para o assombro do mundo, à imigração, mencionando, ainda, a excelente experiência que o Brasil vinha fazendo com os colonos alemães e a atividade do “*Zentralverein für Handelsgeographie.*” Naquela época os imigrantes italianos, que haviam de comprovar-se de maneira tão extraordinária mais tarde, ainda não desempenhavam papel algum entre nós.

A reunião anunciada realizou-se em 14 de outubro de 1883 e resultou num extraordinário sucesso. O Salão Afonso Celso do Liceu ficou superlotado, de modo que parte do auditório teve de conservar-se de pé no corredor. Entre outros haviam comparecido o Visconde de Taunay, o Visconde de Barbacena, Leão Veloso, André Rebouças, Nicolau Vergueiro, o Barão de Guimarães, Malvino dos Reis, Figueiró, Dr. Sampaio, Ennes de Souza, uma comissão da Sociedade de Geografia de Lisboa, o cônsul geral holandês Palm, Ph. Slaughter, o Barão de Tautphöus e Schmid-Dranmor. Koseritz preferiu o discurso inicial. O Dr. Blumenau havia sido o primeiro a assinar o convite, mas não possuía dotes oratórios. Neste particular Koseritz era a pessoa indicada. Expôs ele os planos e fundamentou-os, frisando que devia ser vencida a indiferença até então patenteada pelo Governo e pelo público, e que, no tocante à defesa deficiente dos interesses brasileiros no estrangeiro, devia processar-se uma modificação. Se isso não se verificasse, a República Argentina levaria as lampas ao Brasil, conforme o orador provou, exibindo dados estatísticos e acrescentando que, dentro de meio século, aquela república seria a primeira potência da América do Sul. Koseritz foi vivamente aplaudido pelos presentes. Em seguida, a Assembléia elegeu seu presidente o Visconde de Taunay. Este proferiu brilhante oração, em que expôs suas idéias sobre o tema a ser debatido. A única dificuldade partiu do Comendador Vergueiro, que declarou que, para atrair imigrantes, bastariam reformas, tais como a grande naturalização, a instituição do casamento civil e a abolição da religião oficial. Considerou supérflua uma organização especial e a intervenção do Governo. Deixou-se, entretanto, convencer do contrário. Foram rejeitadas objeções opostas por um porta-voz

dos chineses. Em continuação, ficou unanimemente resolvido, por proposta de Malvino dos Reis, fundar-se uma sociedade promotora da imigração, denominada Sociedade Central de Imigração. Da elaboração dos estatutos foram encarregados os Visconde de Barbacena e Taunay, Koseritz, o Dr. Blumenau e Gruber.

As primeiras reuniões da novel sociedade forma realizadas nos domingos subseqüentes. Na segunda reunião, em 28 de outubro, foi eleita a diretoria da sociedade, constituída dos seguintes membros: presidente, Tenente-General e Conselheiro Henrique de Beaurepaire-Rohan; vice-presidente, Visconde de Taunay; 1º secretário, André Rebouças; 2º secretário, Ennes de Souza; tesoureiro, Schmid-Dranmor; diretores, Barão de Itapuã, Barão de Teffé, Barão de Tautphöus, Gruber, Malvino dos Reis, Nicolau Moreira, Gustav Trinks, João Clapp, Major Leite de Castro, Dr. Vicente de Souza, Dr. Ferreira d'Araújo e Oliveira Lisboa. Por proposta de Schmid-Dranmor, foram eleitos diretores honorários da sociedade, em votação unânime, o Dr. Blumenau e Koseritz. O Visconde de Taunay propôs que se consignasse em ata um voto de especial louvor a esses dois idealizadores da sociedade.

Os fundadores da sociedade podiam estar satisfeitos com o resultado obtido, e estavam de fato. Não é possível verificar se Dom Pedro, que havia sido convidado para participar da instalação solene da Sociedade Central de Imigração, compareceu à mesma. Koseritz esperava que o Imperador se manifestasse, nessa ocasião, “franca e lealmente”, em favor da imigração européia e contra a asiática. Cabia a ele decidir, pois conseguiria tudo quanto quisesse, uma vez que era, realmente, onipotente. Salientou Koseritz que o julgamento da História dependeria da atitude a ser tomada por Dom Pedro II.

Caíra em solo sáfaro a semente lançada pelos amigos dos chineses. A Sociedade Central de Imigração iniciou vigorosamente sua atividade e algo logrou alcançar. Foi-lhe negado, entretanto, o grande sucesso esperado. Não se conseguiu interessar pela idéia o Governo e a opinião pública. Isso em nada afeta, porém, o juízo que se forma do Dr. Blumenau e de seus companheiros de luta. Empreenderam “a última investida”; a decisão quanto à vitória ou à derrota dependia de outros fatores.

O Dr. Blumenau introduzira-se, como colonizador, no Brasil, mediante seu audacioso memorial de 16 de março de 1848, e despediu-se, em 1883, com a fundação da Sociedade Central de Imigração, que constituiu o

testamento colonizador conjunto dos seus três fundadores. Os 35 anos intermediários foram preenchidos pelos cuidados quotidianos em prol da colônia. Podia o Dr. Blumenau deixar o país plenamente convencido de haver feito, sob as condições mais adversas, o que estava em seu poder.

### **8. Epílogo em Brunswick, 1884/99**

Ao pioneiro de retorno à pátria estavam reservados um e meio de décadas de uma velhice relativamente tranqüila, ao juntar-se, após longa separação, novamente à sua esposa e seus filhos. Se, até 1867, se havia devotado, como celibatário solitário e ascético, exclusiva e principalmente, à sua idéia e à sua obra, chegara a hora de ser ele, finalmente, reivindicado pela família. Havia então atingido 65 anos de idade e sentia a obrigação e a necessidade de cuidar dos seus, e isso tanto mais quanto não havia acumulado bens de fortuna e por não haver sido contemplado com uma pensão, ao se exonerar do cargo de diretor da colônia, ocupado durante 22 anos. Uma vez que os parentes de sua esposa viviam em Hamburgo, nada teria sido mais natural senão tratar de se domiciliar igualmente ali. Esses parentes eram, entretanto, abastados, de modo que, a fim de poupar à sua esposa e aos filhos, que haviam sido educados em ambiente modesto, constrangimentos inevitáveis, ele preferiu morar na cidade de Brunswick. Ali a vida era mais barata que no rico centro comercial de Hamburgo. Acrescia a isso que assim ele se encontrava mais próximo de sua irmã enviuvada, Agnes Götter, à qual o pendiam liames particularmente afetuosos. Ela residia perto de Brunswick, em Wolfenbüttel, e mais tarde mudou-se para aquela cidade.<sup>74</sup>

A família Blumenau ocupou, a princípio, um andar de uma casa sita à Schleinitzstrasse, de onde se transferiu, tempos depois, para a Gliemaroderstrasse. Não chegou a possuir casa própria. A parcimônia ia a tal ponto que o Dr. Blumenau se dava, de quando em quando, ao único luxo de adquirir um bom livro. Só aos domingos é que fumava um charuto; em dias comuns limitava-se ao cachimbo. Constituíam para ele uma alegria especial, quando recebia fumo e palha para cigarros enviados de Blumenau. A surdez cada vez maior e achaques que começaram a manifestar-se no decorrer dos anos prendiam-no em casa, forçando-o a renunciar a todo convívio social. Viajava pouco. Há notícia apenas de uma viagem a Berlim e de uma excursão, em companhia da família, a Wieda, perto de Walkenried. Não chegou a rever Hasselfelde, sua cidade natal, e jamais conheceu a cidadezinha de Egel, de onde era originária sua família. O que continuava a fasci-

ná-lo em intensidade inalterada era a flora. Travou relações de amizade com o inspetor do jardim botânico da Escola Politécnica de Brunswick. Enquanto se podia locomover fora de casa visitava com predileção o jardim botânico.

Foi felicíssimo na vida conjugal. A senhora Berta Blumenau, que era 14 anos mais nova que seu marido, sobreviveu-lhe e veio a falecer só em 1917, como matrona veneradíssima. Os filhos foram educados com carinho e rigoroso esmero. Fizeram honra aos seus pais e retribuíram, respeitosa e calorosamente, o maior destes. Em Pedro Hermann concentrava-se, em particular, a aspiração do pai. Queria este que seu filho realizasse o que o destino não havia permitido que ele levasse a efeito, como cientista e organizador, em escala mais ampla. Por isso enviara o menino, então com dez anos, em 1878, de Blumenau para Hamburgo, a fim de ser educado ali. Ficou ele, até 1884, em casa da cunhada mais jovem do Dr. Blumenau, de onde este o levou, então, para Brunswick. Pedro Hermann prestou o exame de maturidade em Hamburgo e estudou, em seguida, mineralogia em Brunswick, Claustal, Freiberg (Saxônia) e Leoben (Stíria). De 1895 até 1904 foi diretor de uma mina em Pachuca, no México. Casou-se nessa época, em Nova York, com a filha de um promotor de Macklemburgo. Após rápida permanência em Claustal, obteve o cargo de consultor técnico da “*Metallurgische Gesellschaft*”, em Frankfurt sobre o Meno. Ocupou, mais tarde, em Berlim um posto que o obrigava a viajar muito, principalmente com destino aos Pirineus, onde lhe cabia inspecionar minas. Em suas viagens chegou a rever Blumenau em 1909, ocasião em que doou à cidade o Morro do Aipim,<sup>75</sup> que representava sua última propriedade aqui existente havida por herança. A deflagração da guerra de 1914 veio surpreendê-lo na Finlândia, que então pertencia à Rússia, e de onde regressou após haver enfrentado graves riscos. Exerceu, logo em seguida, no posto de major, o cargo de referendário do Ministério da Guerra da Prússia. Nessa ocasião cumpriu várias missões honrosas em Berlim, na Bulgária e na Ásia Menor. Uma pneumonia veio, porém, encerrar sua carreira em 1917, em Constantinopla, contando ele, então, 48 anos de idade. Seus restos mortais jazem no cemitério dos Heróis de Terápia, sobre o Bósforo. Consta de um necrológio seu, que não apenas o renome de seu pai, mas também sua própria capacidade lhe asseguraram uma memória honrosa. Está fora de qualquer dúvida que só a morte prematura impediu que se concretizasse as esperanças do seu progenitor.

Christine, a filha mais idosa do Dr. Blumenau, ficou solteira. Viveu em Brunswick, onde cuidava da mãe e zelava, com inteligência e perfeito entendimento, do espólio manuscrito de seu pai, que este havia separado, em 1884, dos livros e papéis oficiais entregues à Prefeitura de Blumenau, conduzindo-o para Brunswick, como propriedade privada sua e de sua família. Esses valiosos documentos<sup>76</sup> foram recolhidos ao Arquivo Estadual da Baixa Saxônia, em Wolfenbüttel, em 1949, pela senhora Gertrud Sierich e se encontram, desde então, por intermédio do Instituto Hans Staden, de São Paulo, à disposição dos investigadores nacionais. Deve-se também a dona Christine Blumenau uma encantadora biografia do seu pai. Ela visitou Blumenau, sua cidade natal, duas vezes; em 1909, em companhia de seu irmão, e em 1937, acompanhada de sua irmã Gertrud, atendendo ambas, como hóspedes de honra da Prefeitura, a um convite que, a exemplo do que ocorre em relação a outras medidas tomadas depois de 1945, faz simultaneamente honra à cidade de Blumenau.

Dos descendentes do Dr. Blumenau vive ainda Gertrud, a mais jovem das filhas. Casou-se ela, em 1898, com o comerciante hamburguês Hugo Sierich e sempre viveu em Hamburgo, onde enviuvou em 1917. Durante a segunda guerra mundial sua casa foi destruída por bombas aéreas, perdendo-se, então, também parte das recordações pessoais de seu pai, cartas e fotografias, que vinham sendo guardadas com grande carinho. A senhora Sierich auxiliou-nos, com a máxima boa vontade, na preparação do presente trabalho, fornecendo-nos subsídios do tesouro de suas lembranças. Ela manifesta a esperança de voltar, no ano comemorativo do centenário da fundação da colônia, de seu atual refúgio em Winsen, sobre o Luhe, ao seu lar hamburguês restaurado, com o belo jardim, nas proximidades do Alster.

O Dr. Blumenau tinha quatro netos, filhos de Pedro Hermann e da senhora Sierich, e três bisnetos. Em Berlim vivem dois netos que tem o seu nome, um deles engenheiro eletricitista e o outro comerciante. Um neto faleceu precocemente e a única neta, Gerda Sierich, é casada com Hermann Jacobi, capitão de corveta reformado.

O físico do Dr. Blumenau não pode ser descrito, senão deficientemente, baseado nas poucas fotografias conservadas e nas informações esparsas dos seus contemporâneos. Era de estatura mediana e esbelto, quase magro. Na fotografia mais remota, um daguerreótipo do ano de 1850, da qual, aliás, ele não gostava, e em retratos posteriormente tirados, aparece em posição ereta, o rosto delgado, nariz alto e estreito, fronte alta, o maxilar

superior algo saliente, bigode pendente e uma espécie de barba em ponta sob o lábio inferior, que, com o andar do tempo, foi substituída por uma barba cheia, larga e curta. Ainda antes de atingir quarenta anos, seu cabelo começou a rarear, principiando pela frente. Os olhos azuis-escuros, comumente sérios e tranquilos, por vezes brilhavam, refletindo humor ou cólera, conforme o caso. A última fotografia, feita pelo mestre Joseph Raab, de Brunswick, mostra o Dr. Blumenau sentado em uma poltrona de espaldar alto, os joelhos envoltos num cobertor, de barretinho na cabeça, muito magro, olhar preocupado, meditativo e fatigado. Tem na mão no jornal, talvez o “Blumenauer Zeitung” ou o “Urwaldsbote”, a ajuizar pelo formato e disposição dos tipos. Seus pensamentos parecem vaguear por sobre a folha em direção à colônia longínqua.

E ali eles se detinham freqüentemente. Jamais o Dr. Blumenau se deslembrou de sua missão de lançador de uma ponte de união entre dois países. Tal missão parecia haver sido pressagiada ao mais destacado descendente da linhagem Blumenau através da ponte azul constante do seu belo e antigo brasão. A afeição do Dr. Blumenau pela colônia ressalta, entre outras, das cartas por eles deixadas e de declarações suas a visitantes. Juntamente com Koseritz e Gruber, o Dr. Blumenau publicou uma proclamação aos alemães domiciliados no Brasil, em que eram convidados a assinar uma representação a ser dirigida à Dieta Prussiana, no sentido de ser anulada a portaria ministerial de von der Heydt.<sup>77</sup> Em princípios de 1885 o Dr. Blumenau seguiu especialmente para Berlim, a fim de tratar do assunto. Com o mesmo propósito se dirigiu também aos governos da Baviera, de Württemberg, Baden e Hesse.<sup>78</sup> Talvez ele tenha atribuído aos funcionários competentes do Governo Imperial o fato de haver sido dispensado pelo mesmo do cargo de diretor da colônia em termos secos, sem nenhuma manifestação de agradecimento.<sup>79</sup> Todavia, isso não conseguiu abalar os laços íntimos que o prendiam à sua segunda Pátria. Todos os movimentos que na Alemanha tendiam em favor do nosso país, notadamente na imprensa e nas sociedades, contavam com sua simpatia e, sempre que possível, com seu apoio. Somente em 1895 ele constatou, pesaroso, que suas “ligações com o Brasil haviam infelizmente cessado quase que por completo”, porquanto não mais estava em condições de sustentá-las de alguma forma.

As alterações de vulto no município de Blumenau, no período transcorrido até 1899, nem sempre proporcionavam satisfação ao venerando senhor. Foi com mágoa que ele teve conhecimento da paixão partidária e

das dissensões políticas e de outra natureza local que começaram a manifestar-se e tinham, em boa parte, por campo de recontro as colunas do “Blumenauer Zeitung”, do “Immigrant” e do “Urwaldsbode”, outro tanto se verificando em relação às notícias em torno das perturbações revolucionárias que sobrevieram à proclamação da República e se estenderam até 1895. Os tumultos atingiram seu ponto culminante no município de Blumenau, quando de repetida passagem pelo mesmo de tropas do Governo e de revolucionários e, em 1893, ao seguir para Florianópolis um corpo de voluntários blumenauenses e ao se travar um combate nos subúrbios de Blumenau. Na Câmara Municipal, instalada no antigo prédio da diretoria da colônia, foi em julho de 1893 aclamado governador provisório do Estado de Santa Catarina o Dr. Hercílio Pedro da Luz, que determinou fosse Blumenau a capital provisória do estado, regalia que a cidadezinha não conservou por longo tempo. De importância bem maior para o futuro foi, em 1897, o início da colonização nas cabeceiras do Itajaí e a fundação da colônia de Hansa-Hamônia (Ibirama), pela “*Hanseatische Kolonisationsgesellschaft*” (Empresa Colonizadora Hanseática), de Hamburgo, aumentando assim consideravelmente a antiga colônia. O município contava no ano de 1899, aproximadamente, 34.000 habitantes. O que, entretanto, possuía maior importância para o Dr. Blumenau, dentro do âmbito de suas idéias e dos seus planos, era a libertação dos escravos, em 13 de maio de 1888, e a soma de reformas que se seguiram à proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Ele era monarquista. Considerava a monarquia “uma verdadeira felicidade para o país”. Ora, a República trouxe quase todas as inovações que, desde 1848, ele considerava necessárias no interesse da imigração e que ele – compreendendo profundamente a vida da Nação – esperava que surgissem da própria necessidade, sem intromissão de poderes e ideologias estranhas.

Em sentido geral, a vida transcorria, portanto, normalmente em Brunswick. Todavia, não faltavam ao Dr. Blumenau, de vez em quando, agitações. O mais violento abalo lhe foi causado por uma desavença com Stutzer.<sup>80</sup> O Pastor Gustav Stutzer, benemérito fundador do manicômio, Neu-Erkrerode, no Ducado de Brunswick, e do “Theresienhof”, em Goslar, sanatório para nevropatas, teve sua atenção despertada para Blumenau, graças ao seu irmão Otto, há muito tempo domiciliado ali, e ao cônsul Wilhelm (von) Asseburg, de Itajaí, em certa ocasião, em que o pastor estava cogitando de mudança de clima, por causa de sua esposa enferma. Asseburg apre-

sentou então ao pastor um plano pelo qual ele devia adquirir, para fins de colonização, a propriedade que restara ao Dr. Blumenau junto ao ribeirão da Velha e ao Morro do Aipim, com uma área de cerca de 8.000 jeiras. O Pastor Stutzer aceitou o alvitre e entrou em entendimentos com o Dr. Blumenau que, segundo parece, não manifestava grande vontade de se separar dessa propriedade. Entretanto, em 21 de maio de 1885, foi assinada a escritura de compra e venda, na base média de 25 marcos por jeira. O Pastor Stutzer embarcou com a família rumo a Blumenau e executou, até março de 1886, os trabalhos preliminares às margens do ribeirão da Velha. Não tardou, porém, que surgissem dificuldades. Uma crise econômica começou a dominar no Vale do Itajaí. E quando devia iniciar-se a venda dos terrenos, foi contestada a validade das respectivas escrituras. O Pastor Stutzer fez ao Dr. Blumenau uma proposta no sentido de serem solucionadas as dificuldades, a qual, entretanto, foi rejeitada, razão por que agiu em juízo contra o Dr. Blumenau. Como causa da ação foi alegada “lesão enormíssima”. O litígio foi julgado em três instâncias, a última das quais era a Suprema Corte de Apelação em Porto Alegre. A pendência foi decidida em favor do Pastor Stutzer, porém sem resultado prático para o mesmo, porquanto o contrato tinha de ser cumprido em Brunswick. Diante disso regressou à Alemanha, onde intentou nova ação, que se prolongou por vários anos e levantou muita poeira na imprensa, sendo, finalmente, rejeitada em 1891 e o autor condenado nas custas do processo. O contrato foi declarado válido e não ficou provado ter havido dolo por parte do querelado. Mais ou menos na mesma ocasião o Pastor Stutzer sofreu outro revés sensível. Em consequência de um descuido, ele se viu privado da posse do “Theresienhof.” Teve de requerer falência, em virtude do que a “*Hamburgische Kolonisationsgesellschaft von 1849*” (Empresa Colonizadora Hamburguesa de 1849) rescindiu um contrato pouco antes celebrado com o Pastor Stutzer e de acordo com o qual lhe teria cumprido levar a efeito a colonização da projetada Hansa blumenauense. Nenhum dos dois litigantes tirou proveito da demanda ferrenha. Apenas para a cidade de Blumenau a exploração do vale do ribeirão da Velha redundou em proveito considerável. Essa região vem-se desenvolvendo atualmente e já constituiu o núcleo de futura cidade populosa. O Pastor Stutzer foi injusto ao acusar o Dr. Blumenau de ato doloso. As razões do seu insucesso residem no “otimismo sem limites” de que ele próprio se acusava tempos depois e que o induziu a se meter em tamanha empresa, sem conhecer o país e suas condições, e no capital insuficiente de que

dispunha. Faltava-lhe, além disso, a vontade férrea que era apanágio do Dr. Blumenau e o ajudou a vencer múltiplas dificuldades análogas. Por outro lado, porém, o Pastor Stutzer se avantajava ao colonizador, como este, aliás, sempre reconheceu francamente, na distinção de sua apresentação, como negociador e orador e igualmente como manejador da pena, propriedade esta revelada só depois de decorridos decênios. O Dr. Blumenau foi o fundador da colônia e seu adversário, o Pastor Stutzer, tornou-se seu maior propagandista na Alemanha, através de seus livros e demais escritos, estes com aqueles publicados em grandes tiragens. Sobre as respectivas sepulturas as realizações de ambos se fundem em um feito único. Para nós, que lhes sobrevivemos, se desvanece o que os indispôs e submergem as sentenças condenatórias recíprocas e as fragilidades e asperezas pessoais que, aqui e acolá se manifestavam no ardor dos debates nos autos dos processos.

Como sucedeu no Brasil, em conseqüência da libertação dos escravos e da transição para o regime republicano, também na Alemanha se processou uma profunda transformação que afetou diretamente as idéias colonizadoras do Dr. Blumenau. Em 2 de setembro de 1870, exatamente 20 anos após a chegada dos primeiros imigrantes às margens do Itajaí, ocorreu em Sédan a capitulação do exército francês sob Napoleão III. A conseqüência disso foi o surgimento do segundo Império alemão, com a exclusão da Áustria, que até então fizera parte da Confederação Germânica. Ora, precisamente o que para o Dr. Blumenau constituía motivo de regozijo, isto é, quase cessação da anomalia consistente da duradoura fragmentação estatal da Alemanha, privara-o, simultaneamente, da base ideal e prática em que se desenvolvia sua ação pessoal, favorecida justamente pela desunião das províncias alemãs. O novo Império tratou de adquirir, a partir de 1884, embora algo vacilante, colônias próprias na África e no Pacífico e estabeleceu, em poucos anos, em regiões que ainda não haviam sido ocupadas pelos portugueses, espanhóis, ingleses e franceses, um império colonial de mais de 2,5 milhões de quilômetros quadrados. Visava-se, naturalmente, dirigir o caudal de imigrantes para lá. Os governos alemães, sob a influência do chanceler Príncipe Bismarck e de seus sucessores, viam na emigração de rumo diferente um mal inevitável e consideram filhos perdidos os que seguiam outros destinos e com os quais o Império não podia importar-se, desde que não quisesse entrar em conflito com outros países. No entender de Bismarck a emigração equivalia a uma traição à pátria.<sup>81</sup> Eis como ele se expressou, em resposta a uma petição dirigida ao Reichstag pelos alemães domiciliados no

Rio Grande do Sul, no sentido de ser concluído um tratado consular com o Brasil e ser anulada a portaria de von der Heydt: “Não tenho curiosidade alguma em ser como vai passando gente que sacudiu de si o pó de sua pátria.” Numa sessão do Reichstag, em 1888, proferiu as seguintes palavras: “O alemão que abandona sua pátria como quem se desfaz de um casaco velho, deixa de ser um alemão para mim; não mais me interessa como compatriota.” Essa orientação na política alemã afetava, em alguns aspectos, prejudicialmente também a obra em que o Dr. Blumenau havia empenhado sua vida. Ele reconhecia, entretanto, a razão de ser dos esforços do Império no tocante à criação de colônias, tanto assim que tomava “parte ativa” nos mesmos, promovendo, ele próprio, intensa propaganda em seu favor, como, por exemplo, em prol da empresa Usambara de fomento da cafeicultura na África Oriental Alemã. Lamentou, repetidas vezes, que sua situação financeira não lhe tivesse permitido participar dessa empresa como acionista. No transcurso do tempo criara-se algo de novo. Ele aderiu ao que era novo, desde que lhe parecesse bom, pois não era homem que se agarrasse obstinadamente a uma opinião preconcebida.

Muitas vezes o Dr. Blumenau foi mal compreendido. Suas intenções mais puras eram deturpadas e interpretadas como sendo reflexos de egoísmo; por outro lado, a ausência de tendências egoístas era qualificada de tolice. Na opinião de muitos dos seus coevos seus planos e ações ocultavam um móvel que lhe era inteiramente estranho. As lutas árduas, os reveses e os danos tornaram-no severo, cético e algo amargurado. Todavia, o envoltório áspero que assim se ia formando nada mais era que uma couraça que protegia um coração terno e acessível, capaz de se entusiasmar por tudo quanto fosse nobre, bom e belo. Viera para o Brasil, a fim de “cumprir uma missão”, não para ganhar dinheiro. A este princípio ele se conservou fiel. Embora visse na colonização um negócio ingrato, próprio para ser empreendido por quem tivesse de penitenciar-se de grave pecado, de vez que, como ele observava, em tom de gracejo, cinco anos passados na floresta virgem equivaliam perfeitamente a vinte e cinco de permanência no purgatório, ele assim mesmo não se subtraiu à tarefa.

Assim, os anos por ele despendidos na fundação da colônia pertencem à era heróica da colonização alemã no Brasil. Com isto não pretendemos afirmar que os colonos ou mesmo apenas os seus líderes tivessem sido heróis. Eram apenas homens como quaisquer outros, com modestos desejos e pequenos temores pessoais, homens que, em regra, desejavam

unicamente possuir um sítio, uma oficina ou um estabelecimento comercial. Todavia, como os portugueses, que realizaram, do século XVI ao século XVIII, grande obra da posse da terra neste misterioso reino das maravilhas e dos riscos, eles se aventuraram em busca do ignoto. Essa aventura, a que muitos se lançaram conscientemente, sobretudo os fundadores de colônias, numa perfeita compreensão das dificuldades, sem o resseguro de um contrato de locação de serviço e o bilhete para a viagem de volta, sem a proteção da arte médica que em nossos dias venceu os horrores das doenças malignas dos trópicos – essa aventura é o fator decisivo no julgamento do Dr. Blumenau, de sua colônia e de fundações idênticas, tais como as de São Leopoldo, Santa Cruz e Dona Francisca, para citar apenas as mais importantes.

Não se diminuirá o mérito de ninguém, nem de outros fundadores de colônias, nem dos personagens que no Brasil e na Europa lhes prestaram assistência, se designarmos ao Dr. Blumenau o primeiro lugar na série deles. Não devemos esquecer, porém, que o Dr. Blumenau, que a si próprio considerava um “caipora vitalício”, logrou alcançar apenas poucos dos objetivos por ele colimados. Tendo ele sido, “entre todos os espíritos nobres do Brasil, um dos mais nobres”, na opinião de Hugo Zöller,<sup>82</sup> podia aplicar a si um conceito do seu grande protetor Alexandre von Humboldt: Do muito a que eu aspirava, sempre com o mesmo ardor, desde a mais remota juventude, vi, como ancião, realizado pouca coisa no longo circuito universal. Aplica-se a ele também o dístico de Schiller, “Esperança e Realização”:

“Lança-se ao oceano, com mil mastros, o adolescente; Retorna ao porto, num bote salvo, silencioso, o ancião.”

O intrincado problema da imigração continuou a ser vividamente discutido mesmo depois da morte do Dr. Blumenau. Meias medidas eram substituídas por providências sensatas e felizes. Um grande êxito representou o afluxo em massa de italianos. O julgamento objetivo, que é o único fecundante, cedia freqüentemente, tanto aqui como no estrangeiro, a uma polêmica turvada pela paixões. Todavia, os laços morais e espirituais que uniam o Marquês de Abrantes, Dom Pedro, Taunay e Blumenau mantiveram-se indissolúveis. Eis porque agem acertadamente as autoridades e as sociedades privadas ao comemorarem, cinqüenta anos depois da morte do grande pioneiro das selvas, o centenário de sua criação, emprestando às solenidades o cunho de um acontecimento nacional. Coadunar-se-ia com o espírito do Dr. Blumenau, se a data de 2 de setembro de 1950 se convertes-

se no dia do reconhecimento e da extinção dos preconceitos porventura ainda existentes aqui ou ali. A grande colonização brasileira do século XIX representa, tal como a norte-americana, um processo histórico sujeito a múltiplas condições e a múltiplas conseqüências. Para se fazer justiça ao Dr. Blumenau existe apenas um modo de ver as coisas, isto é, o objetivo da História. Desde já fica estabelecido que a personalidade de Hermann Blumenau e sua obra resistirão à mais severa e rigorosa das críticas.

Resta-nos, ainda, contemplar o acaso de sua vida. Já em meados da última década do século sua languidez aumentava continuamente. Tinha ele de restringir-se, como ermitão, à “contemplação melancólica”, contra o qual se insurgia seu temperamento. Desde longos anos talvez não arredasse os pés de casa sequer uma única vez. Já em 1895 ele estava quase surdo e sentia fatigado e extenuado. Tal estado não mais melhorou. Quase todos os seus amigos e protetores haviam falecido antes dele, e muitos jaziam no seio da terra há decênios: Humboldt, Martius, o Marquês de Abrantes, Ferreira de Brito, Riedel, Trommsdorff, Robert Avé-Lallemant, Schmidt-Dranmor, Koseritz, Fritz Müller, Tschudi, Egas Moniz, Taunay, Dom Pedro II e outros. Chegava ao fim a seu século e aproximava-se, simultaneamente, os últimos momentos do Dr. Blumenau, em outubro de 1899, pouco antes de atingir ele o octogésimo aniversário natalício. A senhora Berta e sua filha Christine desvelavam-se por ele. Sua última alegria foi a vista da filha Gertrud e a notícia dos festejos planejados em Blumenau, em comemoração do cinquentenário da fundação da colônia. Debilitou-o uma pneumonia e em 30 de outubro, conformado, exalou, tranqüilamente, o último alento. Seu ataúde foi acompanhado até ao cemitério principal de Brunswick de grande séquito, de que faziam, parte parentes e amigos vindos de Hamburg, entre os quais figurava o conceituado comerciante Hermann Stolz, conhecidíssimo no Brasil. Sobre o sepulcro duplo, em que foi inumado, em 1917, também sua companheira de vida, levanta-se uma cruz alta e simples. Ali por perto passam, velocíssimos, os comboios em demanda de Magdeburgo, em direção às regiões do oriente alemão, de onde ele era originário. Para os seus parentes e amigos sua vida terrena transcorreu dentro do espírito do salmo 89, versículo 10:

*“Os dias de nossa vida são ao todo uns setenta anos e nos mais robustos oitenta anos; e o que passa destes não é mais que trabalho e dor.”*



**Berta Louise Repsold e os filhos:  
Christina, Pedro Hermann e Gertrud.**

## NOTAS DE FIM

- 1) Roloff, Hermann Blumenau, pág. 10 – 11.
- 2) Theodor Lüders, Dr. Blumenau. Manuscrito, Arquivo da Prefeitura de Blumenau, pág. 21; parte inicial de uma biografia, abrangendo os anos de 1819 – 1850. O digno ex-arquivista da Prefeitura († 1938) utilizou-se de muitos documentos que se extraviaram depois de sua morte. Uma vez que ele trabalhava escrupulosa e conscienciosamente, podemos considerar merecedores de fé e seus dados, mesmo nos casos em que não mais seja possível confrontá-los
- 3) Quase todos os dados referentes à família Blumenau foram extraídos do trabalho de Ehrenkrook, “Niedersächsische Beamtenfamilien”, e de um manuscrito do autor sobre os descendentes da família Blumenau. A documentação mais importante relativa a aspectos mais recentes da família devemos à senhora Sierich, filha do colonizador.
- 4) No manuscrito supracitado, Lüders se refere a Hermann como sendo o 7º filho; Ehrenkrook menciona só 6 e a senhora Sierichtem, igualmente, conhecimento de apenas 6 filhos da família Blumenau. É possível que um dos filhos tenha falecido em tenra idade, não sendo, portanto, lembrado.
- 5) Segundo Lüders trata-se de uma nevrite.
- 6) Roloff, Hermann Blumenau, pág. 12.
- 7) Com notas complementares insignificantes, porém necessárias para melhor compreensão do assunto, constantes de um manuscrito do Dr. Blumenau, sem data, incompleto e muito retocado, intitulado “Fritz Müller”, escrito em um prospecto da casa de vinhos Sturm, de Rüdesheim, no outono de 1897. Desse esboço foram extraídos, e reproduzidos mais adiante, igualmente dados referentes à excursão em 1840, à fábrica de Trommsdorff, ao cônsul geral Sturz a ao Dr. Fritz Müller.
- 8) A exposição seguinte baseia-se, principalmente, no trabalho de Schramm Macdonald sobre Sturz, na “Allgemeine Deutsche Biographie”, vol. 37, págs. 61 – 68, em Canstaff, Repertorium, págs. 46 – 51, e em cartas e apontamentos do Dr. Blumenau escritos a partir de 1894.
- 9) Segundo Roloff, Hermann Blumenau, pág. 12, já em janeiro de 1844. A citação encontra-se igualmente ali.
- 10) Christiane Blumenau, Hermann Blumenau, pág. 91
- 11) Reeditado na Revista de Imigração e Colonização. II, 2-3, Rio de Janeiro, 1941, págs. 832-891.
- 12) Carta do Dr. Blumenau, datada de 11/12/1894, e comunicações de sua filha Christine.

- 13) Blumenau Südbrasilien, pág. 9, e cartas do Dr. Blumenau, de 21/1/1895.
- 14) Carta do Dr. Blumenau, 1856. O respectivo original encontra-se no Museu Imperial em Petrópolis, onde foi descoberto em 1949 pelo ilustrado historiador blumenauense Pe. Estanislau Schaette. O.F.M., que dele tirou uma cópia que nos foi fornecida gentilmente.
- 15) Schaette fornece indicações mais precisas sobre a viagem de exploração em Hollenweger, manual, 1930, págs. 93-95. Ali, págs. 95-97, encontram-se esclarecimentos sobre os trabalhos preliminares.
- 16) Em parte, segundo Blumenau, Südbrasilien, 1850, pág. 50.
- 17) Carta do ano de 1856
- 18) Em sua parte essencial, segundo Freedon-Smolka, Auswanderer, págs. 50-51.
- 19) Carta de 22/01/1805; em sua maior parte reproduzida textualmente.
- 20) Schaette, em Hollenweger, Manual, pág. 97.
- 21) Blumenau, Südbrasilien, 1850, pág. IV.
- 22) No título do livro "Südbrasilien".
- 23) Requerimento dirigido ao Governo Imperial, esboço de julho de 1848.
- 24) Confronte-se entre outros: Deeke, Das Munizip Blumenau, vol. I, págs. 43-46, e Quelle no "Handwörterbuch des Grenz- und Ausland-Deutschtums, Breslau, 1933, vol. I, págs. 480-481.
- 25) Não mais se consegue saber o nome da jovem; é ignorada também pela família Blumenau. Segundo uma informação por carta da senhora Gertrud Sierich.
- 26) Coteje-se com a tradução de longos trechos no trabalho de Ferreira da Silva "O Doutor Blumenau", págs. 47-49, 52-55, e 59-71.
- 27) Excertos no manuscrito de Theodor Lüders, "Dr. Hermann Blumenau", mencionado sob 2.
- 28) Ata sobre o leilão; lista de imigrantes; notas de viagens do Dr. Fritz Müller e August Müller, segundo Müller, Dr. Fritz Müller, III, Págs. 49 e outras; Sallenthi-en, Lebenserinnerungen.
- 29) Comparem-se Schaette, em Hollenwegwe, Manual, págs. 98-99, e artigos de jornais, 1949.
- 30) José Deeke, Das Munizip Blumenau, I, págs. 44-46. Talvez se entenda por governo o da Província de Santa Catarina. Não nos foi dado examinar os documentos mencionados.
- 31) Listas de imigrantes, e Deeke, Das Munizip Blumenau, I. pág. 47.
- 32) A narração seguinte foi feita baseada na mencionada carta de 1856, Museu Imperial, Petrópolis.
- 33) Deeke, Das Munizip Blumenau, III, págs. 42-109..
- 34) Carta de 1856, Museu Imperial, Petrópolis. Os nomes dos mortos não passaram para a posteridade. Deve tratar-se de August Hamester e Johann Kaben que,

segundo Schaette, em Hollenweger, manual, pág. 104, foram mortos em 9 de fevereiro; o Dr. Blumenau refere-se a princípio de janeiro; Deeke cita a data de 29 de janeiro de 1855 como tendo sido o dia do assalto, em que houve 2 mortos, sem dar os respectivos nomes.

35) Christine Blumenau, Dr. H. Blumenau, pág. 96

36) Em carta, 1854.

37) Carta de 1856, Museu Imperial, Petrópolis.

38) Confronta-se com o número comemorativo do "Blumenauer Zeitung", de 2/9/1900, e o "Urwaldsbote", de 2/9/1930.

39) Carta de 1856, Museu Imperial, Petrópolis

40) Memorial encaminhado aos ministérios dos estados alemães, novembro de 1867.

41) O que segue consta da carta de 1856, Museu Imperial, Petrópolis..

42) Relatório enviado ao Diretor das Terras, 1857. Texto no livro de Ferreira da Silva, "O Doutor Blumenau", págs. 122-125.

43) Gehse, Die deutsche Presse, págs. 132-133. Consoante a ata oficial taquigrafada.

44) O texto da Portaria foi encontrado, em 1949 depois de longa busca, pela senhorinha Hertha Hadwerck, bibliotecária da Universidade de Marburgo, no Königlich Preussischer Staatsanzeiger, No. 266, de 10/11/1859, págs. 2059-2060.

45) Carta de 21/11/1894

46) Carta de 22/1/1895

47) Carta de 22/1/1895

48) Gehse, Die Deutsche Presse, págs. 129-130.

49) Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908 e outras informações oficiais.

50) Segundo Hugo Grothe

51) Confronte-se, em outras, com Gehse, Die deutsche Presse, pág. 156.

52) Griesebach, Dr. Hermann Blumenau, 1926

53) Roloff, pág. 46. Era presidente o Dr. Esperidião E. de Barros Pimentel ou então o Dr. Francisco C. de Araújo Brusque.

54) Compare-se, entre outras, com Christine Blumenau, Dr. Hermann Blumenau, pág. 94-95, e Ferreira da Silva, "O Doutor Blumenau", págs. 73-75.

55) Carta de 1856, Museu Imperial, Petrópolis.

56) Carta de 1856, Museu Imperial, Petrópolis.

57) Deeke, Das Munizip Blumenau, I, págs. 71-73.

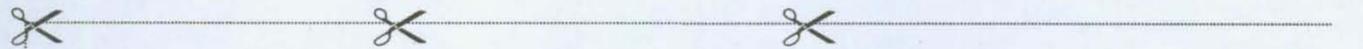
58) Fala do Presidente João Rodrigues Chaves, 2/2/1881, segundo Deeke, Das Munizip Blumenau, I, 80.

59) Almanaque "Der Urwaldsbote", 1900, pág. 44 e 45.

- 60) Gerhard, Dona Francisca, pág. 273.
- 61) Dados mais precisos: Fouquet, Origem da Família Avé-Lallemant, In: revista Genealógica Brasileira, 1941, Ano I, págs. 455-466.
- 62) Koseritz, Bilder aus Brasilien, pág. 139.
- 63) confronta-se, entre outras, com Gehse, Die deutsche Presse, págs. 84 e 143-144.
- 64) Christine Blumenau, Dr. Hermann Blumenau, pág. 96.
- 65) Tenório, O Visconde de Taunay e a Imigração, pág. 12.
- 66) Christine Blumenau, Dr. Hermann Blumenau, pág. 97
- 67) O que segue consta de “O Visconde de Taunay e a Imigração”, de Tenório.
- 68) Revista “Export”, 1882, pág. 221 e segs. Segundo Gehse, Die deutsche Presse, pág. 149. Traduzido do alemão.
- 69) “Blumenauer Zeitung”, 3.5.1884. Segundo Gehse, Die deutsche Presse, pág. 149.
- 70) Koseritz, Bilder aus Brasilien, págs. 335-337.
- 71) Christine Blumenau, Dr. Hermann Blumenau, pág. 96.
- 72) Carta da Senhora Gertrud Sierich, 1949.
- 73) Koseritz, Bilder aus Brasilien, págs. 284-335.
- 74) Estes e os demais dados referentes à vida privada constam, principalmente, de cartas da senhora Gertrud Sierich.
- 75) Segundo tradição oral.
- 76) Indicações pormenorizadas em “Vale do Itajaí”, de Fouquet.
- 77) Deeke, Das Munizip Blumenau, I, pág. 42.
- 78) Christine Blumenau, Dr. Hermann Blumenau, pág. 96
- 79) Deeke, Das Munizip Blumenau, I, págs. 36-37 e 42.
- 80) A descrição seguinte é segundo Stutzer, In Deutschland und Brasilien, e também segundo uma carta do Dr. Blumenau, de 22/1/1895.
- 81) O exposto e o que segue, segundo Gehse, Die deutsche Presse, págs. 138-139.
- 82) Zöller, Die Deutschen im brasilianischen Urwald, II, pág. 114.

Desejando receber números antigos, tomos completos, ou fazer nova assinatura / renovação, procure-nos. Abaixo informamos nossos preços:

- ) Assinatura nova: R\$ 50,00 (anual=11 números)
- ) Renovação assinatura: R\$ 40,00 (anual=11 números)
- ) Tomos anteriores (Encadernados com capa dura): R\$ 60,00
- ) Exemplares avulsos: R\$ 5,00 (Cada exemplar/número antigo)



Sim, desejo assinar a revista "Blumenau em Cadernos para o ano de **1999** (Tomo 40). Anexo a este cupom a quantia de R\$ .....,00 (..... reais) conforme opção de pagamento abaixo:



Forma de pagamento:

Vale Postal (Favor anexar fotocópia do comprovante para melhor identificação)

Cheque

Banco: .....

Número: .....

Valor: R\$ .....

**Dados do assinante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Caixa Postal: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Fone p/ contato: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_



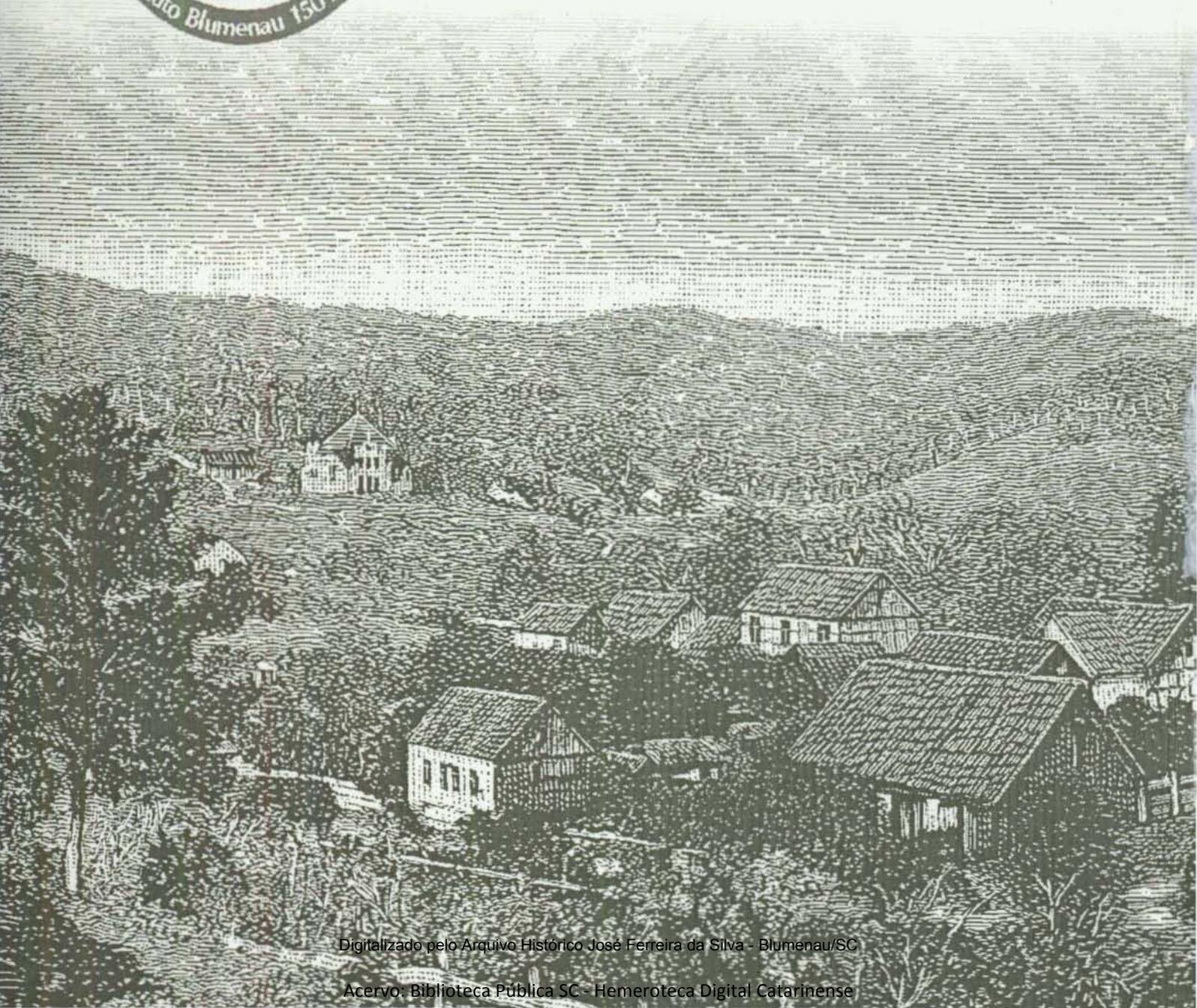
.....

Assinatura

**Arquivo Histórico "José Ferreira da Silva"**

Caixa Postal: 425 - Fone: (047) 326-6990

Cep.: 89015-010 - Blumenau (SC)



# Apoio Cultural:

Annemarie Fouquet Schünke

Benjamim Margarida (*in memoriam*)

Genésio Deschamps

Mark Deeke

**Victória Sievert**

Willy Sievert (*in memoriam*)

Buschle & Lepper S/A

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A

**Eletro Aço Altona S/A**

**Hering Têxtil S/A**

Herwig Schimizu Arquitetos Associados

Madeiraira Odebrecht

Transformadores Mega Ltda.

Unimed Blumenau

**BLUMENAU**  
*em Cadernos*

**TOMO XL**  
Outubro de 1999 - Nº 10  
**Edição Especial**

